

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARIA CECÍLIA SOARES CRUZ

TERRITÓRIO E SINDICALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR  
DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2017

MARIA CECÍLIA SOARES CRUZ

TERRITÓRIO E SINDICALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Mestra em Geografia.

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Cristina da Silva

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2017

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me amparar durante todo o meu percurso no mestrado, sobretudo nos momentos mais difíceis.

A minha família, meus pais, minha irmã e meu irmão, pelo apoio, durante meu trajeto no mestrado.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Cristina da Silva, por ter me aceitado como orientanda e pelo bom desempenho no direcionamento da minha pesquisa.

Aos professores do mestrado, pela contribuição a minha vida acadêmica, por meio de suas aulas, nas quais pude ter acesso a um amplo conhecimento acerca da Geografia.

Ao programa de mestrado, pela oportunidade de fazer um curso gratuito, sobretudo em um momento em que a Educação no Brasil sofre um retrocesso desmesurável, devido à política neoliberal do atual governo federal.

As participantes da minha qualificação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Erika Moreira e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Bezerra de Lima, pelos apontamentos, bibliografias e discussões levantadas, certamente contribuíram para a finalização dessa dissertação.

As participantes da minha banca de dissertação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Erika Moreira, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antenora Maria da Mata Siqueira e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catia Antônia da Silva, por terem aceitado participar e avaliar meu trabalho.

Aos integrantes de entidades sindicais, Alessandra Murteira e Cloviomar Caranine Pereira, da FUP, e os diretores do Sindipetro NF, Leonardo da Silva Ferreira, Luiz Carlos Mendonça de Souza, Sérgio Borges Cordeiro e Tezeu Freitas Bezerra, pelos dados e informações cedidos para esse trabalho.

## RESUMO

O trabalho objetivou compreender como se dá o uso do território pelo movimento sindical, a partir da análise do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro NF). Como problemática, discutimos como as mudanças no processo produtivo e das políticas territoriais no país afetaram o circuito espacial de produção do petróleo, com desdobramentos na relação capital e trabalho. Os sindicatos acompanharam esse movimento. No território brasileiro, os sindicatos, ao longo dos anos, passaram por períodos de repressão e de florescimento. Os primeiros sindicatos surgiram com o processo de industrialização, em meados do século XIX. Nos anos 1930 e nos anos 1960, tiveram sua atuação reprimida, por meio de estratégias coercitivas do Estado, onde em alguns momentos, não podiam organizar greves gerais ou fundar centrais sindicais, que para o Estado eram formas de organização, que poderiam incitar a rebelião dos trabalhadores. Na década de 1980, teve seu auge no Brasil, com o Novo Sindicalismo, aonde os trabalhadores lutaram por meio de greves gerais e conquistaram vários ganhos. Esse movimento do sindicalismo em escala nacional, tem traços particulares e também comuns na cidade de Campos dos Goytacazes, onde o incremento da atividade açucareira, em meados do século XIX, com o surgimento das usinas, levou ao aumento do fluxo comercial e de serviços na cidade, o que criou a necessidade de um sindicato para representar os trabalhadores do comércio, e assim surgiu nesse período o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Campos. Nos anos 1970, houve sucateamento da atividade canavieira e a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, desenvolvendo-se etapa do circuito espacial de produção petrolífero no Norte Fluminense, o que levou à criação de um sindicato que pudesse defender os trabalhadores do setor petróleo, assim em 1995, foi criado o Sindipetro NF. O Sindipetro NF atua em um momento que ocorre o avanço do neoliberalismo, na figura da reestruturação produtiva, que modificou o modo de trabalhar e as relações trabalhistas, com as terceirizações, onde o trabalhador tem um acesso restrito aos direitos trabalhistas, com salários menores, jornadas de trabalho extensas e são treinados em menor tempo, para atender prontamente a demanda de trabalho. O Sindipetro NF, tem sua atuação fragmentada porque precisa atender as demandas dos petroleiros concursados e dos petroleiros terceirizados, que nas plataformas da Bacia de Campos, são aqueles que mais estão propensos a sofrerem acidentes de trabalho, porque exercem as atividades mais perigosas. Para esta pesquisa foram utilizados recursos metodológicos, como literatura correlata ao tema, mapas, quadros, organogramas e coletas de dados. Ao final observamos que embora os sindicatos tenham sua luta reduzida perante os atores hegemônicos, como o Estado e o capital internacional, alguns ainda se destacam na defesa dos trabalhadores, como é o caso do Sindipetro NF. Entretanto o futuro da classe trabalhadora no território brasileiro tende a piorar, devido a atual crise política e econômica, além da maior abertura a entrada de capital internacional.

Palavras-Chave: Sindicalismo no Brasil. Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense. Território. Circuito espacial de produção petrolífero.

## ABSTRACT

The goal of this study was to understand how the use of the territory by the trade union movement takes place, based on the analysis of the Oil Workers Industrial Union from the State's Northern Region (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense - Sindipetro NF). As the main issue, it is discussed how the changes in the productive process and the territorial policies in the country have affected the oil production spatial circuit, with unfolding relations between capital and labor. The labor unions followed this movement. In Brazil, over the years, labor unions have passed through repression and flourishing periods. The pioneer labor unions have arisen within the industrialization process, halfway through the 19<sup>th</sup> century. Around the 1930 and 1960 decades, they have had their actuation repressed by state coercive strategies, where, in some moments, they couldn't organize general strikes or found central unions, which were considered types of organization, by the state, that could urge workers rebellion. In the 1980 decade in Brazil, it had its prime with the so-called "New Unionism", where workers fought by means of general strikes and conquered many benefits. This union movement, in a national level, has its particularities and also shares common features with the local reality in Campos dos Goytacazes, where the sugar industry increase, in mid-19<sup>th</sup> century, and the emergence of sugar plants, led to a trade flow and services increase in the city. What created the necessity of Unionism to represent the commercial workers, and thus, the Commercial Workers Union of Campos dos Goytacazes arose. Around 1970, there has been a sugarcane industry scrapping as well as the discovery of oil in Campos Basin, developing an oil production spatial circuit stage in the region. That led to the creation of a union that could stand for the workers' rights from the oil industry, and so, in 1995, Sindipetro NF was created. Sindipetro NF acts in a moment where neoliberalism is progressing, in the productive restructuring figure, which modified the way of working and labor relations, with the outsourcings, where the workers have restricted access to their rights, with lower salaries, long working hours and being trained in a shorter time, to readily meet the work demand. Sindipetro NF has a fragmented acting because it needs to serve either the oil industry workers who are hired or the ones in outsourcings, who, in Campos Basin's oil platforms, are the ones more likely to have work accidents because they exercise the most dangerous activities. To achieve its goal, this research used, as methodological resources, literature connected to its subject, maps, tables, organization charts and data collection. In the end, it was observed that even if labor unions have had their fight decreased in front of hegemonic actors, such as the state and the international capital, some of them still stand out in workers defense, which is the case of Sindipetro NF. However, the working class future in Brazil tends to get worse, due to the current economic and political crisis, besides the increasing opening to the inflow of international capital.

Key-words: Unionism in Brazil. Oil Workers Industrial Union. Territory. Oil Production Spatial Circuit.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 O MOVIMENTO SINDICAL E O TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	22
1.1 O surgimento do movimento sindical no Brasil e os usos do território brasileiro: Campos dos Goytacazes e as usinas.....	24
1.2 A Era Vargas e a repressão aos sindicatos: o sindicalismo rural em Campos dos Goytacazes.....	34
1.3 A Ditadura Militar e o movimento sindical.....	42
1.3.1 O sindicalismo brasileiro no período da ditadura: a decadência das usinas em Campos dos Goytacazes e região.....	43
1.4 O Novo Sindicalismo e o movimento sindical após a década de 1980.....	49
1.4.1 O Novo Sindicalismo e os novos usos do território no Norte Fluminense.....	50
1.4.2 O movimento sindical brasileiro a partir dos anos 1990: a criação do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.....	56
2 A AÇÃO DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO.....	72
2.1 O circuito espacial de produção do petróleo e o Norte Fluminense.....	74
2.2 A Petrobrás e os Sindipetros: horizontalidades e verticalidades no circuito espacial de produção do petróleo no Brasil.....	77
2.2.1 O uso do território pela Petrobrás: nacionalismo e resistência dos Sindipetros.....	78
2.2.2 A década de 1990: o processo de privatizações e redução dos direitos trabalhistas dos petroleiros no território brasileiro.....	93
2.2.3 O cenário atual da Petrobrás e dos Sindipetros no território brasileiro.....	97
2.3 A precarização do trabalho no circuito espacial de produção petrolífero do Norte Fluminense.....	105

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	133

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1	Estrutura organizacional territorial dos sindicatos na década de 1930, f.37.
Mapa 1	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1930, f. 40.
Mapa 2	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1960, f. 47.
Fig. 2	Estrutura organizacional territorial dos sindicatos na década de 1980, f. 52.
Mapa 3	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1980, f. 55.
Foto 1	Ato contra o <i>impeachment</i> de Dilma em 16 de dezembro de 2015 – Campos dos Goytacazes, f. 62.
Mapa 4	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1990, f. 65.
Foto 2	Manifestação de 15 de abril de 2015 do Sindicato dos Bancários contra a lei de terceirização em Campos dos Goytacazes com o apoio da CUT, f. 67.
Fig. 3	Estrutura organizacional territorial sindical petrolífera em 2015, f. 88.
Mapa 5	Sindipetros ligados a Federação Única dos Petroleiros no Brasil, f. 91.
Mapa 6	Sindipetros ligados a Federação Nacional dos Petroleiros no Brasil, f. 92.

## LISTA DE SIGLAS

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
ANP	Agência Nacional do Petróleo
Boed	barris de óleo equivalente por dia
bpd	barris por dia
CBDT Nacional	Central do Brasil Democrática de Trabalhadores
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CEDP	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo
CEDPEN	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
Cenpes	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Citepe	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNQ	Confederação Nacional do Ramo Químico
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

## LISTA DE SIGLAS

Comperj	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
CONFUP	Congresso Nacional da FUP
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPAM	Companhia de Petróleo da Amazônia
CSB	Central dos Sindicatos Brasileiros
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSP Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNP-CUT	Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT
DNPP	Departamento Nacional dos Petroleiros e Petroquímicos
ETC	Escola Técnica de Campos
Fafen	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FENAPE	Federação Nacional dos Petroleiros
FETAG	Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional

## LISTA DE SIGLAS

FNP	Federação Nacional dos Petroleiros
FNV	Federação dos Trabalhadores da Holanda
FS	Força Sindical
FUCP	Federação Única Cutista dos Petroleiros
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GQT	Programas de Gestão de Qualidade Total
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Instituto Federal Fluminense
Lubnor	Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
NSS	Refinaria Nansei Seikyu
NTS	Nova Transportadora do Sudeste

## LISTA DE SIGLAS

OCDE	Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento
OLT	Organizações por Local de Trabalho
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCD	Petrobrás Chile Distribuidora
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDVs	Plano de Demissão Voluntária
PESA	Petrobrás Argentina
PIB	Produto Interno Bruto
PIDV	Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PROCAP	Programas de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
Recap	Refinaria Capuava

## LISTA DE SIGLAS

Reduc	Refinaria Duque de Caxias
Refap	Refinaria Alberto Pasqualini
Regap	Refinaria Gabriel Passos
Reman	Refinaria Isaac Sabbá
Repar	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
Replan	Refinaria de Paulínia
Revap	Refinaria Henrique Lage
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RPBC	Refinaria Presidente Bernardes
Segen	Serviço de Engenharia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
SESC	Serviço Social do Comércio
Sindipetro	Sindicato dos Petroleiros
SINDITOB	Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil
SIX	Unidade de Industrialização do Xisto
STIAC	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar
STIEP	Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo

## LISTA DE SIGLAS

Sitramico	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo
STRC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UDN	União Democrática Nacional
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União dos Estudantes
USI	União Sindical Independente
UST	União Sindical dos Trabalhadores

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Fundação dos sindicatos de trabalhadores em Campos dos Goytacazes, f. 33.
QUADRO 2	Sindicatos atuantes em Campos dos Goytacazes – 2015, f. 34.
QUADRO 3	Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1930, f. 38.
QUADRO 4	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1930, f. 39.
QUADRO 5	Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1960, f. 44.
QUADRO 6	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1960, f. 46.
QUADRO 7	Brasil: sindicatos filiados a centrais sindicais na década de 1980, f. 53.
QUADRO 8	Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1980, f. 53.
QUADRO 9	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1980, f. 54.
QUADRO 10	Sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1990, f. 63.
QUADRO 11	Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1990, f. 64.
QUADRO 12	Brasil: centrais sindicais atuantes em 2001, f. 66.
QUADRO 13	Brasil: sindicatos atuantes em 2015, f. 68.
QUADRO 14	Brasil: total de sindicatos reconhecidos ao longo das décadas analisadas, f. 68.
QUADRO 15	Brasil: centrais sindicais atuantes em 2015, f. 69.
QUADRO 16	Sindipetros ligados a FUP e a FNP, f. 90.
QUADRO 17	Relações de vendas de empreendimentos da Petrobrás – 2016, f. 104.
QUADRO 18	Empreendimentos da Petrobrás em fase de negociação – 2016, f. 105.
QUADRO 19	Distribuição dos diretores pelos setores do Sindipetro NF, f. 109.
QUADRO 20	Empresas subcontratadas da Petrobrás com ACT vinculado ao Sindipetro NF, f. 115.
QUADRO 21	Número de acidentes nas etapas do circuito espacial de produção petrolífero no território brasileiro – 1995-1996, f. 118.
QUADRO 22	Número de acidentes fatais na Bacia de Campos – 1995-1996, f. 119.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 23	Tipos de acidentes e doenças que acometeram os trabalhadores da etapa da extração na Bacia de Campos – 1995-1996, f. 121.
QUADRO 24	Casos de petroleiros que desenvolveram doenças psicológicas na Bacia de Campos – 1995-1996, f. 127.

## INTRODUÇÃO

Considerando as grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho com o processo de globalização, que se revela pelo processo de terceirização e fragmentação territorial da produção, os sindicatos também sofreram mudanças na forma de atuação e nas estratégias territoriais de organização. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar como se dá o uso do território brasileiro pelo movimento sindical contemporâneo, tendo como recorte analítico o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO NF). O recorte territorial, será a Região Norte Fluminense, especificamente Campos dos Goytacazes. O recorte temporal concentra a análise no período de 1995 a 2015, período em que a Bacia de Campos, passou a ter uma produção de petróleo significativa e o Sindicato dos Petroleiros passou a ter mais atuação na região, com sede em Macaé e delegacia em Campos dos Goytacazes.

O sindicalismo nasceu como parte do próprio modo de produção capitalista, pois ele surgiu devido à repressão e a exploração da força de trabalho. Como meio de defender os trabalhadores das jornadas extenuantes de trabalho, conquistar salários maiores e melhores condições de trabalho, os sindicatos começaram a atuar. Segundo Antunes (1988), os primeiros sindicatos formalizados surgiram na Inglaterra, denominados de *trade-unions*, no século XIX<sup>1</sup>. No entanto a luta operária tinha outro expoente além dos sindicatos, o Movimento Ludista, onde os trabalhadores para não perderem seus empregos para as máquinas (como os teares mecânicos) começaram a destruí-las, de forma premeditada, pois a ação era organizada antes em reuniões. Os ludistas eram perseguidos pelos donos de fábricas e muitos recebiam pena de morte na forca. Mesmo nesse período de repressão, foram conquistadas algumas leis trabalhistas, cujos os empregados obtinham alguns ganhos, entre elas a limitação das horas extraordinárias de trabalho, a extinção do pagamento em gênero, onde o homem ganhava mais que a mulher; e facilitação das ações judiciais dos empregados contra seus patrões para a recuperação salarial. Uma das lutas dos operários naquele período era contra a utilização de mão de obra infantil, que não era qualificada, mas devido ao fato de sair mais barato para o capitalista, acabava por substituir os operários qualificados (THOMPSON, 2012).

---

<sup>1</sup> Os sindicatos e as greves passaram a serem reconhecidos legalmente (THOMPSON, 2012).

Para Haesbaert (2013), o sistema capitalista tem fases de progresso e regresso, em parte pela sua natureza contraditória, que o leva a períodos de crise e também pelo obstáculo a sua total reprodução gerado pelo sindicalismo.

Análises sobre o sindicalismo já foram realizadas por diversas áreas do conhecimento. O tratamento geográfico do tema neste trabalho passará pela discussão e utilização do conceito de território usado, uma vez que o movimento sindical se ancora nos usos do território e se organiza, segundo esses usos. O território usado para Santos (1994) é possível a partir de seu uso pela sociedade. O território usado também é sinônimo de espaço geográfico, e sua utilização nos leva a necessidade de analisar como que se dá a integração do território. O uso do território ocorre através da implantação de infraestruturas e pela interação entre a economia e a população (SANTOS; SILVEIRA, 2012). O território usado é formado por um sistema de ações e um sistema de objetos, que se dão num mesmo espaço. Os objetos seriam todo o arcabouço dos meios de produção, enquanto as ações seriam o ato de produzir, feito pelos trabalhadores (SANTOS, 2009). Neste território haveria as horizontalidades, que são os espaços vizinhos, contíguos, de todos, o espaço banal, e as verticalidades que correspondem aos pontos distantes, conectados por redes, articulados com a ação hegemônica. O espaço banal e o espaço em redes se dão no mesmo território, ao mesmo tempo, graças ao progresso tecnológico, gerando novas solidariedades, que unem as pessoas e os lugares, mesmo com as diferenças entre eles, caracterizando um acontecer solidário (SANTOS, 1994). Os trabalhadores têm a ação de produzir e como o tempo todo são explorados pelo sistema capitalista, podem ter a ação de parar os objetos, por meio das greves. Essa luta dos trabalhadores pode ganhar contornos diversos, uma possibilidade é a luta por meio de sindicatos. Esse uso do território pelo movimento sindical corresponde à construção de horizontalidades e as empresas seriam o eixo das verticalidades (CRUZ, M., 2014). No trabalho também utilizamos como conceito, os circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1986; MORAES, 1991), que seriam as etapas em que o produto passa até chegar ao consumidor, evidenciando o movimento do território e suas conexões.

Com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, nos anos 1970, o Norte Fluminense passou a se destacar como região de extração de petróleo *offshore*, momento em que ocorria também o declínio da atividade canavieira, com o sucateamento das usinas. Com a implantação da atividade petrolífera na região, se tornou necessário a presença de um Sindipetro mais próximo dos trabalhadores e assim em 1995, foi fundado o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.

Dessa forma, a questão central deste trabalho é entender como a globalização modificou a forma de produzir, bem como também as relações trabalhistas, nas plataformas de extração de petróleo, exigindo que os sindicatos também mudassem a forma de atuação em função do novo uso do território, consolidado com a extração de petróleo na Bacia de Campos.

A metodologia utilizada nessa pesquisa consistiu na leitura de livros que abordam os conceitos e temas que foram utilizados nesse trabalho; levantamento de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sindipetro NF, Ministério do Trabalho e Emprego, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Os dados levantados foram: número de sindicatos existentes, de filiais sindicais, de trabalhadores afiliados, de federações, de confederações, de centrais sindicais e de sindicatos afiliados ou não às centrais sindicais; investigação documental do surgimento e atuação dos sindicatos em Campos dos Goytacazes no Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho; pesquisa de campo no centro da cidade em busca de sindicatos e de dados sobre datas de fundação; elaboração e análise de quadros, fotos e mapas; Foram feitas entrevistas (semiestruturadas) no Sindipetro NF, em dois momentos, o primeiro, em 20-06-2016, onde foram entrevistados três diretores sindicais, onde um diretor que seria entrevistado indicou mais dois diretores para concederem entrevista, e toda a entrevista foi gravada, o que possibilitou sua transcrição fiel em alguns momentos neste trabalho. O segundo momento foi em 03-11-2016, onde foi entrevistado apenas um diretor sindical e sua fala foi registrada, com sua anuência em um documento.

Os produtos cartográficos que fazem parte desta pesquisa encontram-se representados na forma de mapas temáticos produzidos em ArcGis versão 10.1. Eles foram elaborados com o intuito de especializar as informações quantitativas acerca dos Sindipetros localizados em distintos estados brasileiros. Os mapas que identificam espacialmente os Sindipetros ligados a FUP e a FNP foram estruturados tendo como base as Unidades da Federação (estados), disponibilizada, gratuitamente, em formato *Shapefile* no *site* do IBGE<sup>2</sup> e nos *sites* das referidas federações (FUP e FNP), já o *Google Maps* foi utilizado para localizar e

---

<sup>2</sup>Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2015/Brasil/BR/](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/Brasil/BR/). Acesso em: 28 dez. 2016.

georreferenciar os pontos de interesses. Ao reunir todas as informações foi possível elaborar os produtos cartográficos compostos pelos Sindipetros do território nacional.

A pesquisa realizada foi organizada em dois capítulos com suas respectivas seções:

No capítulo 1 podemos ver que o sindicalismo no Brasil passou por momento de repressão durante a sua formação no início do século XX, e nas décadas de 1930, sob o governo de Vargas e na década de 1960, sob a Ditadura Militar. Nos anos 1980, teve seu auge no Brasil, com o Novo Sindicalismo, que trouxe para os trabalhadores várias conquistas, por meio de greves gerais. Nos anos 1990, os países periféricos como o Brasil, começaram a sentir de forma mais atenuada as consequências do neoliberalismo, com a introdução da reestruturação produtiva, que reorganizou todos os circuito espaciais de produção. Com isso o sindicalismo atualmente, tem sua luta minimizada, devido a evolução do processo de globalização. A terceirização, que é parte do processo do neoliberalismo, cria uma fragmentação dentro de uma mesma categoria de trabalhadores, pois de um lado estão os trabalhadores não terceirizados, que têm acesso a boa parte dos direitos trabalhistas, e de outro, temos os trabalhadores terceirizados, que têm seus direitos trabalhistas reduzidos, ganhando menos e trabalhando mais. Isso gera uma grande competição entre os trabalhadores, o que fragmenta a luta dos sindicatos, que têm que lutar por demandas diferentes.

No capítulo 2, buscamos em um primeiro momento, entender como se dá a configuração territorial da etapa da extração, na Bacia de Campos, onde a maior parte das atividades ligadas ao petróleo, estão fixadas em Macaé, que por isso recebeu por parte das empresas do setor petrolífero e da Petrobrás, a maior parte dos investimentos, o que levou a uma maior especialização da sua economia na atividade petrolífera, se comparada com a economia de Campos dos Goytacazes, que recebe a maior parte dos *royalties* e participações especiais do petróleo. A chegada da atividade petrolífera na região levou a várias modificações, como a implantação de dutos e a construção e o melhoramento de estradas. Em um segundo momento, faremos uma análise para compreender como os Sindipetros organizam suas lutas, conquistando direitos para a categoria petrolífera, em todo o território brasileiro. Ao final do capítulo, buscaremos entender como se dá a organização do Sindipetro NF, frente à Petrobrás e às empresas subcontratadas, na defesa da classe trabalhadora, sobretudo denunciando os acidentes ocorridos, e cobrando dessas empresas, o investimento em políticas de segurança para os trabalhadores.

Dessa forma, busca-se com esse trabalho compreender o papel dos sindicatos no período contemporâneo frente ao processo de globalização e como ocorrem as estratégias de atuação territorial, onde o sindicalismo tem sua luta minimizada devido aos avanços da globalização, porém a atuação dos sindicatos resiste, ainda que mais fragmentada.

## 1 O MOVIMENTO SINDICAL E O TERRITÓRIO BRASILEIRO

O sindicalismo surgiu no Brasil, atrelado ao desenvolvimento da industrialização no país, para defender os trabalhadores, em relação à sua exploração verificada entre outras formas pelas jornadas de trabalho muito extensas, salários baixos e locais de trabalho insalubres. O sindicalismo oscilou entre momentos de grande dinamismo e momentos de tensões e repressões. No Norte Fluminense, os sindicatos rurais perderam força com a deterioração da indústria da cana e novos sindicatos surgem como o Sindipetro NF em razão da mudança dos usos do território.

As primeiras indústrias surgiram no território propiciadas através do capital acumulado na produção de café, em meados do século XIX, onde o café ainda era a principal produção no território brasileiro. A chegada dos imigrantes em um novo regime de trabalho, em substituição a força de trabalho da população escravizada, contribuiu com a formação também de um mercado consumidor (CANO, 1997). Em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, nesse período surgiram as primeiras usinas de açúcar, que promoveram um crescimento urbano, com novas ruas, moradias luxuosas e logradouros. No início os sindicatos eram duramente reprimidos pelo Estado e tinham como principal tendência a anarcossindicalista, que devido ao fato de ser contra o Estado e a favor da autogestão operária, posteriormente se enfraqueceu, dando lugar aos sindicatos socialistas, que não eram contra a estrutura política formal do país, e por isso lutavam por leis trabalhistas, ou seja, seria uma luta aceitando o sistema. Em 1922 foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por ex-militantes da tendência anarcossindicalista. As indústrias que começaram a se concentrar em São Paulo e Rio de Janeiro foram importantes para o próprio movimento sindical, pois a exploração do trabalho induz a organização da classe trabalhadora.

Durante a década de 1930, foram inseridas novas próteses no território brasileiro, com a construção de portos e usinas de energia elétrica, dando os primeiros passos, que levariam posteriormente a integração do território (SANTOS, SILVEIRA, 2012). Assim, verificamos que a integração e o uso do território apresentam a divisão social e territorial do trabalho, sendo que os sindicatos acompanharam e foram parte desse processo.

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), reprimiu os sindicatos, dificultando as greves e proibindo a criação de centrais sindicais, para que as categorias não pudessem lutar conjuntamente. Por outro lado criou várias leis trabalhistas em prol dos trabalhadores, mas com o intuito de controlá-los em troca de ganhos, como a jornada de

trabalho de 48 horas semanais, normas para ocupações insalubres, garantindo melhores condições de trabalho; proteção da mulher, principalmente se estivesse grávida; regras para demissão, lei de férias, folga remunerada, determinação de um salário mínimo nacional e maior estabilidade no emprego. Na Região Norte Fluminense, em Campos dos Goytacazes, nesse momento surgiram vários sindicatos de destaque e começou a se delinear na cidade o sindicalismo rural, uma vez que na região predominava a cultura da cana e a maior parte da população vivia no campo.

Em 1953 foi criada a Petrobrás no Brasil, pelo então presidente Getúlio Vargas com amplo apoio da população. Alguns anos depois foi criado o primeiro Sindicato dos Petroleiros, na Bahia, em 1957, que desde o início, ao mesmo tempo em que luta por melhores condições de trabalho e melhores salários, também buscar sempre defender a empresa, para que ela continue pertencendo ao Estado e gerando riquezas para o povo brasileiro, em parte porque a empresa sempre investiu em seus trabalhadores. Assim podemos dizer que o Sindicato dos Petroleiros nasceu dentro de uma ideologia nacionalista, que permanece até hoje norteando o sindicato.

Durante os anos 1960 o território brasileiro já havia estabelecido as bases do processo de integração, com a construção e a modernização de estradas. No Regime Militar (1964-1985), as greves foram proibidas e vários líderes sindicais foram presos ou exilados. Os trabalhadores eram super explorados, o número de filiação sindical foi pequeno e os sindicatos combativos eram vigiados por interventores federais, restando aos sindicatos serem apenas órgãos assistencialistas, impedidos de lutar de fato pela causa trabalhista. Em contrapartida, nesse período houve extensão dos benefícios trabalhistas aos trabalhadores rurais, como o acesso a previdência social. Nesse período também houve um maior reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais em todo o território brasileiro, chegando a 722 sindicatos reconhecidos. No Norte Fluminense ocorria nos anos 1970 o sucateamento da atividade sucroalcooleira e a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, o que prometia grandes mudanças à região.

O pós Regime Militar é marcado pelo florescimento de sindicatos. Na década de 1980 desenvolve-se o Novo Sindicalismo, onde os sindicatos passaram a lutar mais ativamente, capitaneados pelo grupo dos “independentes”, que tinham como líder Luís Inácio Lula da Silva, e faziam parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, que organizavam várias greves gerais e conseguiram aumentos salariais, para a categoria. O território brasileiro nesse

período esposava as lutas trabalhistas, e entre suas frentes, estava a estabilidade no emprego, diminuição da jornada de trabalho para 40 horas, mantendo o mesmo salário; ajustes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), direito de fazer greve, sindicalização dos funcionários públicos e autonomia dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho. Nos anos 1990, a atividade petrolífera continuou prosperando, na cidade de Macaé, e na região Norte Fluminense, trazendo várias mudanças para a região, como a implantação de dutos, construção de estradas e aumento do processo de verticalização imobiliária e, sobretudo muitos recursos aos orçamentos municipais.

Os sindicatos atuais lutam dentro de um contexto territorial, onde impera a lógica neoliberal, que se reflete no mundo do trabalho, provocando modificações no mundo do trabalho, como a terceirização, que enfraquece o poder sindical no próprio território, que vai ter suas materialidades e seus usos modificados segundo as lógicas da privatização. Os trabalhadores perderam parte da possibilidade de negociação com os patrões, as condições de trabalho se tornaram mais precárias e houve aumento do desemprego. O número de filiação sindical cai ligeiramente, pois houve maior sindicalização no meio rural, o que equilibra o quantitativo de filiação no território brasileiro. Ainda assim alguns sindicatos se destacam entre eles o Sindipetro NF, que luta contra a terceirização na Petrobrás, no território do Norte Fluminense, e entre suas atuações, está a fiscalização das plataformas, para averiguar se as normas de segurança estão sendo seguidas.

Nesse sentido, esse capítulo foi dedicado a resgatar o surgimento do sindicalismo no Brasil, suas influências ideológicas e como o território brasileiro transformou sua divisão territorial do trabalho. A Região Norte Fluminense, como veremos, tem uma histórica atuação dos sindicatos, primeiro os sindicatos urbanos e depois os sindicatos rurais. Entretanto, o desenvolvimento do circuito espacial de produção do petróleo que têm etapas produtivas no Norte Fluminense fez surgir um sindicalismo forte dos petroleiros na região e que hoje sofre com a nova fase das políticas neoliberais.

### 1.1 O surgimento do movimento sindical no Brasil e os usos do território brasileiro: Campos dos Goytacazes e as usinas

O movimento sindical surgiu no país aliado ao desenvolvimento das indústrias, com o objetivo de lutar por melhores condições de trabalho e salários mais justos. No início era fortemente reprimido pelo Estado. Na cidade de Campos dos Goytacazes, ocorreu a

implantação da atividade industrial, com a produção de açúcar nos engenhos e em um segundo momento com as usinas.

As primeiras indústrias no Brasil surgiram em meados do século XIX, em um momento em que ainda não havia integração do território (SANTOS; SILVEIRA, 2012). Entre as primeiras industriais estavam as têxteis, que surgiram em São Paulo, na década de 1870. Em 1886, tínhamos no estado de São Paulo, doze fábricas de tecido de algodão, onde dez delas estavam localizadas no interior: quatro em Itu (destaque da região algodoeira), uma em Piracicaba, uma em Jundiaí, uma em Santa Bárbara, uma em Tatuí, uma em Sorocaba e uma em São Luís do Paraitinga. Embora o interior contasse com um número maior de fábricas, o capital somado de todas elas, era de 2.950 réis, enquanto na cidade de São Paulo, apenas duas fábricas, somavam 1.050 réis, concentrando o capital naquele local. Na segunda metade da última década do século XIX, a cidade de São Paulo, continha 121 estabelecimentos que empregavam energia mecânica, e entre estes 52 eram considerados industriais. Dentre os estabelecimentos que empregavam mais de 100 operários, estavam três fiações, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias. Nesse período começou a surgir no território paulista, os primeiros bairros operários, áreas de instalação de fábricas e moradias de trabalhadores (FAUSTO, 2016).

As indústrias surgiram financiadas pelo capital acumulado com a produção de café, e se utilizando da infraestrutura propiciada pela atividade, como os serviços bancários e as ferrovias (DE PAULA, 2005). Na década de 1920, o café que era exportado pelo Brasil, provinha 2/3 de São Paulo, o que criou as condições, para uma acumulação capitalista diversificada, no estado, que se sobressaia perante os outros estados brasileiros, o que vai levar a uma concentração industrial no território paulista (CANO, 2012). Os italianos que vieram para o Brasil trabalhar nas lavouras cafeeiras, no Estado de São Paulo, vieram em quantidade além da necessária para trabalhar nas lavouras<sup>3</sup>, assim essa mão de obra excedente, rumou para a cidade e foi absorvida no setor industrial (FAUSTO, 2016). Com o passar do tempo, a indústria paulista se consolidou, necessitando cada vez mais de mão de obra qualificada, e atraindo várias empresas estrangeiras, entre elas a Rhodia, Ford, General Motors, General Electric, International, Phillips, Pirelli, Firestone, Unilever, Nestlé e Kodak. A industrialização levou a um aumento populacional e a uma maior urbanização, levando a

---

<sup>3</sup> De acordo com Fausto (2016), vieram 750 mil estrangeiros, enquanto que para trabalhar nas lavouras de café era necessário apenas 300 mil pessoas.

necessidade da ampliação de serviços, entre eles o serviço bancário, o de transporte, o comércio, saúde, educação, moradia, saneamento e alimentação. No cenário urbano já podíamos vislumbrar o início do processo de verticalização e o aumento da periferização em São Paulo (CANO, 2012).

A primeira greve no país ocorreu em 1858, no Rio de Janeiro, dos tipógrafos, em busca de aumento salarial e contra as injustiças dos patrões. Os tipógrafos tiveram suas reivindicações alcançadas e a partir daí as outras categorias, inspiradas nos tipógrafos, passaram a fazer greves por todo o território brasileiro (ANTUNES, 1988). Os operários nesse período sofriam bastante no ambiente de trabalho, como sintetiza o geógrafo De Paula:

O operariado, em sua maioria imigrante, não tinha qualquer tipo de valorização na sociedade. Pelo contrário, o seu ambiente de trabalho, quase não se diferenciava muito do que ocorria ainda no tempo da escravatura com a mão de obra negra, já que embora recebesse salário em troca, esse operário estava sujeito a pagamentos de multas, além de sofrer castigos (principalmente os menores de idade) e acidentes (DE PAULA, 2005, p. 90).

Posteriormente, no início do século XX, o movimento sindical<sup>4</sup> teve sua gênese, com as sociedades de Apoio Mútuo no Rio de Janeiro e São Paulo que eram os estados mais industrializados (DE PAULA, 2009; ANTUNES, 1988); estas tinham cunho assistencialista auxiliando os operários com serviços de saúde, em momentos de desemprego, invalidez e morte, financiando o funeral, sem, no entanto buscar melhorias por meio de uma luta mais ativa, como nas greves, por exemplo (DE PAULA, 2011). Posteriormente surgiram as Uniões Operárias, que agregavam trabalhadores por ramo industrial e que depois deram origem aos primeiros sindicatos do país (ANTUNES, 1988). O movimento sindical foi necessário a partir do momento que se definem os territórios industriais, onde os trabalhadores eram constantemente submetidos a super exploração capitalista e precisam de uma entidade que possa defender seus direitos e lutar por melhores salários e condições de trabalho mais dignas.

O Rio de Janeiro em 1907 era o pioneiro na produção industrial, mas logo foi superado por São Paulo, já na década de 1920. Além desses estados, o Rio Grande do Sul, também tinha uma produção industrial incipiente. Ainda assim nesse período a produção industrial não era a principal atividade do país. São Paulo destacava-se devido à produção de café e se sobressaía perante os outros lugares do país. Além de São Paulo outros lugares eram

---

<sup>4</sup> Ressaltamos que a resistências à exploração do trabalho gerou ao longo da história distintas formas de lutas, a luta via sindicato é uma dessas formas, e a que analisamos neste trabalho.

incorporados nesse circuito do café, como o norte do Paraná e o Triângulo Mineiro, no processo de exportação, com destaque para o porto de Paranaguá no Paraná (SANTOS; SILVEIRA, 2012).

Novas estruturas são implantadas no território para garantir o suporte à produção de café, como a modernização dos portos e a construção de estradas de ferro, interligando alguns poucos locais do território. O Sul e o Sudeste formavam uma região concentrada<sup>5</sup>, da qual São Paulo fazia parte, destacando-se na produção industrial. A urbanização aumentava a necessidade de se obter energia elétrica, que era necessária para o aumento da circulação de bondes, da difusão de iluminação pública e para a criação de novas indústrias. No setor de telecomunicações se destaca o aumento da linha telegráfica no território brasileiro durante o início do século XX (SANTOS; SILVEIRA, 2012).

Como nesse período a principal atividade da economia era a produção de café, os sindicatos que representavam os trabalhadores ligados a ela, logo tinham seus pedidos atendidos, pois uma greve desses trabalhadores iria atrapalhar a produção, causando perda à economia (ANTUNES, 1988).

No início o movimento sindical estava atrelado a duas principais tendências, a anarcossindicalista e a socialista (ANTUNES, 1988). Além dessas tínhamos os sindicatos assistencialistas<sup>6</sup>, que tinham uma atuação que se assemelhava com as sociedades de auxílio mútuo, dando assistência médica ou auxiliando os desempregados, negando a luta por meio de greves gerais. Esses sindicatos se encontravam em sua maioria no Rio de Janeiro e alguns poucos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco (DE PAULA, 2011). Os anarcossindicalistas, não eram a favor da luta política<sup>7</sup> e atuavam por meio de greves gerais<sup>8</sup>. Já os socialistas eram a favor da luta política, defendendo a criação de um partido dos trabalhadores, para reforçar a luta sindical (ANTUNES, 1988, FAUSTO, 2016), atuando também com greves gerais (ANTUNES, 1988). O operariado nesse período converte-se de

---

<sup>5</sup> Para Santos e Silveira (2012), os objetos técnicos-informacionais e as ações se concentram em determinados pontos e áreas do país, caracterizando uma região concentrada. Essa região concentrada é formada pelos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

<sup>6</sup> Termo também utilizado por Lopes (1976).

<sup>7</sup> Quando Antunes (1988) fala que os anarcossindicalistas não eram a favor da luta política, usando até mesmo o termo “apolítico”, é no sentido de que defendiam a autogestão da política pelos trabalhadores e não pelo governo, sendo contra a estrutura política institucional vigente.

<sup>8</sup> Nessa época o termo “greve geral” era utilizado para designar uma sucessão de greves (MOREIRA, 1985).

“classe em si” a “classe para si”, no sentido de que passou a lutar pelo coletivo, em favor dos companheiros presos ou exilados (imigrantes) (MOREIRA, 1985).

Segundo um relatório emitido pelo Departamento Estadual de Trabalho, em 1912, sobre as condições de trabalho na indústria têxtil, abarcando 31 fábricas de tecidos da capital, em duas fábricas, uma de Santos e outra de São Bernardo, revelou-se que dos 10.204 operários classificados, somente 1.843 eram brasileiros, ou seja, 18%, sendo o restante 82% estrangeiros. Os trabalhadores italianos somavam 6.044 (59%), e 824 eram portugueses (8%) e o restante, 33%, eram de outras nacionalidades. Entre os estrangeiros que se destacaram na luta operária no início do movimento sindical no Brasil, estavam os italianos. De acordo com o censo de 1920, havia 100.388 pessoas no Estado de São Paulo, trabalhando na indústria (fábricas e pequenas oficinas), e 51% dessas pessoas eram estrangeiras (FAUSTO, 2016).

A tendência anarcossindicalista era a de destaque nesse período (ANTUNES, 1988), e os sindicatos ligados a ela, viviam sem nenhum apoio financeiro do Estado, sendo mantidos pela contribuição de seus filiados (DE PAULA, 2009). O anarcossindicalismo tem sua origem na França na década de 1890, onde de acordo com Fausto “Desenvolveu-se o anarcossindicalismo, com ênfase no papel do sindicato não como órgão de luta (cuja principal tática era de greve geral), mas também núcleo básico da sociedade do futuro” (FAUSTO, 2016, p. 85). Para De Paula, no Brasil o anarcossindicalismo seguia a mesma premissa, do anarcossindicalismo francês:

Embora fossem anarquistas, ou seja, defendessem a destruição do Estado e a autogestão operária, os anarcossindicalistas entendiam que a educação política ou mesmo a ação direta não poderia estar desvinculada da organização dos trabalhadores em órgãos de resistência, visto que essas entidades seriam os veículos para a conquista de uma sociedade mais justa (DE PAULA, 2009, p. 62).

Para os anarcossindicalistas a ação direta, seria a melhor forma de luta, através de greves gerais, greves parciais, boicote, sabotagem e manifestação pública, pois não acreditavam no recurso a atividade normativa do Estado, as leis. A sabotagem consistia em queda no ritmo de trabalho, produção deliberadamente defeituosa e destruição das máquinas. Os anarquistas eram acusados de colocar ou explodir bombas, embora na verdade essa prática por parte deles era rara, sendo utilizada pelo Estado como desculpa para a repressão aos sindicatos. Para os anarquistas os sindicatos não deveriam ter funções assistencialistas, e diziam que a verdadeira força dos sindicatos está na solidariedade e não nos recursos materiais, pois o dinheiro torna os sindicatos conservadores e inativos (FAUSTO, 2016), e em

muitos casos como observamos hoje, os sindicatos se tornaram gananciosos e corrompidos pelo alto poder aquisitivo, procurando sempre investir suas rendas para gerar mais dinheiro, configurando verdadeiras instituições capitalistas, gerindo a mão de obra para os patrões. Para os anarcossindicalistas se conseguissem algum dinheiro, logo deveria ser gasto com propagandas e agitações<sup>9</sup>. Os sindicatos não deveriam ter direções, apenas comissões administrativas, somente com delegações de funções, com o objetivo de não haver divisão entre base e direção e evitar qualquer tipo de centralização, e seguindo essa lógica o indivíduo tinha autonomia perante federações e confederações (FAUSTO, 2016), acabando com qualquer possibilidade de hierarquização, como ocorre atualmente, onde os diretores permanecem no poder durante anos, sem se preocupar em treinar novos líderes para os sindicatos, em parte porque os sindicatos se tornaram valiosas fontes de renda. Pelo fato dos anarcossindicalistas recusarem a luta política e lutarem apenas por ganhos salariais, acabaram atraindo os estrangeiros que trabalhavam nas indústrias, que vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida e não para participar da política do país. Entre os líderes do anarcossindicalismo no Brasil, temos Astrojildo Pereira, José Oiticica, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João Pimenta e Agripino Nazaré (FAUSTO, 2016).

Assim podemos ver que de um lado temos os socialistas, que não eram contra a estrutura política do país, e eram a favor da criação de um partido que defendesse sua causa; enquanto de outro lado tínhamos os anarcossindicalistas, que criticavam a estrutura política do país, defendendo que os operários deveriam ser os gestores da política do país, e não o governo, demonstrado radicalismo e grande utopia, postura, que posteriormente vai levar ao enfraquecimento desta tendência.

No início o movimento sindical era duramente reprimido pelo Estado (DE PAULA, 2009), onde de acordo com Moreira (1985), o operário que participava de greves, era transgressor, ao levar a luta para as fábricas, e por isso deveria ser controlado pela polícia. As principais reivindicações do operariado eram descanso semanal, jornada de 8 horas, proteção ao trabalho do menor e da mulher, férias remuneradas, proteção contra acidentes de trabalho, caixa de seguros, direito de greve, autonomia e liberdade sindical, salário mínimo e representação partidária (MOREIRA, 1985). Outro fato comum era a filiação de trabalhadores a outro município, diferente do município que a indústria ocupava que era onde ele

---

<sup>9</sup> Fausto (2016) se refere a greves e manifestações.

trabalhava. Ocorria também que uma mesma categoria, tivesse dois sindicatos para representa-la em um mesmo município, e ambos coexistiam de forma solidária, caracterizando a pluralidade sindical (DE PAULA, 2009). Embora os anarquistas tenham conquistado vários ganhos para o movimento sindical, como por exemplo, aumentos salariais, por meio de greves gerais, o fato de negarem a luta política, sem intervir no Estado, sem lutar por leis trabalhistas, posto que eram contra as leis do Estado, e por serem isolados de outros movimentos sociais, acabou tornando-os alvo fácil a repressão do Estado (ANTUNES, 1988). Assim em 1922, é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>10</sup> (ANTUNES, 1988; GOETTERT, 2014; MOREIRA, 1985), em sua maioria, por ex-militantes da tendência anarcossindicalista, que viram a necessidade da luta política para o fortalecimento do movimento sindical no país, passando a atuar com mais destaque desde então (ANTUNES, 1988); entre as tendências que atuavam naquele período estão “as de caráter revolucionário, caso da presença do Partido Comunista Brasileiro nos meios sindicais” (DE PAULA, 2011, p. 65).

Esse processo de surgimento dos sindicatos no Brasil se desdobra de forma diferente nas regiões e nos lugares, que vai obedecer a uma divisão territorial do trabalho. Em Campos dos Goytacazes as atividades do meio rural, como a produção de cana, foram promotoras da economia regional. Entretanto, a substituição dos engenhos pelas usinas marca a implantação da agroindústria na cidade e região e há o esboço de uma urbanização. A primeira usina de Campos surgiu em 1879, a Usina Central do Limão<sup>11</sup>, dando início a atividade industrial na cidade. As usinas naquela época eram polos de atração de diversos serviços, como de saúde, educação, moradia e lazer. Os donos de usinas eram figuras de poder e eram donos de todas as terras onde ficavam esses empreendimentos, além de financiarem obras públicas e decidirem a localização da implantação de novas infraestruturas, como as ferrovias, por exemplo (GANTOS; QUÉSIA, 2006). Todas essas modificações no território campista de acordo com Igor Rodrigues:

[...] se tratava claramente de controle social expresso em controle do território, impondo uma lógica de territorialização baseada em relações de poder assimétricas e de domínio: a cidade através das reformas urbanas e o campo através da modernização e domínio das usinas. Em suma, era um controle amplo que se expressava das mais diversas formas (RODRIGUES, IGOR 2016, p. 33-34).

---

<sup>10</sup> Inspirados pela Revolução Proletária, na Rússia em 1917, que difundiu os princípios marxistas pelo mundo (FERREIRA, 2015).

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.camaracampos.rj.gov.br/campos/historia-da-cidade>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

Com o surgimento das usinas que substituíram os engenhos, além dos usineiros, surgiu também o “moderno capitalista”, sob a forma de elite comercial, industrial e dona de imóveis. Nesse período também, ampliou-se o número de bancos e ferrovias (RODRIGUES, IGOR 2015), para dar suporte ao aumento da atividade comercial, imobiliária e industrial na cidade de Campos dos Goytacazes. Para Faria (2008) nesse momento o espaço urbano de Campos, cresceu e ganha novos afluxos, com a presença de companhias de navegação, companhias de seguros, melhorias no saneamento, com a instalação de rede de esgoto, água encanada e iluminação elétrica; áreas de pântanos foram saneadas, praças foram niveladas, novas ruas foram abertas e nesse período começaram a ser pavimentadas com pedra de granito. No ano de 1873 foi construída uma ponte no Rio Paraíba<sup>12</sup>, para aumentar as comunicações com a margem esquerda do rio. A cidade neste período contava com indústria têxtil e com fábricas de doces, de cerveja, de fogos de artifícios, de torrefação de café e de tabaco, além de fundições e serralherias, que prestavam serviços, sobretudo para as usinas (FARIA, 2008). Com a implantação da Tecidos Fiação Industrial Campista, em 1885, na Avenida Beira Rio, no bairro da Lapa, pelo empresário Francisco Saturnino Braga, ocorreu a formação do primeiro bairro operário na cidade, perto da fábrica (FARIA, 2008); e anos depois surge o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, fundado em 28 de agosto de 1927 (Quadro 1), situado na avenida Rui Barbosa, no Centro (SINDICATO..., 1961), área que até hoje concentra os sindicatos na cidade.

A atividade bancária ficava a cargo do Banco de Campos, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica de Campos (1834-1897). Entre outros estabelecimentos do setor terciário implantados nesse período podemos citar um matadouro, em área afastada da cidade, onde hoje é a Rua Riachuelo; em 1876 foi inaugurado o prédio dos Correios, na Praça São Salvador, além de uma prisão, na Rua Beira Rio. Os profissionais liberais, médicos, advogados e engenheiros, passaram a ter destaque nesse período na região, ofertando seus serviços (FARIA, 2008). Com o desenvolvimento da atividade comercial na cidade, posteriormente surgiu a necessidade da criação de um sindicato que pudesse amparar os comerciários, e assim em 1894, é criado o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Campos, que só será reconhecido institucionalmente em 1932 (Quadro 1).

---

<sup>12</sup> Ponte Barcelos Martins.

Entre 1914 e 1919, Campos prosperava na produção açucareira, que traz para a cidade um crescimento urbano, com a abertura de novas ruas, casas imponentes e logradouros. Em 1929 a cidade era reconhecida como a maior produtora de açúcar do Estado do Rio de Janeiro e a segunda maior do Brasil, atrás de Pernambuco (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). Para incentivar a atividade usineira, com empréstimos, o Estado cria em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que tinha as seguintes diretrizes:

1) Estabelecer preços mínimos e máximos do açúcar, 2) fixação dos limites da produção de cada industrial, 3) aprovação dos excessos para fabricação do álcool, 4) auxílio às usinas de moagem, 5) oferecer crédito especial aos usineiros, subordinar os fornecedores de cana aos industriais, quanto ao preço da cana e quanto à quantidade que devia ser comercializada (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, p. 68-69, 2005).

No Quadro 1, constatamos que a maior parte dos sindicatos surgiram na década de 1930, período em que a cidade foi dotada de infraestrutura propiciada pela atividade açucareira, que levou a uma maior urbanização. Com exceção do Sindicato dos Bancários, que tem forte atuação combativa<sup>13</sup>, a maior parte dos outros sindicatos surgidos nesse período terá uma forma de atuação apenas assistencialista, indo contra a organização de greves gerais, muitas vezes ficando ao lado do patronato e contra os trabalhadores que representam, dialogando com o Estado e cooperando com a ordem capitalista. O Quadro 1 ainda evidencia que Campos dos Goytacazes teve importância histórica a partir da função comercial, onde o primeiro sindicato a ser fundado foi o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio em 1894, embora as atividades rurais fossem mais significativas para o município. Isso indica que a relação entre o rural e o urbano sempre foram imbricadas e interdependentes, pois à medida que se desenvolvia a cultura da cana, intensificava-se o comércio de exportação. Ao mesmo tempo, uma elite se formava com elevados poderes de compra de produtos importados. Assim, a função de centro de comércio e serviços ganha força em Campos.

---

<sup>13</sup> Junto com o Sindipetro NF promove várias manifestações na cidade.

**Quadro 1 – Fundação dos sindicatos de trabalhadores em Campos dos Goytacazes**

Sindicatos	Ano de fundação
Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Campos	1894
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem	1927
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar	1933
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campos	1933
Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Campos	1935
Sindicato dos Bancários de Campos	1936
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil	1937
Sindicato dos Contabilistas	1937
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	1938
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica	1956
Sindicato dos Petroleiros	1995

Fonte: MAIS..., 1937; JÁ..., 1956; SINDICATO..., 1961; SINDICATO..., 1961; Pesquisa de Campo, Maria Cecília Soares Cruz, 2016; Disponível em: <<http://institutohistoriar.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/o-sindicato/historico>>. Acesso em: 21 ago. 2015. Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

Segundo pesquisa feita no Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, em 1956, buscava junto ao Serviço Social do Comércio (SESC), um contrato com alguma maternidade da cidade, para os trabalhadores que fossem ter filhos, demonstrando seu caráter assistencialista (INSISTE..., 1956). Outro dado pesquisado, nos mostra que no ano de 1961, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica, situado até hoje na Avenida 28 de março, teve o terreno comprado, com isenção de imposto por parte do governo estadual (SINDICATO..., 1961), e neste mesmo ano o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio tiveram uma compensação no pagamento de tributos, graças ao projeto do vereador Lenício Viana da Cruz (SUBVENÇÃO..., 1961), demonstrando o atrelamento ao Estado, por parte destes sindicatos.

Verifica-se pelo Quadro 02 que a cidade de Campos aprofundou sua função de centro comercial e de serviços, pois parte dos sindicatos relacionam-se a essas atividades. Além disso, evidencia-se o surgimento de sindicatos ligados ao serviço público (professores e servidores em geral), o que denota a importância do setor público na geração de empregos, e ao mesmo tempo, a necessidade de sindicatos para a mediação dos conflitos e pelas lutas por direitos. O Sindicato dos Petroleiros figura na lista dos principais sindicatos da região. Nota-se que a chegada da atividade de exploração de petróleo faz mudar os conteúdos regionais e as forças sindicais. O Sindipetro tornou-se um dos principais mobilizadores de protestos e apoiadores de outros sindicatos e movimentos sociais na década de 1990 até os dias atuais. A expressão regional dos sindicatos também pode ser observada, a maioria deles atua no Norte Fluminense e/ou Noroeste Fluminense.

**Quadro 2 – Sindicatos atuantes em Campos dos Goytacazes – 2015**

<b>Sindicatos</b>	<b>Base territorial</b>
1- Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade	Norte Fluminense
2- Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação	Campos dos Goytacazes
3- Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Produtos Químicos	Norte e Noroeste Fluminense
4- Sindicato dos Trabalhadores em Escritório de Empresas do Transporte Rodoviário	Campos dos Goytacazes
5- Sindicato dos Bancários de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
6- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações Operadores de Mesa Telefônica Particular de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
7- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
8- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
9- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica	Norte e Noroeste Fluminense
10- Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento	Norte e Noroeste Fluminense
11- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar e Alcool de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
12- Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas	Norte Fluminense
13- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
14- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos	Norte Fluminense
15- Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Campos	Campos dos Goytacazes
16- Sindicato dos Petroleiros (Delegacia)	Norte Fluminense
17- Sindicato dos Trabalhadores na Previdência Social	Norte Fluminense
18- Sindicato dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo	Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Nova Friburgo e Macaé
19- Sindicato dos Professores e Funcionário Públicos de Campos	Campos dos Goytacazes
20- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Campos dos Goytacazes
21- Sindicato dos Professores	Campos dos Goytacazes e São João da Barra
22- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica de Campos	Norte e Noroeste Fluminense

Fonte: Pesquisa de campo, Maria Cecília Soares Cruz, 2016; Dados obtidos na Subdelegacia de Campos dos Goytacazes do Ministério do Trabalho e Emprego, em dezembro de 2015; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

## 1.2 A Era Vargas e a repressão aos sindicatos: o sindicalismo rural em Campos dos Goytacazes

Na década de 1930, o movimento sindical foi bastante reprimido, e ao mesmo tempo foram aprovadas várias leis trabalhistas, que beneficiaram os trabalhadores. Em Campos dos Goytacazes houve, surgimento de sindicatos de destaque, entre eles os sindicatos de trabalhadores ligados a atividade rural.

Em todo território brasileiro foram construídos mais portos e novas usinas de energia elétrica e a expansão do sistema rodoviário. Assim podemos verificar que já houve um começo de integração do território nacional (SANTOS; SILVEIRA, 2012). No governo de Getúlio Vargas a indústria passou a ganhar espaço e com isso os sindicatos ligados a ela receberam todo o apoio do Estado, sobretudo no controle dos trabalhadores, camuflado com vários ganhos trabalhistas, como a proibição do trabalho de menores de 14 anos, jornada de trabalho de 48 horas semanais, normas para ocupações insalubres, visando a melhoria das condições de trabalho; amparo da mulher, sobretudo quando gestante; regras para a demissão trabalhista, que protegiam o trabalhador; condições favoráveis para estabilidade no emprego (CARDOSO, 2002), lei de férias, descanso semanal remunerado (ANTUNES, 1988) e o estabelecimento de um salário mínimo nacional (CARVALHO J., 1996; MOREIRA, 1985). No início os operários continuavam a lutar, no entanto a partir de 1935, o Estado passou a ser repressivo de fato e vários sindicalistas foram presos, mortos ou exilados; os sindicatos de destaque foram fechados e o comunismo foi duramente reprimido (ANTUNES, 1988). O governo decidia quanto os sindicatos deveriam arrecadar, pois foi nessa época que a contribuição compulsória dos trabalhadores aos sindicatos foi implantada, onde uma vez por ano, o que o trabalhador ganhava em um dia de trabalho, era destinado aos sindicatos (ANTUNES, 1988; CARDOSO, 2002). Segundo Antunes (1988), a contribuição compulsória servia para financiar sindicatos que não tinham o apoio dos operários, por serem sindicatos que não lutavam pelos seus trabalhadores; esse dinheiro não era controlado pelos trabalhadores, não era usado para as greves, servindo apenas para sustentar o caráter assistencialista dos sindicatos.

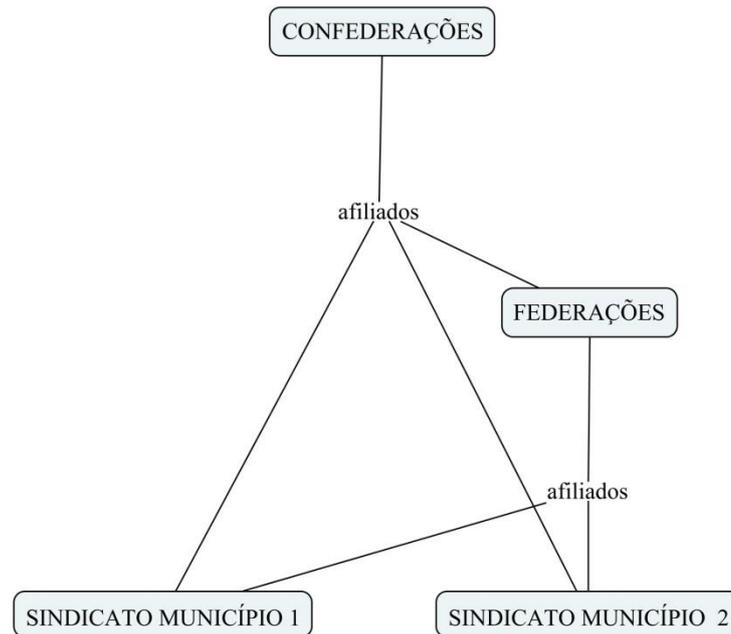
Obedecendo a estrutura organizacional territorial dos sindicatos (Figura 1), imposta pelo governo Vargas, podia haver apenas um sindicato de cada categoria por município<sup>14</sup> (CARDOSO, 2002), se baseando na lei de unicidade sindical (DE PAULA, 2009). Depois vinham as federações que englobavam pelo menos dois sindicatos municipais e eram apenas

---

<sup>14</sup> Ruy Moreira (1985) utiliza o termo lugar, quando diz que em cada lugar só poderia ter um sindicato por categoria.

uma para cada categoria. Por fim, todos os sindicatos e federações eram filiados a uma única confederação por categoria (CARDOSO, 2002; MOREIRA, 1985). O sindicato ficava com 55% do imposto; as federações com 15% e as confederações com 5% (CARDOSO, 2002). O Ministério do Trabalho, que foi criado em 1930 (ANTUNES, 1988; GOETTERT, 2014; MOREIRA, 1985), era quem controlava a estrutura sindical e ficava com 25% do imposto. Era o Ministério do Trabalho que solucionava os conflitos entre os trabalhadores e os empregadores, sendo criada para isso a Justiça do Trabalho (CARDOSO, 2002). O governo proibia a filiação dos sindicatos a organizações sindicais internacionais, proibiu os funcionários públicos de se sindicalizarem e estabelecia um número limitado de sindicalizados estrangeiros (ANTUNES, 1988), pois as principais lideranças operárias do sindicalismo no país eram de imigrantes (ANTUNES, 1988; DE PAULA, 2011; GOETTERT, 2014). Além disso, os sindicatos contavam com as contribuições dos trabalhadores sindicalizados, que em troca são beneficiários do assistencialismo dos sindicatos. As negociações por reivindicações, como melhorias salariais, ocorriam na data-base das categorias, que não se coincidiavam para que não houvesse solidariedades entre as categorias (CARDOSO, 2002).

**Figura 1 – Estrutura organizacional territorial dos sindicatos na década de 1930**



Fonte: Adalberto Cardoso, 2002; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

Em 1934 com a nova Constituição, o governo passou a permitir três sindicatos, de categoria semelhante, em um mesmo município, com o intuito de minimizar a força de categorias que tivessem sindicatos combativos, assim teriam mais sindicatos da mesma categoria, só que ligados ao Estado, recebendo todas as regalias que ele proporcionava, em troca de não lutar contra o capital. Os sindicatos patronais não tinham restrição territorial podendo haver vários deles de uma mesma categoria, e englobar empresas e indústrias de vários lugares, não se restringindo ao município (DE PAULA, 2011).

As centrais sindicais foram proibidas, pois possibilitariam a reunião das diversas categorias, o que incentivaria a luta sindical, a rebelião dos trabalhadores, o que para o Estado devia ser evitado, para que a indústria se desenvolvesse. A greve também passou a ser dificultada, só podendo ocorrer se todos os trabalhadores votassem a favor, e caso a maioria se decidisse pelo sim, a empresa deveria ser avisada com uma semana de antecedência da paralisação. Se essas regras não fossem seguidas, os direitos sindicais eram suspensos, os trabalhadores eram demitidos por justa causa, sem direito a indenizações e o presidente do sindicato tinha que ser substituído através de eleições ou nomeava-se um interventor federal para presidir o sindicato (CARDOSO, 2002). Com toda essa repressão, a maior parte dos sindicatos anarcossindicalistas, deixam de existir nesse período e posteriormente não voltam a

se organizar (DE PAULA, 2011), porque eram apolíticos e não aceitaram se submeter ao controle do Estado.

Podemos perceber que conforme observamos no Quadro 3, o número de sindicatos de trabalhadores urbanos, em torno de 392, foi superior ao de sindicatos rurais, apenas 1, que não era reconhecido. E mesmo os sindicatos de trabalhadores urbanos, a maior parte não foi reconhecido pelo Estado, somente 30. Segundo De Paula (2011) os trabalhadores filiados a sindicatos informais não tinham acesso a maior parte dos direitos trabalhistas. É digno de observação (Quadro 3) que não existem apenas sindicatos de trabalhadores, mas também de empregadores. Na verdade, proporcionalmente tinham mais sindicatos de empregadores. Esses atuam claramente com o objetivo de impedir a articulação dos sindicatos dos empregados e no aumento da produtividade do trabalhador, articulando-se com o Estado. No caso dos sindicatos rurais na década de 1930 tinham mais sindicatos de empregadores que de empregados. Embora esses não sejam reconhecidos, fica evidente o poder das elites rurais no país que sempre foram avessos aos direitos trabalhistas no campo.

**Quadro 3 – Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1930**

Sindicatos	Fundados	Reconhecidos
<b>Urbanos</b>	537	41
Empregadores	145	11
Empregados	314	22
Trabalhadores autônomos	15	2
Agentes autônomos	4	1
Profissionais liberais	26	2
Trabalhadores avulsos	33	3
<b>Rurais</b>	10	0
Empregadores	9	0
Empregados	1	0
<b>Total- empregadores</b>	154	11
<b>Total- empregados</b>	393	30

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

No Quadro 4 seguido do Mapa 1, podemos constatar que a região com maior número de sindicatos de trabalhadores, foi a Região Sudeste, tanto fundados quanto reconhecidos, respectivamente 182 e 11; a Região Nordeste contava com 103 sindicatos fundados e 4 reconhecidos; a Região Sul teve 79 sindicatos fundados e 10 reconhecidos, sendo a segunda região com mais sindicatos reconhecidos; a Região Norte tinha 22 sindicatos fundados e 4 reconhecidos; a Região Centro-Oeste teve o menor número de sindicatos, com 7 fundados e 1 reconhecido. A Região Sudeste congrega o maior número de sindicatos nesse período, devido ao fato de ter sido o berço da industrialização no país, que levou posteriormente ao surgimento dos sindicatos. A proporção dos sindicatos reconhecidos também chama a

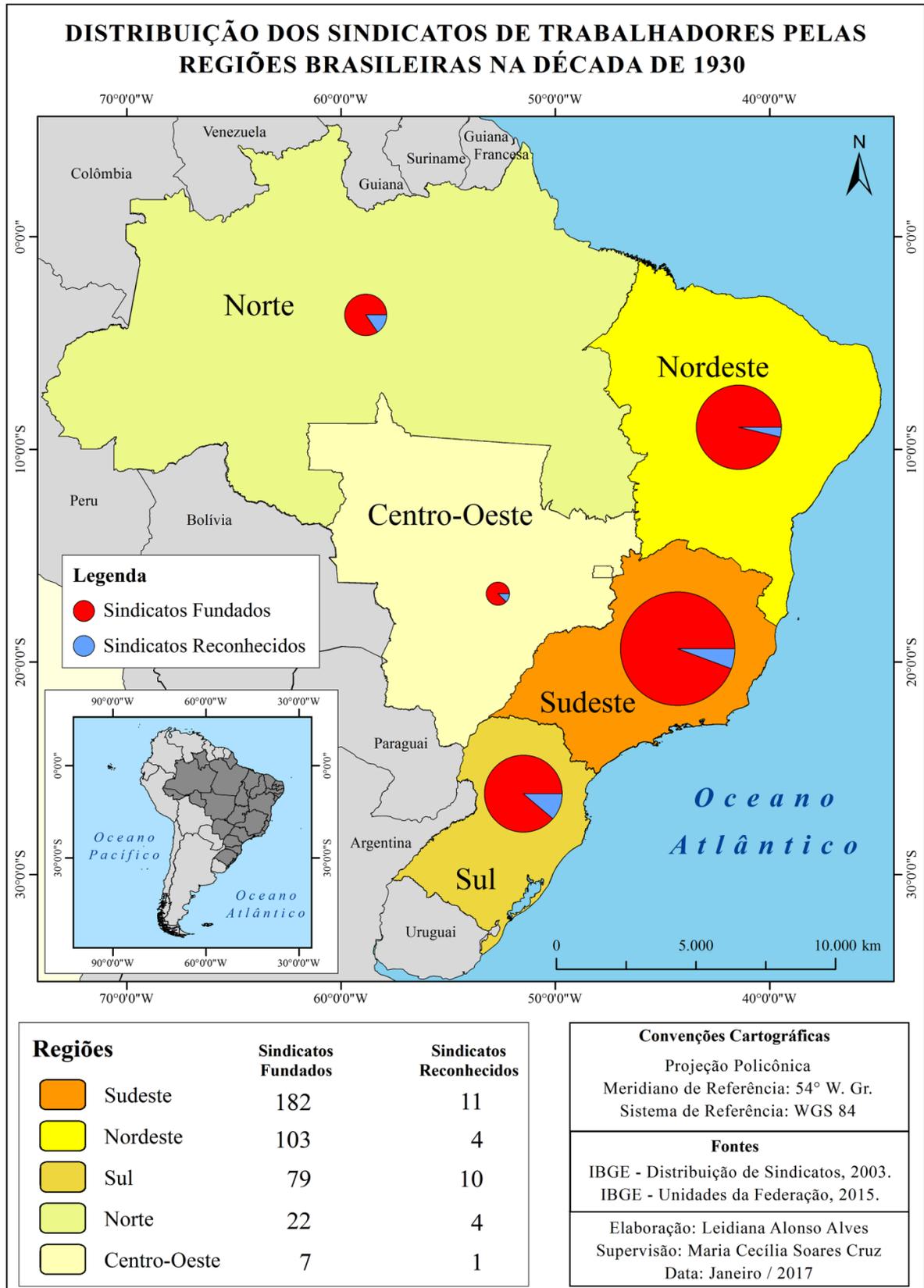
atenção, o que indica o controle pelo Estado dos sindicatos, porém, a fundação de vários sindicatos, evidencia que a luta dos trabalhadores e os conflitos eram de grandes proporções.

**Quadro 4 – Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1930**

<b>Regiões</b>	<b>Fundados</b>	<b>Reconhecidos</b>
Norte	22	4
Nordeste	103	4
Sudeste	182	11
Sul	79	10
Centro-Oeste	7	1
<b>Brasil</b>	<b>393</b>	<b>30</b>

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

**Mapa 1 - Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1930**



Nesse período surgiram sindicatos de destaque na cidade de Campos dos Goytacazes. Em 1933 surgiu o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar (STIAC)<sup>15</sup>, em 1935 o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Campos, em 1936 o Sindicato dos Bancários e em 1938 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC).

O STRC surgiu com o apoio dos trabalhadores rurais de Pernambuco, em 1938 (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). Eram liderados por Antônio João de Faria, sendo o primeiro sindicato rural do país, que foi reconhecido legalmente em 1944, com a lei 7.038, que regularizou a sindicalização rural. Em 10 de novembro de 1941, foi decretada a lei 3.855 – Estatuto da Lavoura Canavieira – que deu uma série de benefícios aos operários da usina e aos empregados da lavoura, entre elas assistência social e indenização nas rescisões contratuais. Os latifundiários, no município de Campos, em represália a essa lei, expulsaram os trabalhadores de suas terras e destruíram suas lavouras de subsistência. Em 1942 foi criado o Conselho Sindical em Campos, que congregava várias categorias, entre elas a dos rurais, para fortalecer a luta operária na cidade. Em 1947, os empregados da lavoura da Usina São José, começaram uma greve, devido ao atraso nos salários e a direção da usina não queria receber o presidente do sindicato, Antônio Faria, que exigiu o pagamento dos salários. O IAA emprestou dinheiro aos usineiros, que por sua vez pagaram os empregados. O sindicato dos rurais sofreu uma intervenção neste ano, porque estava ameaçando o poder dos usineiros. A intervenção só chegou ao fim em 1955 (FERREIRA, 2015).

Para muitas pessoas Getúlio Vargas era uma figura paternal para os trabalhadores, porque apesar de controlar os sindicatos para a indústria crescer, trouxe para os trabalhadores uma série de melhorias trabalhistas. Boa parte dessas melhorias e das normas sindicais perduram até hoje, e fazendo uma análise desse período podemos dizer que o que minimizava a força dos sindicatos era a dificuldade de fazer a greve e a proibição das centrais sindicais, que reuniam diversas categorias, para que pudessem lutar conjuntamente. Assim podemos dizer que as conquistas na legislação trabalhista foram um grande ganho para os trabalhadores. Evidentemente, trata-se de uma estrutura que ameniza a exploração do trabalho, mas ela não deixa de contribuir com o modo de produção vigente e de alguma forma participa da perpetuação do próprio sistema. Especialmente porque as vertentes do sindicalismo mais revolucionárias foram perdendo força.

---

<sup>15</sup> A princípio defendia tanto os empregados da lavoura de cana quanto os operários da usina, que logo depois excluiu os trabalhadores da lavoura, em troca de benefícios como jornada de oito horas diárias e férias anuais, traindo os trabalhadores da lavoura, numa manobra do governo (FERREIRA, 2015).

### 1.3 A Ditadura Militar e o movimento sindical

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) o sindicalismo foi bastante reprimido pelo Estado e mantinha a estrutura organizacional dos anos 1930, com a proibição das centrais sindicais. Em Campos dos Goytacazes houve o declínio da atividade açucareira, que posteriormente seria substituída pela atividade petrolífera.

Em 1938 foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que tinha por objetivo controlar o refino e distribuição do petróleo no Brasil (FERREIRA, 2015). Em 1941 o governo brasileiro anunciou a exploração comercial de petróleo em Candeias, na Bahia<sup>16</sup>. Em 1947 durante o governo de Dutra, o país estava alinhado com os Estados Unidos<sup>17</sup>, que tinha interesse em controlar o petróleo brasileiro. Getúlio Vargas que ficou do lado de Dutra durante as eleições, passou a criticar sua parceria com os Estados Unidos. Nesse período foi criado o Centro de Defesa do Petróleo e ocorreram manifestações com o apoio da esquerda e da União dos Estudantes (UNE), em defesa da nacionalização do petróleo brasileiro, na campanha “O petróleo é nosso” (FERREIRA, 2015). Em 1953, Getúlio Vargas, de volta à presidência, cria a Petrobrás, pela lei 2.004, firmando o monopólio do petróleo (FERREIRA, 2015).

Em 1957 surgiu o primeiro Sindicato dos Petroleiros, na Bahia, o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo (STIEP) e em 1959, surge o Sindipetro – Sindicato dos Petroleiros no Refino, também na Bahia<sup>18</sup>. Assim podemos observar que a criação de Sindicatos de Petroleiros no território brasileiro é antecedida pela implantação da atividade petrolífera nos locais. O Sindicato dos Petroleiros nasceu dentro desse contexto de nacionalização do petróleo, e de acordo com um diretor sindical do Sindipetro NF:

[...] porque que a Petrobrás se fez tão grande assim, porque ela valorizou a qualidade do seu corpo técnico, tanto técnico como de engenharia, e ela conseguiu se desenvolver tecnologicamente [...] (informação verbal)<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetroba.org.br/novo/nossa-historia.php?id=3168>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

<sup>17</sup> As petrolíferas estrangeiras queriam gerir o petróleo brasileiro (GOETTERT, 2014).

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetroba.org.br/novo/nossa-historia.php?id=3168>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

<sup>19</sup> Entrevista concedida por L. S. F., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

Assim constatamos que a categoria petroleira é forte porque a Petrobrás sempre investiu em sua força de trabalho, e isso devido ao fato de ser uma empresa estatal, por isso os trabalhadores tem uma relação afetiva com a empresa, sempre buscando obter melhores salários e condições de trabalho mais justas, mas também sempre desempenhando o melhor trabalho possível, o que leva ao crescimento da Petrobrás, porque se orgulham de trabalhar numa empresa onde a maior parte das ações ainda é do governo brasileiro, por isso estão sempre em defesa da petrolífera, contra a venda de ativos da empresa, caracterizando a forte ideologia nacionalista do Sindipetro, o que diferencia o Sindipetro dos demais sindicatos.

### 1.3.1 O sindicalismo brasileiro no período da ditadura: a decadência das usinas em Campos dos Goytacazes e região

No período da ditadura o movimento sindical era controlado pelo governo militar, com isso os trabalhadores perdiam o direito de lutar por melhorias trabalhistas via sindicatos; os operários eram super explorados, o número de filiação sindical nesse período foi pequeno, vários líderes sindicais foram cassados, as greves foram proibidas e os sindicatos de maior destaque, passaram a ser fiscalizados por interventores federais e quem ousasse ir contra as regras do Regime Militar era duramente repreendido, com prisões e exílios. Os sindicatos reforçaram seu caráter assistencialista (CARDOSO, 2002), tal como ocorria na década de 1930<sup>20</sup>, como afirma Antunes, “Reforçou-se, através de novos instrumentos legais, o papel do sindicato como mero órgão assistencialista e de agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora” (ANTUNES, 1988, p. 76). Nessa época o salário dos trabalhadores teve poucos aumentos (ANTUNES, 1988; CARVALHO J., 1996), além da criação em 1966 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que levou os empregadores a demitir um grande número de trabalhadores, em período anterior ao dissídio coletivo<sup>21</sup>, sem pagamento de indenização. Posteriormente os funcionários foram recontratados, em troca de salários bem baixos (ANTUNES, 1988). Em relação à proibição das greves podemos citar a tentativa frustrada da greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968:

---

<sup>20</sup> Ainda mantinham a mesma estrutura organizacional territorial da década de 1930 (Figura 1).

<sup>21</sup> Iniciadas as negociações nas datas-bases, no caso de um impasse ou ausência de acordo, qualquer das partes pode recorrer à Justiça do Trabalho para a solução do conflito trabalhista, seja no âmbito da empresa individual, seja no âmbito da categoria profissional como um todo. Com base em argumentos das partes e com pretensão de isenção, a Justiça do Trabalho arbitra uma sentença normativa que deve ser acatada por todos (CARDOSO, 2002, p. 19).

Antecipando-se à greve geral prevista para outubro de 68, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos, a direção de Osasco aventurou-se numa greve, acreditando na possibilidade de sua extensão para outras regiões. Iniciada no dia 16 de julho, com a ocupação da Cobrasma, a greve atingiu as empresas Barreto Keller, Braseixos, Granada, Lonaflex e Brown Boveri. No dia seguinte o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no Sindicato. Houve ainda a presença das forças militares que passaram a controlar todas as saídas da cidade, além de efetivarem o cerco e a invasão das fábricas. A partir de então, desestruturou-se toda e qualquer possibilidade de manutenção da greve. No seu quarto dia os operários retornaram ao trabalho. Era o fim da greve de Osasco (ANTUNES, 1988, p. 79 e 80).

Por outro lado, os trabalhadores tiveram algumas melhorias, como a inserção da população rural na previdência social (CARVALHO, J., 1996). Nesse período ocorreu um grande reconhecimento do sindicalismo rural (Quadro 5) pois haviam 1.060 sindicatos de trabalhadores rurais, onde 722 eram reconhecidos, ao contrário do que ocorria nos anos 1930, onde havia apenas 1, e nenhum reconhecimento. No total teremos 1101 sindicatos de trabalhadores reconhecidos.

#### **Quadro 5 – Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1960**

<b>Sindicatos</b>	<b>Fundados</b>	<b>Reconhecidos</b>
<b>Urbanos</b>	628	517
Empregadores	165	138
Empregados	340	292
Trabalhadores autônomos	61	46
Agentes autônomos	7	7
Profissionais liberais	19	10
Trabalhadores avulsos	36	24
<b>Rurais</b>	1905	1525
Empregadores	845	803
Empregados	1060	722
<b>Total- empregadores</b>	1010	941
<b>Total- empregados</b>	1523	1101

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

Em 1957, durante um Congresso de Trabalhadores, em Petrópolis, o líder do sindicato rural de Campos, Antônio de Faria, se pronunciou a favor da reforma agrária e da inserção dos rurais como beneficiários da Previdência Social, entre outros direitos, que só eram concedidos aos trabalhadores de outras categorias (FERREIRA, 2015). Em 1963 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), congregando os sindicatos e federações rurais. Os sindicatos rurais surgiram orientados pela Igreja Católica ou pelo socialismo, e ambos eram antagônicos entre si. Nesse período houve um grande reconhecimento dos sindicatos rurais no país (NOVAES, 1991), conforme vemos no Quadro 5. Durante a ditadura os sindicatos rurais seguiram o mesmo modelo organizacional territorial

dos sindicatos urbanos, com um sindicato único por município, que defendia os rendeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários (NOVAES, 1991; RAMOS, 2010). Os trabalhadores rurais passaram a ter acesso à aposentadoria, pensões, auxílios-funeral e serviços de saúde (NOVAES, 1991; RAMOS, 2010; CARVALHO G., 2011).

Nos anos 1970, A Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e a CONTAG, promoviam vários cursos, para formar lideranças sindicais (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005), em todo o território brasileiro. Além disso, organizavam congressos e encontros, para que os trabalhadores rurais pudessem discutir sobre seus direitos sociais e econômicos e o STRC, era bastante participativo nas atividades promovidas por essas instituições (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005).

Lopes (1976) em seu livro “O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar”<sup>22</sup> descreveu a vida sofrida dos operários das usinas, posto que tinham péssimas condições de trabalho e salários miseráveis. Os operários trabalhavam mais de oito horas (em torno de 12 horas) por dia em época de moagem da cana, e aceitavam trabalhar mais para complementar a renda, pois o salário com base em oito horas, era pouco para que pudessem se sustentar. Em época fora da moagem de cana, voltavam a trabalhar por oito horas e ganhavam menos, tendo que cultivar uma horta no quintal para complementar a alimentação ou então vender no mercado para complementar a renda.

Os operários também relatavam casos de acidente no trabalho, como quedas de locais elevados nas usinas, que poderiam levar a óbito; além disso, havia casos de perda de membros, queimaduras e atropelamentos. A infraestrutura das usinas só levava em conta a trajetória do produto, sem pensar no bem estar da mão de obra. Se a situação de renda dos operários da usina era precária, a dos trabalhadores da lavoura de cana da usina era ainda pior, pois se não atingissem a cota estabelecida do corte de cana, ficavam sem receber no final de semana (LOPES, 1976).

Antônio de Faria, líder do sindicato rural de Campos, lutou e conquistou várias melhorias, como o registro de empregados clandestinos, reintegração ao trabalho de trabalhadores demitidos injustamente, aumentos salariais, direito de acesso à educação para os trabalhadores, direito a carteira assinada, jornada de trabalho de oito horas, férias e aposentadoria. Além dos benefícios citados acima, o líder Faria, era a favor do surgimento de

---

<sup>22</sup> Ambientado na zona canavieira nordestina, na década de 1970 (LOPES, 1976).

novas lideranças, pois tinha consciência de que não iria durar para sempre, por isso via a necessidade de ser substituído; criou também uma cooperativa de produtores rurais e foi membro da FETAG e da CONTAG (FERREIRA, 2015).

Com a falência da Usina São João em Campos, o STIAC em 1996, abre um processo contra a usina, pois estava devendo o pagamento do salário durante seis meses e mais o 13º salário dos funcionários. A usina estava vendendo os equipamentos e não estava pagando o que devia aos empregados (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). Assim podemos constatar que o STIAC e o STRC mesmo com a forte oposição dos usineiros, buscavam junto a seus trabalhadores, lutar por seus direitos trabalhistas.

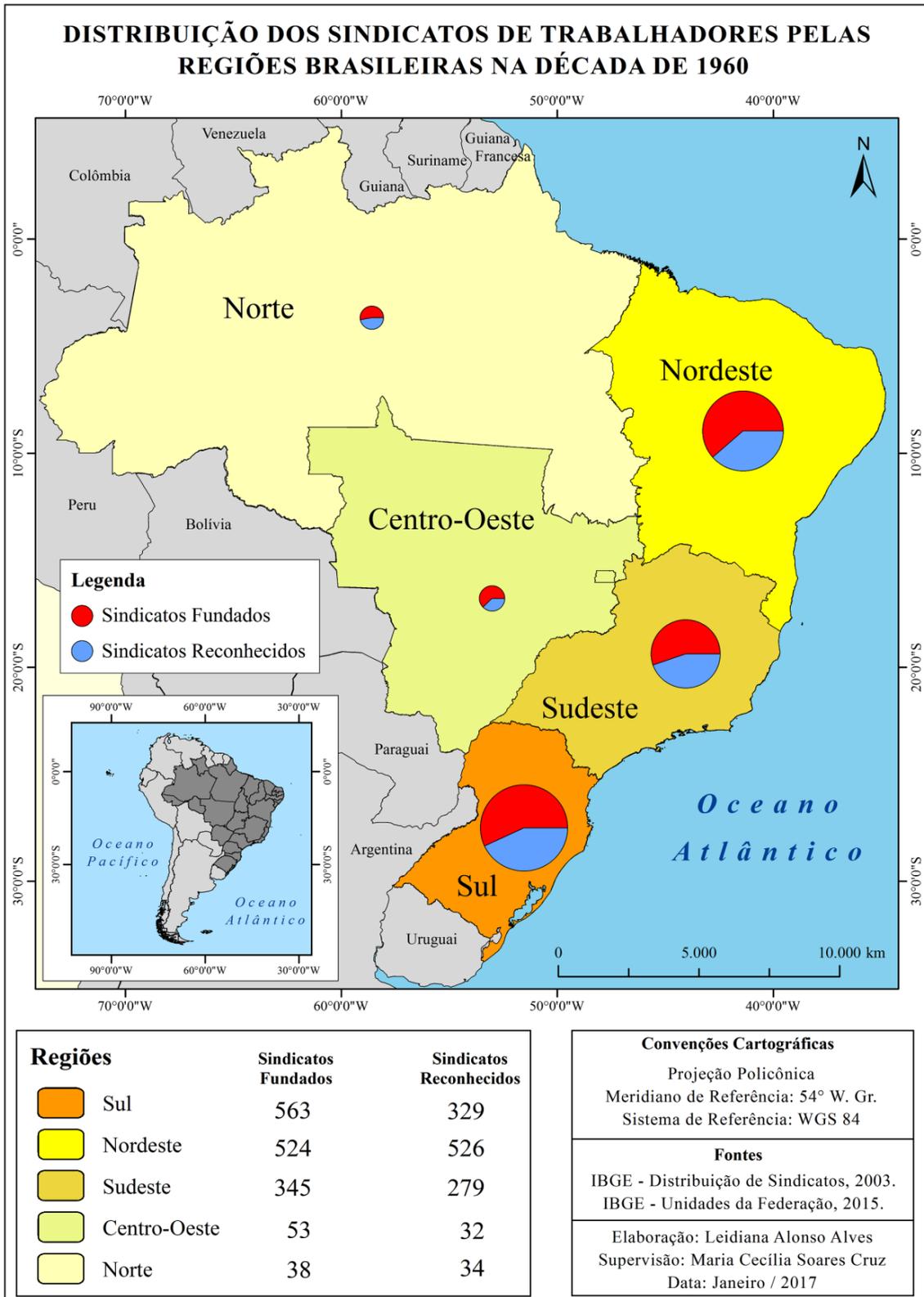
Observando o Quadro 6 e Mapa 2, percebemos que houve um maior reconhecimento dos sindicatos por região, sobretudo na Região Sul com 563 fundados e 427 reconhecidos. Na Região Nordeste foram 524 sindicatos fundados e 329 reconhecidos. A Região Sudeste teve um número de sindicatos fundados e reconhecidos pequeno em relação a década de 1930, com 345 fundados e 279 reconhecidos. Na Região Centro-Oeste ocorreu um aumento em menor proporção, se comparado a década de 1930, com 53 fundados e 32 reconhecidos. Na Região Norte tínhamos 38 sindicatos fundados e 34 reconhecidos.

**Quadro 6 – Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1960**

<b>Regiões</b>	<b>Fundados</b>	<b>Reconhecidos</b>
Norte	38	34
Nordeste	524	329
Sudeste	345	279
Sul	563	427
Centro-Oeste	53	32
<b>Brasil</b>	<b>1523</b>	<b>1101</b>

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

**Mapa 2 – Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1960**



O território campista, ao fim dos anos 1970, é marcado pelo sucateamento da indústria sucroalcooleira. Em relação a isso temos o relato de J.R.<sup>23</sup>, presente no trabalho de Lewin, Ribeiro e Silva (2005), que foi dono de usina, e responsabiliza o fim do IAA, pela queda da atividade sucroalcooleira na região, pois o órgão sempre socorria os usineiros em momentos de crise, e sem o seu apoio, começou a ocorrer um endividamento generalizado das usinas. Bernardes (2014) assinala que, entre os motivos que levaram ao esvaziamento do setor sucroalcooleiro, também está o fim do IAA. A modernização da indústria açucareira ao fim dos anos 1970, não foi acompanhada da modernização do cultivo da cana (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005), o que acarretou na falta da matéria-prima. A modernização das usinas aumentou sua capacidade de produção, e em contrapartida, a safra de cana, não era suficiente (BERNARDES, 2014).

Entre as usinas que se modernizaram, está a usina São João, que acabou endividada porque comprou a usina de Poço Gordo, e depois a Porto Real<sup>24</sup>, o que levou a um acúmulo de dívidas, pois ambas estavam endividadas e eram administradas pela Companhia de Bartholomeu Lysandro, que era dono da usina São João. Muitas vezes os empréstimos eram destinados para pagar dívidas já vencidas (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005), o que adicionava juros. Com o passar dos anos a usina São João continuou pegando empréstimos apenas para saldar suas dívidas, sem investir em melhorias para seu parque industrial e atrasando os salários dos empregados. Outros fatores estão associados ao solapamento da atividade açucareira na região, como o baixo índice pluviométrico, que com a falta de irrigação adequada diminuiu a qualidade da cana, e a falta de infraestrutura, pois a cidade nunca contou com rodovias e linhas férreas que dessem o suporte suficiente ao escoamento da cana. Entretanto, o Estado de São Paulo, contava com alta produtividade tanto na indústria quanto na área agrícola, o que o tornou destaque na produção sucroenergética (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005), no território brasileiro. Ao mesmo tempo em que ocorre o sucateamento da atividade usineira, começa a se delinear no território campista a atividade petrolífera, com a descoberta da Bacia de Campos nos anos 1970. De acordo com S. Silva (2015b), a implantação da subsede da Petrobrás na cidade de Macaé em 1978, marcou a centralidade da cidade no cenário nacional, na etapa da extração, integrando o circuito espacial produtivo do petróleo no Brasil.

---

<sup>23</sup> As autoras colocaram apenas as iniciais do nome.

<sup>24</sup> Se localizava em Resende (LEWIN, RIBEIRO, SILVA, 2005).

#### 1.4 O Novo Sindicalismo e o movimento sindical após a década de 1980

O movimento sindical nos anos 1980 passou a ser mais ativo, com muitas greves deflagradas, que levaram os trabalhadores a obter várias conquistas, com destaque para a categoria dos metalúrgicos do ABC paulista, que inspiraram as outras categorias a lutarem também. A partir dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, o sindicalismo passou a sofrer fissuras, sobretudo com as terceirizações, que fragmentam as categorias de base, com um aumento do número de sindicatos, para defender os trabalhadores terceirizados. Em 1995 é criado o Sindipetro NF, para defender os petroleiros da região Norte Fluminense.

As políticas neoliberais na década de 1980 e 1990 no Brasil tiveram significativos impactos para os setores estratégicos como de produção e distribuição de energia, transportes e telecomunicações. Houve um amplo processo de privatizações desses setores. A Petrobrás também foi afetada por meio da quebra do monopólio na extração do petróleo no Brasil. Isso trouxe mudanças no processo produtivo, afetando diretamente os trabalhadores com terceirização e maior exploração nas empresas subcontratadas. Processo esse que também trouxe novas pressões aos sindicatos, especialmente ao Sindipetro NF. Em Campos dos Goytacazes a atividade petrolífera, passou a ser destaque a partir dos anos 1970, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, e a implantação da subsele da Petrobrás em Macaé, no ano de 1978, para gerir a etapa da extração, perdurando até hoje como principal atividade econômica desses municípios.

O que chamamos de neoliberalismo, é uma doutrina econômica, que segundo Anderson (1995), surgiu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nos países da Europa e da América do Norte onde o capitalismo se sobressaia. A doutrina surgiu com o objetivo de trazer prosperidade econômica, através de lucros, e para isso era totalmente contra as políticas de bem-estar social adotada nos países, onde o Estado regulava a economia, limitando-a e em contrapartida provia a população com uma série de programas sociais, visando seu bem-estar. De acordo com a doutrina neoliberal, o mercado era quem deveria regular a economia, e assim uma série de mudanças deveriam ser introduzidas. Era necessário haver concorrência, sendo a desigualdade um valor positivo para a sobrevivência das sociedades ocidentais. Com a crise nos 1970, de grande magnitude, os países de capitalismo avançado passaram por uma recessão, com diminutas taxas de crescimento e aumento das taxas de inflação. A crise corroborou com a introdução das medidas neoliberais. Para os neoliberais, parte da culpa da

crise era da alta combatividade dos sindicatos e dos operários, que lutavam por melhores salários e cobravam do Estado que este provesse melhorias para a população. As consequências seriam a alta inflacionária e a queda nos lucros das empresas. Para o neoliberalismo o Estado deveria conter o poder dos sindicatos e diminuir os gastos com a população. Com a contenção dos gastos sociais e a manutenção de um alto índice de desemprego, criando um exército industrial de reserva, o governo iria conseguir conter o poder dos sindicatos. Isso ficou comprovado nos países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), onde se nos anos 1970 a taxa média de desemprego era de 4%, nos anos 1980 essa taxa quase dobrou (ANDERSON, 1995). No Brasil, exemplos de governos que adotam uma política neoliberal agressiva, seriam os governos de direita, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), quando as privatizações foram executadas com voracidade. Temos também o atual governo de Michel Temer, que governa o país desde novembro de 2016, mediante o *impeachment* de uma presidente de esquerda, Dilma Rousseff, e as consequências destes governos para os trabalhadores, entre eles os trabalhadores do circuito espacial de produção petrolífero, serão explanadas mais profundamente no capítulo dois deste trabalho.

#### 1.4.1 O Novo Sindicalismo no Brasil e os novos usos do território no Norte Fluminense

No período de 1970-1980, no território brasileiro, houve um crescimento da população urbana em relação à população rural. Esse crescimento, levou a necessidade da inserção de novas infraestruturas e serviços, para tornar esse território capaz de absorver essa população. Com isso, entre as novas materialidades inseridas no território, podemos citar o aumento do número de redes de energia elétrica e de telefonia, pois houve aumento do consumo de energia e do uso de telefones; construção de novas rodovias, devido ao aumento do número de carros e de serviços de transporte em geral, como o aumento do número de objetos transportados pelos Correios, que levou a necessidade da ampliação do serviço de transporte dos Correios (SANTOS, 2013).

O território brasileiro no início da década de 1970 apresentava aumento do Produto Interno Bruto (PIB), de 10% ao ano, período que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”. No final de 1973, o cenário mudou, com o recuo de lucro em alguns setores, diminuição dos investimentos e inflação, que abalava o custo de vida da população. O país

dependia da importação de petróleo e com a crise do petróleo, que levou ao aumento do preço do produto, que era controlado pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), as divisas do país foram sacrificadas, solapando o milagre econômico. Isso se deu devido ao fato do país, ter seu sistema de transporte calcado sobretudo no transporte rodoviário, e a indústria automobilista, pressionou o governo para que subsidiasse a importação de combustíveis, para que a venda de seus produtos não fosse prejudicada, e assim o Estado deixou de investir no país (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005).

No final dos anos 1970 o movimento sindical brasileiro passou a ser mais ativo, deflagrando várias greves gerais, promovendo vários encontros sindicais, obtendo vários ganhos e o sindicato de destaque era o dos metalúrgicos do ABC paulista, liderados por Luís Inácio Lula da Silva. Esse período ficou conhecido como Novo Sindicalismo (RODRIGUES, L., 1991).

Durante o Novo Sindicalismo havia três tendências principais que atuavam direcionando os sindicalismos. Entre elas podemos destacar as “Oposições Sindicais” que eram ligadas a Igreja Católica, os “independentes”, que eram liderados por Luís Inácio Lula da Silva, e faziam parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e a Unidade Sindical (atrelados ao Estado, com práticas assistencialistas). Juntos, os “independentes” e as “oposições sindicais” criaram nesse período a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que até hoje congrega a maior parte dos sindicatos do país; e o Partido dos Trabalhadores (PT) (RODRIGUES, L., 1991; RODRIGUES, IRAN, 1999).

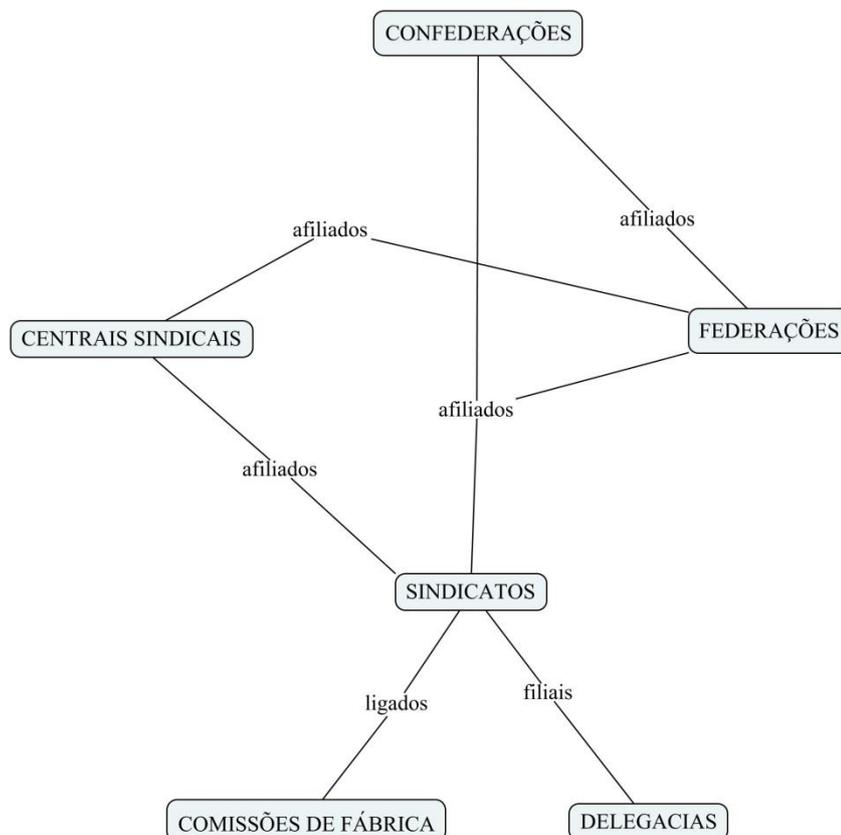
Na década de 1980 as centrais sindicais voltaram a ter destaque no território brasileiro, após terem sido banidas nas décadas de 1930 e 1960. Além das centrais surgiram as comissões de fábrica, que são comandos de luta dentro do local de trabalho, que podem ou não estarem ligadas a um sindicato; e as delegacias sindicais, que funcionam como filiais dos sindicatos (Figura 2). Conforme observamos no Quadro 7, além da CUT, nesse período também surgiram outras centrais como a União Sindical Independente (USI) em 1985 e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986<sup>25</sup>. A CUT se diferencia destas últimas, por ser a favor de uma luta sindical mais combativa, através de greves gerais (RODRIGUES, L., 1991); sendo assim baseia-se na estrutura sindical do legalismo populista, que é a favor de reformas sociais. Podemos constatar (Quadro 7), que houve pouca variação

---

<sup>25</sup> Em 1989, a central vai sofrer uma fissura, devido ao fato de que parte dos associados foram contra o resultado da eleição para presidente, se dividindo em Confederação Geral do Trabalho e Central Geral dos Trabalhadores, mantendo a mesma sigla (RODRIGUES, L., 1991).

entre os anos pesquisados em relação ao número de sindicatos e a central com maior número de sindicatos afiliados é a CUT, mantendo esse *status* até hoje, onde em 1989, havia 17% de sindicatos de empregados urbanos afiliados, 14% de sindicatos de profissionais liberais afiliados, 14% de sindicatos de trabalhadores autônomos afiliados e 14% de sindicatos de trabalhadores rurais afiliados. As outras centrais seguem o legalismo estatismo, que é ligado ao Estado, indo contra qualquer reforma social (BOITO JR., 1991), ficando a CGT em segundo lugar, com 7% de sindicatos de empregados urbanos afiliados, 2% de sindicatos de profissionais liberais afiliados, 8% de sindicatos de trabalhadores autônomos afiliados e 2% de sindicatos de trabalhadores rurais afiliados, no ano de 1989; a USI fica em terceiro lugar com apenas 2% de sindicatos de empregados urbanos afiliados e 4% de sindicatos de trabalhadores rurais afiliados, em 1989. Em relação ao número de sindicatos que não eram afiliados as centrais sindicais, não ocorreu grande diferença nos anos pesquisados, onde em 1989, haviam 74% de sindicatos de empregados urbanos não afiliados, 84% de sindicatos de profissionais liberais não afiliados, 84% de sindicatos de trabalhadores autônomos não afiliados e 84% de sindicatos de trabalhadores rurais não afiliados.

**Figura 2 – Estrutura organizacional territorial dos sindicatos na década de 1980**



Fonte: Leôncio Martins Rodrigues, 1991; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

**Quadro 7 – Brasil: sindicatos filiados a centrais sindicais na década de 1980**

TIPO DE SINDICATO	FILIADOS A CENTRAIS SINDICAIS						NÃO FILIADOS	
	CUT		CGT		USI		1988 %	1989 %
	1988 %	1989 %	1988 %	1989 %	1988 %	1989 %		
Empregados Urbanos	14	17	8	7	2	2	76	74
Profissionais liberais	13	14	3	2	-	-	84	84
Trabalhadores autônomos	7	14	2	8	-	-	90	84
Trabalhadores Rurais	12	14	4	2	1	4	84	84

Fonte: IBGE, 1989; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

Entre as principais pautas do movimento sindical estavam a estabilidade no emprego, diminuição da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), direito de greve, possibilidade de entrada dos funcionários públicos nos sindicatos e autonomia dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho (RODRIGUES, L., 1991). A categoria que levou as demais a buscar uma luta sindical mais arrojada foi a metalúrgica, sobretudo os metalúrgicos do ABC paulista (RODRIGUES, L. 1991; ANTUNES, 1988). Se contabilizarmos somente os sindicatos de empregados reconhecidos, temos nesse período, 1.797, de acordo com os dados no Quadro 8:

**Quadro 8 – Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1980**

Sindicatos	Fundados	Reconhecidos
<b>Urbanos</b>	3366	1709
Empregadores	759	385
Empregados	2233	1075
Trabalhadores autônomos	132	81
Agentes autônomos	13	8
Profissionais liberais	165	110
Trabalhadores avulsos	64	50
<b>Rurais</b>	1010	664
Empregadores	235	191
Empregados	775	473
<b>Total- empregadores</b>	994	576
<b>Total- empregados</b>	3382	1797

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

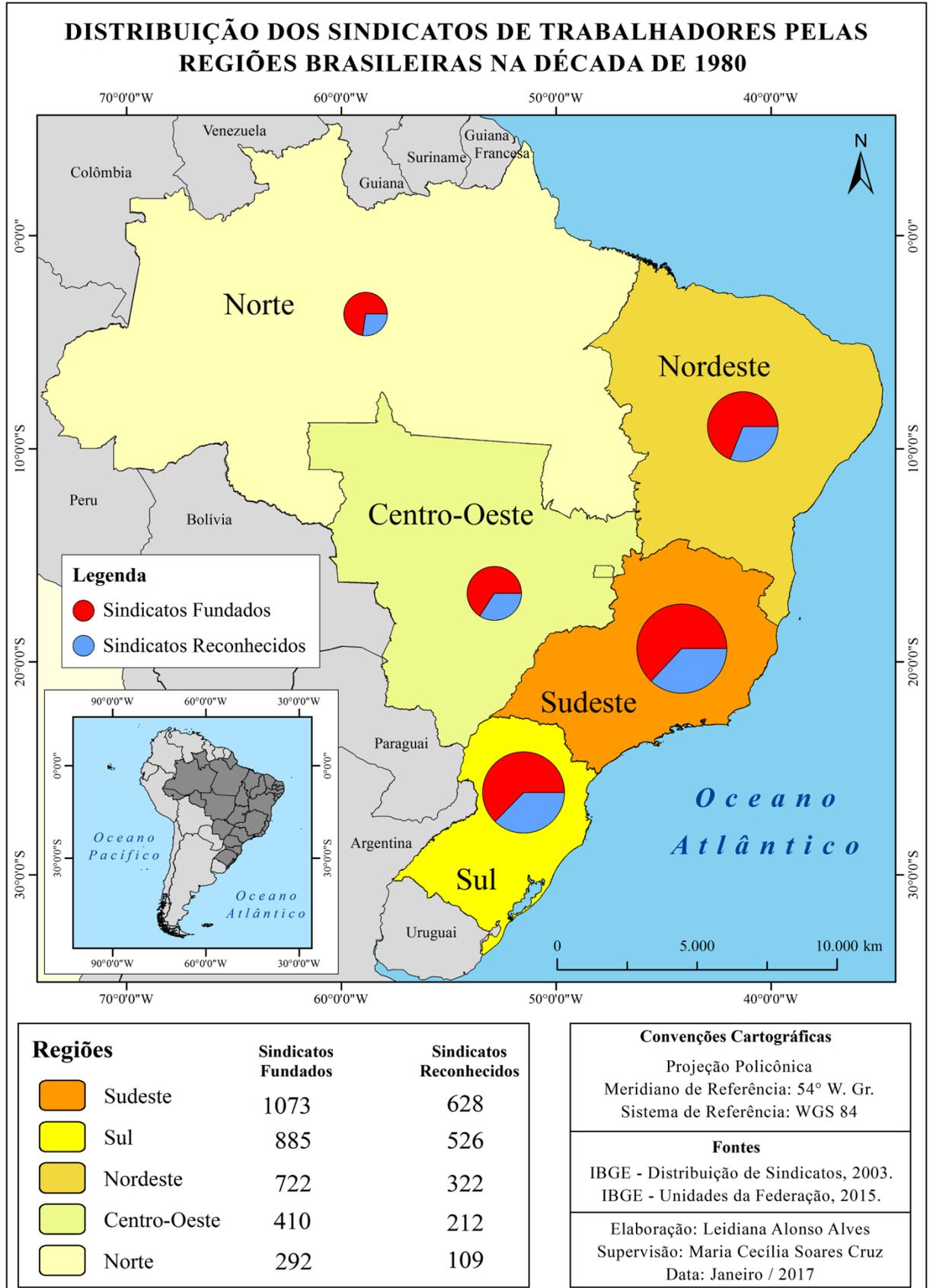
De acordo com o Quadro 9 e Mapa 3, a Região Sudeste e a Sul possuíam números expressivos de sindicatos fundados e reconhecidos, com respectivamente 1.073 e 885 fundados, e 628 e 526 reconhecidos. A Região Nordeste apresentava 722 sindicatos fundados e 322 sindicatos reconhecidos e a Centro-Oeste teve um aumento em relação a década 1960 (Quadro 6 e Mapa 2), com 410 sindicatos fundados e 212 sindicatos reconhecidos. A Região Norte teve um aumento nesse período se comparado aos anos 1960 (Quadro 6 e Mapa 2), com 292 sindicatos fundados e 109 reconhecidos.

**Quadro 9 – Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1980**

<b>Regiões</b>	<b>Fundados</b>	<b>Reconhecidos</b>
Norte	292	109
Nordeste	722	322
Sudeste	1073	628
Sul	885	526
Centro-Oeste	410	212
<b>Brasil</b>	<b>3382</b>	<b>1797</b>

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

**Mapa 3 - Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1980**



Durante esse período o Norte Fluminense, que começou a se destacar no território brasileiro, através da descoberta do petróleo na Bacia de Campos, trouxe grandes mudanças para a região, em razão das empresas que se instalam, atraindo empregos no ramo do petróleo e em razão das compensações financeiras decorrentes da atividade como os *royalties* e as participações especiais.

A atividade canavieira que estava em declínio, recebeu um incentivo do Estado, com a criação do Proálcool, que consistia em investimentos na produção de cana, visando expandir a área plantada e as usinas, destinadas a produzir álcool anidro ou hidratado (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). Com o Proálcool, inicia-se um aumento da malha urbana, com destaque para o início da verticalização imobiliária na cidade (RAINHA; SILVA, 2014). Nesse período ocorreu um aumento no número de boias-frias, maior número de demissões nas fazendas e da utilização de trabalho infantil nas plantações. Como consequência das demissões nas fazendas ocorreu um grande êxodo rural, que ampliou o processo de favelização na cidade de Campos (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005).

Com a chegada da atividade petrolífera na região, além da vinda da Petrobrás, outras empresas do ramo petrolífero chegam para prestar serviços a petrolífera estatal, onde segundo Rainha e Silva (2014), chegaram tanto empresas petroquímicas quanto empresas responsáveis pelo setor logístico de implantação de dutos, nas cidades de Campos e Macaé.

#### 1.4.2 O movimento sindical brasileiro a partir da década de 1990: a criação do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

No atual período técnico-científico-informacional, a ciência e a técnica passam a ser inseparáveis e os objetos são informacionais, porque são carregados de intencionalidade de acordo com sua produção e localização. O mercado nesse período se torna global, e os espaços são remodelados de acordo com os interesses dos atores hegemônicos, do campo da economia, da cultura e da política (SANTOS, 2009). Dentro desse contexto novos cenários surgiram, com o advento da reestruturação produtiva nas fábricas, tendo como expoente principal o *toyotismo*, que se inicia na década de 1980 e como sempre ocorre na história do capitalismo resulta em ônus para os trabalhadores com a precarização do trabalho na figura das terceirizações, que retiram do trabalhador boa parte dos direitos trabalhistas. Nos países periféricos como o Brasil, as consequências da reestruturação produtiva tiveram fortes

desdobramentos a partir da década de 1990 (ANTUNES, 2003). Antunes (2003) e Pochmann (1996) citam que na década de 1980 os países do centro passaram a sofrer reduções no número de sindicalizados e de greves.

Retomamos aqui algumas especificidades do caminho do modo de produção que o território brasileiro tomou, na década de 1960, pois com o golpe militar ocorreu um grande investimento na atividade industrial. O governo investia pesado para o crescimento econômico do país e para incentivar o consumo da população o governo aumentou o sistema de créditos, o que a deixava endividada (SANTOS, 2013). Nesse período a integração do território já estava desenhada e novas próteses foram inseridas, como a construção de mais estradas e a modernização das já existentes. A partir desse período São Paulo se tornou a cidade polo, polarizando as cidades periféricas ao seu redor (SANTOS; SILVEIRA, 2012).

No Brasil o modelo de produção vigente era o fordista, denominado de fordismo periférico (LIPIETZ, 1989), porque não houve grande produtividade, melhoria salarial, redução dos preços (PASQUALINI, 2004) e qualificação da mão de obra, como ocorreu no país de origem do fordismo, os Estados Unidos, onde a mão de obra precisava ter um certo nível de qualificação, ou seja, experiência industrial; a produção deveria crescer junto com o mercado consumidor (LIPIETZ, 1989; HARVEY, 1992), sendo preciso aumentar os salários, bem como também a aposentadoria, visando o aumento do consumo (LIPIETZ, 1989). Segundo Antunes:

Iniciamos, reiterando que entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril [grifo nosso], entre outras dimensões (ANTUNES, 2003, p. 25).

Assim os produtos eram similares e a produção era fragmentada onde cada trabalhador exercia uma função, com a introdução da esteira rolante que carregava o produto entre as etapas; tudo era feito sob um determinado tempo e em grande quantidade. O trabalhador era alienado em relação ao que produzia, apenas executando o que os planejadores já haviam elaborado; havia um grande contingente de mão de obra.

De acordo com Harvey (1992), além do aumento dos salários era necessário dar um tempo de lazer para o operário poder consumir. Os sindicatos contribuíam para a manutenção do fordismo mediante a coerção estatal, trocando a luta por melhores salários pelo controle dos operários. Em outros casos, as empresas aceitavam os sindicatos, quando estes contribuíam para o aumento da produtividade e em contrapartida ganhavam aumento salarial para seus afiliados (HARVEY, 1992). Como sempre ocorre no capitalismo, temos os privilegiados e os excluídos e em relação a isso, Harvey (1992) expõe que os sindicatos que conseguiam aumento salarial para seus afiliados, eram compostos por homens brancos, enquanto uma minoria de excluídos, como as mulheres que recebiam menos, ficavam a margem, mostrando que os sindicatos não lutavam por todos igualmente. Esses sindicatos eram constantemente “atacados” por essa minoria excluída.

No Brasil, na década de 1960, intencionava-se aumentar a produção da indústria brasileira, para substituir a importação de produtos. Assim se protegia a indústria nacional, como vemos em Pasqualini: “Sendo esta proteção feita por sucessivas desvalorizações cambiais, altas tarifas ou proibição de importações, subsídios fiscais, crédito barato e parcerias com o Estado” (PASQUALINI, 2004, p. 9). De acordo com Alain Lipietz:

Inauguraram a "estratégia de substituição de importações". Tratava-se de proceder à acumulação das receitas das exportações primárias na indústria de bens de consumo, pela aquisição de bens de capital no centro e pela proteção a essas indústrias nascentes mediante fortes barreiras alfandegárias. A expectativa era de poder aplicar, a seguir, a mesma tática à produção de bens duráveis e de capital (LIPIETZ, 1989, p. 309).

Ao fim do processo, nos anos 1970, a indústria brasileira produzia bens de consumo duráveis, não duráveis, bens intermediários e bens de capital. Mesmo com todo o investimento do governo os produtos brasileiros não atingiam o padrão de qualidade internacional, assim sua distribuição ficava restrita ao território nacional, onde apenas uma minoria de empresas exportava (PASQUALINI, 2004).

Retomar os anos 60 e 70, ajuda-nos a compreender a crise dos anos 80 e como a reestruturação produtiva e o pensamento neoliberal entraram em execução na década de 1990. Essa reestruturação produtiva está dentro do contexto da globalização que se manifesta com as empresas transnacionais, oriundas de países ricos, que se fixam nos países periféricos controlando suas economias e fazendo valer as regras do capital (SANTOS, 2009). A globalização pode ser entendida como a fase capitalista atual, em que a economia se

internacionaliza (SANTOS, 2001). O modo como ocorre a espacialização do capital, é desigual no globo (MORAES, 1991), pois alguns países vão utilizar tecnologia de ponta enquanto outros não vão ter acesso a essa mesma tecnologia, gerando um grau de globalização diferenciado (SILVEIRA, 2008), caracterizando uma fragmentação do espaço (HAESBAERT, 2013). Muitas vezes quando esses países periféricos conseguem dotar seu território de infraestruturas propícias para a vinda de empresas, é às custas de um endividamento externo, fazendo com que o capitalismo lucre também com os juros dos empréstimos, feito por esses países (MORAES, 1991). Esse período globalizado é capitaneado sob a égide neoliberal, onde o mercado é livre, com a circulação de bens, capitais e serviços, facilitada pelo advento da informação, e gera a compressão do tempo-espaço, dissolvendo fronteiras para o capital (HAESBAERT, 2013). Para aumentar os lucros, o capitalista investe o capital excedente, em outros espaços. A chegada desse capital em novos espaços pode ser recebida com resistências e não ocorre de forma homogênea, uma vez que esse capital não atinge os espaços da mesma forma, gerando uma seletividade dos investimentos, aprofundando a desigualdade espacial, onde alguns espaços vão ter acesso a um número maior de infraestruturas, enquanto outros terão um acesso reduzido. Além disso, surgem novas formas de explorar a força de trabalho (HARVEY, 1992).

Entre as novas modificações na produção podemos citar que o trabalho passa a ser feito em grupo, com a manufatura de células (DALLEASTE, 2011), onde o trabalhador opera com várias máquinas ao mesmo tempo; utilizam o sistema *kanban*, que consistem em etiquetas para sinalizar a reposição das peças (ANTUNES, 2003); o termo *kaizen*, no sentido de melhorar a produção (NOGUEIRA, 2014); o famoso termo *just-in-time*, onde o trabalho é feito em menor tempo e de acordo com a demanda, sem excedentes, e a produção passa a ser horizontalizada, tudo isso para tornar a produção flexível e reduzir os custos de produção e nesta lógica também é necessário reduzir os custos com o trabalhador, e é aí que entra o trabalhador terceirizado, que não gera custos trabalhistas para a empresa contratante e sim para a subcontratada, ficando para a contratante apenas a gestão do trabalho, o que gera uma precarização do trabalho, assim o contrato deixa de ser trabalhista, entre empresa e trabalhador e passa a ser comercial ou civil entre empresa e empresa (ANTUNES, 2003; ANTUNES, DRUCK, 2014;). O *toyotismo* para Antunes “estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado” (ANTUNES, 2003, p. 36). Assim em um período de grande demanda por determinado produto uma empresa contrata vários

trabalhadores terceirizados por um custo bem menor e quando a demanda pelo produto diminuir, ela os dispensa. É o que ocorre muitas vezes nas empresas subcontratadas da Petrobrás, quando a produção está baixa, é comum mandar os terceirizados embora e recontratá-los em período mais promissor para a produção petrolífera.

Nesse período observamos a diminuição do operariado industrial, sobretudo em países desenvolvidos, que é substituído pela automação, robótica e microeletrônica, caracterizando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2003), pois muitas vezes a tecnologia substitui o trabalhador ou este não consegue alcançar o conhecimento necessário para saber lidar com as novas tecnologias. Assim podemos dizer que o Neoliberalismo:

*Passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (ANTUNES, 2003, p. 179-180).*

A política neoliberal, adotada pelo governo Collor na década de 1990, levou a uma maior privatização, diminuição da atividade industrial, desregulamentação e flexibilização (ANTUNES, 2003), que retira parte dos direitos trabalhistas. A desregulamentação tira do Estado a gerência da economia, ficando sob o controle do mercado. Para conseguir empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), os países periféricos como o Brasil, precisaram seguir uma série de normas preestabelecidas, entre elas a privatização de empresas. Seguindo essa lógica, foi necessário também diminuir o número de ministérios e secretárias, além de reduzir parte dos programas sociais, para diminuir os custos e investir na economia.

Dentro desse contexto a atividade sindical, fica fragmentada devido ao fato de que não consegue, na maior parte das vezes, representar o trabalhador não terceirizado e abranger também o trabalhador terceirizado. Assim, muitos sindicatos entram em cena para representar os terceirizados, levando à fragmentação, das categorias de base.

Com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, houve aumento do contingente de trabalhadores (RIBEIRO, THOMAS JR., 2001), reduzindo os salários, pois quando há mão de obra abundante, muitos vão ficar desempregados, assim os que estão empregados, recebem um salário baixo, pois se exigirem salários maiores, o empregador pode demiti-los porque tem o trunfo dos desempregados, que não tendo nenhum emprego, se

sujeitam às situações de baixos salários e condições de trabalho precárias. De acordo com Marx (2013), essa população excedente, é uma condição de existência do modo de produção capitalista, constituindo um exército industrial de reserva, o “material humano” sempre pronto para ser explorado. O sobretrabalho do “exército ativo” de trabalhadores aumenta o número do “exército reserva” de trabalhadores, que concorre com o primeiro grupo, pressionando-o a se submeter à ditadura do capital. Assim, o salário é regulado, pelo aumento ou diminuição do exército industrial de reserva, cujos salários aumentam quando a demanda de trabalho é maior do que a oferta de mão de obra, e o contrário, quando a demanda de trabalho é menor do que a disponibilidade de mão de obra, os salários diminuem.

Os trabalhadores perdem a possibilidade de negociação com os patrões, as condições de trabalho se tornam precárias e aumenta o desemprego (RIBEIRO, THOMAS JR., 2001). De acordo com Bernardo (1997), os sindicatos ainda mantêm uma estrutura burocrática, tal como era na época de seu surgimento no século XIX, onde o operariado precisava apenas ter força física para executar as atividades, e hoje o operariado precisa desenvolver atividades que tem como pré-requisito capacidade intelectual, assim os sindicatos presos numa estrutura burocrática e hierarquizada, precisam acompanhar a mudança da mão de obra, que é multifacetada e gerencia suas próprias lutas, enquanto o operariado do século XIX, precisava de um sindicato para organizar sua luta. Os sindicatos hoje são corporativos, fechados em si, e sua renda serve apenas para financiar as atividades de seus afiliados, não se estendendo para auxiliar outros trabalhadores. Então o montante que sobra precisa ser investido, para gerar mais renda. Os sindicatos acabam se tornando verdadeiros capitalistas, gerindo a mão de obra e negociando com os patrões, compactuando com o capitalismo (BERNARDO, 1997). Diante desse cenário o papel dos sindicatos de defender os trabalhadores é minimizado, o que muitas vezes, como dizem os autores acima, leva a desconfiança por parte dos trabalhadores dos sindicatos, ou seja, qual é a utilidade destes se no momento não conseguem exercer seu papel de fato. Ainda segundo os autores, os sindicatos se fecham na proteção do trabalhador estável, assumindo uma postura defensiva, deixando de lado os terceirizados, não abrangendo sua proteção aos mais necessitados (BERNARDO, 1997; RIBEIRO, THOMAS JR., 2001).

O número de filiação sindical vai diminuir em quantidade e qualidade, os sindicatos não mais se associam a outros movimentos sociais e lutam apenas por aumento salarial (RIBEIRO, THOMAS JR., 2001). Quanto às afirmações acima podemos dizer que a quantidade de filiação vai cair, embora para Cardoso (2014), considerando as recentes mudanças no mercado de trabalho, a queda não foi tão grande, principalmente se levarmos em

conta o período atual com as consequências da reestruturação produtiva. O que segundo o autor, ocorreu, foi o aumento da filiação a sindicatos rurais e queda na filiação a sindicatos urbanos. A queda da qualidade é mais visível, pois hoje poucos são os trabalhadores que lutam de fato, ficando restritos somente a aumento salarial, levando em consideração apenas a si mesmo, sem se preocupar com o coletivo. Em relação à associação a movimentos sociais, podemos citar o Sindipetro NF e o Sindicato dos Bancários de Campos, que sempre se unem a outras entidades, como no ato contra o *impeachment* da presidente Dilma, ocorrido em dezembro de 2015, no centro de Campos, conjuntamente a UNE, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

**Foto 1 – Ato contra o *impeachment* de Dilma em 16 de dezembro de 2015 – Campos dos Goytacazes**



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/bancariosdecamposeregiao/photos/a.1613500705533255.1073741826.1613500675533258/1650993125117346/?type=3&theater>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

Segundo Antunes (2003), atualmente temos o sindicalismo de participação, que não contesta o capital, adotando uma postura mais assistencialista. Ainda segundo ele, a CUT, passou a se afastar da luta anticapitalista e adquire uma postura de acomodação dentro da estrutura capitalista. Para coroar esse período neoliberal, foi criada a Força Sindical (FS), em 1991, que segue os ideais capitalistas sendo totalmente atrelada ao Estado. Para Leôncio Rodrigues (1991) ela surge como uma alternativa as CGTs, que são conservadoras, e a CUT, que é radicalista, sendo a Força Sindical um meio termo entre uma e outra e ao contrário das CGTs, busca uma maior participação no meio sindical. O autor ainda fez uma previsão do

futuro dizendo que logo a FS seria a segunda maior central sindical do país, fato que até hoje é consumado, pois a CUT está em primeiro lugar e a FS em segundo, de acordo com dados do IBGE e do Ministério do Trabalho (respectivamente Quadro 12 e 15). A CUT é atualmente a maior central do país, em parte porque mesmo com a diminuição de sua luta frente ao neoliberalismo, ainda consegue se aliar a outros movimentos sociais, lutando pelos trabalhadores.

Podemos observar no Quadro 10, que na década de 1990, em que se começa a sentir os efeitos da reestruturação produtiva, no sindicalismo brasileiro, o número de sindicatos de trabalhadores reconhecidos foi de 1.984, pouco maior do que o número da década de 1980 (Quadro 8), que foi de 1.797, mostrando que não houve um grande aumento no número de sindicatos, bem como não houve redução.

#### **Quadro 10 – Brasil: sindicatos fundados e reconhecidos na década de 1990**

<b>Sindicatos</b>	<b>Fundados</b>	<b>Reconhecidos</b>
<b>Urbanos</b>	3155	2549
Empregadores	802	737
Empregados	1949	1575
Trabalhadores autônomos	230	94
Agentes autônomos	23	20
Profissionais liberais	88	79
Trabalhadores avulsos	63	44
<b>Rurais</b>	1057	315
Empregadores	250	143
Empregados	807	172
<b>Total- empregadores</b>	1052	880
<b>Total- empregados</b>	3160	1984

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

No Quadro 11 e Mapa 4, evidencia-se que a Região Sudeste continuou liderando com maior quantidade de sindicatos, como ocorreu nos anos 1980 (Quadro 9 e Mapa 3), com 940 fundados e 865 reconhecidos. A Região Nordeste apresentava 841 sindicatos fundados e 312 sindicatos reconhecidos. A Região Sul apresentava 711 fundados e 493 reconhecidos, com um reconhecimento maior do que a Região Nordeste. A Região Norte tinha 304 sindicatos fundados e 125 reconhecidos. A Região Centro-Oeste contava com 364 sindicatos fundados e 189 reconhecidos. Assim podemos afirmar que houve uma ligeira redução no número de sindicatos nessas regiões, se comparado ao período anterior, os anos 1980 (Quadro 9 e Mapa 3). Ao todo havia no território brasileiro, 3.160 sindicatos fundados e 1984 reconhecidos.

**Quadro 11 – Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1990**

<b>Regiões</b>	<b>Fundados</b>	<b>Reconhecidos</b>
Norte	304	125
Nordeste	841	312
Sudeste	940	865
Sul	711	493
Centro-Oeste	364	189
<b>Brasil</b>	<b>3160</b>	<b>1984</b>

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

**Mapa 4 – Distribuição dos sindicatos de trabalhadores pelas regiões brasileiras na década de 1990**



No Quadro 12, constatamos que a CUT ainda é a central sindical com maior número de filiação, em torno de 65,85%, seguida da FS, com 19,49%.

**Quadro 12 – Brasil: centrais sindicais atuantes em 2001**

Centrais sindicais	Número de filiados %
Central Única dos Trabalhadores – CUT	65,85
Força Sindical – FS	19,49
Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT	5,53
Central Autônoma dos Trabalhadores – CAT	2,00
Social Democracia Sindical – SDC	6,71

Fonte: IBGE, 2003; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

A legislação brasileira permite que os terceirizados exerçam apenas as atividades-meio e não as atividades-fim (ANTUNES; DRUCK, 2014). Mas no dia a dia das empresas o que se constata é que muitos trabalhadores terceirizados exercem atividades-fim dentro das empresas (MARCELINO, 2014), o que gera uma grande fragmentação entre os trabalhadores porque vão exercer a mesma atividade, mas o contratado vai ter a maior parte dos direitos trabalhistas e os terceirizados vão ter acesso apenas a uma parte deles. Essa fragmentação ocorre dentro dos sindicatos principalmente, pois eles têm que lutar por direitos diferentes para cada grupo. Essa diferenciação de direitos leva a uma grande rivalidade entre o trabalhador contratado e o trabalhador terceirizado. O trabalhador terceirizado na maior parte das vezes, não tem direito à carteira assinada, o contrato é temporário, o salário é menor e a jornada de trabalho é maior, ou seja, trabalha mais e ganha menos (ANTUNES; DRUCK, 2014).

A política governamental, do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) foi a favor das terceirizações, com a quebra do monopólio do petróleo, que dava permissão as empresas privadas, sobretudo estrangeiras, de atuarem na etapa da extração. Nessa lógica de cortar gastos, algumas obrigações do Estado passam a ser repassadas para a iniciativa privada, como é o caso dos programas de saneamento e habitação. O objetivo do governo foi conter os gastos públicos, pois tinha que arcar com o pagamento do funcionalismo público e as indenizações de desempregados (ARRETCHE, 2002).

Se ilegalmente a terceirização já ocorre, para piorar a situação temos o Projeto de Lei 4.330<sup>26</sup> que defende a total liberdade da atividade terceirizada no país e mais 101 propostas para a modernização trabalhista da Confederação Nacional da Indústria e entre suas propostas está o fim da CLT. Se for aceita essa lei vai legitimar o exercício das atividades-fim, pondo

<sup>26</sup> Atualmente é denominada de PLC – Projeto de Lei da Câmara, Nº 30 de 2015 e está em processo de tramitação no Senado (BRASIL, 2015a).

em risco os direitos trabalhistas. Várias instituições foram contra esse Projeto de Lei, incluindo as centrais sindicais, argumentando que a Lei favorece a rotatividade e a precarização do trabalho, bem como, que a terceirização não gera trabalho e que o trabalhador subcontratado deve ter os mesmos direitos que os trabalhadores contratados. As centrais sindicais, entre elas a CUT, fizeram várias manifestações em frente ao Congresso Nacional, e depois de uma tentativa de participar de uma reunião na Câmara dos deputados – onde foram duramente reprimidos – conseguiram posteriormente, conjuntamente a outras instituições e sindicatos, que a votação desse Projeto de Lei fosse retardada (ANTUNES; DRUCK, 2014).

**Foto 2 – Manifestação de 15 de abril de 2015 do Sindicato dos Bancários contra a lei de terceirização em Campos dos Goytacazes com o apoio da CUT**



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/bancariosdecamposeregiao/photos/a.1613501162199876.1073741839.1613500675533258/1613501412199851/?type=3&theater>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

Constatamos nos Quadros 13 e 14, que do período em que se começou a sentir as consequências da reestruturação produtiva no Brasil até hoje, houve um grande aumento do número de sindicatos, pois no período anterior (1990) tínhamos 1.984 sindicatos, e em 2015, tivemos 10.920 sindicatos de trabalhadores, além da inserção da categoria dos servidores públicos, que demonstra sua expressividade com a deflagração de várias greves, como é o caso da categoria dos professores. Esse aumento do número de sindicatos é um indicador do aumento da terceirização, que gera uma fragmentação dos sindicatos, onde um sindicato

representa o terceirizado e outro representa os não terceirizados, de mesma categoria. E como afirma Cardoso (2014) o aumento dos sindicatos ocorre muitas vezes porque esses órgãos são valiosas fontes de renda, devido ao imposto sindical compulsório, e com o número de filiação baixo, os presidentes dos sindicatos se perpetuam no poder durante anos.

### Quadro 13 – Brasil: sindicatos atuantes em 2015

<b>Categorias</b>	<b>Número</b>
Empregados	7576
Autônomos	252
Trabalhadores avulsos	209
Profissionais liberais	455
Servidores públicos	1923
Categoria diferenciada <sup>27</sup>	500
Empregados e avulsos	5
<b>Total</b>	10920
<b>Empregadores</b>	5089
Urbanos	3515
Rurais	1574

Fonte: Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTrabalhadorUrbano.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2015. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTipo.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2015. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoEmpregadorArea.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2015.; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

### Quadro 14 – Brasil: total de sindicatos reconhecidos ao longo das décadas analisadas

<b>Anos</b>	<b>1930</b>	<b>1960</b>	<b>1980</b>	<b>1991-2001</b>	<b>2015</b>
<b>Empregadores</b>	11	941	576	880	5089
<b>Empregados</b>	30	1101	1797	1984	10920

Fonte: IBGE, 2003; Dados obtidos no site do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTrabalhadorUrbano.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2015. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTipo.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2015. Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

No Quadro 15, podemos ver que a CUT continua liderando como maior central do país, contando com 2.322 filiados, e a FS continua em segundo lugar, com 1.617 filiados. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) foi criada por dissidentes da CUT (CARDOSO, 2014), por não concordarem com sua política de acomodação a estrutura capitalista. A CTB conta com 743 afiliados, com uma postura mais protestante em relação ao

<sup>27</sup> É composta por trabalhadores que exercem ocupações diferenciadas, estabelecidas por lei ou devido a condições de vida específicas (BRASIL, 1943).

capital. Vale ressaltar que ambas coexistem pacificamente, uma vez que sindicatos ligados à CUT promovem manifestações com o apoio da CTB. Em Campos dos Goytacazes, por exemplo, o Sindipetro NF e o Sindicato dos Bancários, promovem atos conjuntos com a CTB.

**Quadro 15 – Brasil: centrais sindicais atuantes em 2015**

Centrais sindicais	Número de sindicatos filiados
Central do Brasil Democrática de Trabalhadores – CBDT Nacional	94
Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB	592
Central Sindical e Popular Conlutas – CSP Conlutas	105
Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil	3
Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CGTB	217
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB	743
Central Única dos Trabalhadores – CUT	2322
Força Sindical – FS	1617
Intersindical – Central da Classe Trabalhadora	1
Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST	1138
Pública – Central do Servidor	18
União Geral dos Trabalhadores – UGT	1273
União Sindical dos Trabalhadores – UST	6

Fonte: Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2015.; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

A reestruturação produtiva, não se restringiu apenas ao setor automobilístico, com o *toyotismo*, por exemplo, mais se adaptou a outros setores de produção, entre eles o petrolífero, que sofreu várias modificações desde o modo de produzir até nas relações trabalhistas e na forma de representação trabalhista, nos sindicatos.

A chegada da reestruturação produtiva (SOBRINHO, 2006) na Petrobrás, nos anos 1990, levou a várias modificações. Entre as mudanças estavam a inserção de programas de qualidade, adoção da automação, emprego de novas técnicas gerenciais, redução do número de petroleiros efetivos, terceirização de atividades e consequente aumento de petroleiros terceirizados. Daí intensificou-se a precarização das relações trabalhistas, na forma de contratação, na representação sindical, diminuição dos salários, menor qualificação da força de trabalho e jornadas de trabalho extensas. A empresa passou a se preocupar mais em produzir, produtos de qualidade, para que pudesse competir no mercado, do que no bem estar de seus trabalhadores. Assim, lançou os Programas de Gestão de Qualidade Total (GQT), que visavam a diminuição de erros e o tempo ocioso na produção. Os trabalhadores passaram a sofrer pressão para produzir de acordo com os novos programas e técnicas da empresa e aquele trabalhador que conseguisse atingir todas as metas, tinha chances de promoção o que gerava grande competição entre os trabalhadores. Além disso, houve uma precarização das

condições de trabalho, com problemas ligados a higiene e segurança (SOBRINHO, 2006). Segundo dados da FUP no período de 1995 a 2010 foram registrados 283 óbitos por acidente de trabalho, sendo 228 de trabalhadores terceirizados. Isso ocorre porque o terceirizado é treinado em menos tempo do que o concursado (ANTUNES; DRUCK, 2014), para atender rapidamente a demanda de serviços.

Como já evidenciamos antes, a atividade petrolífera tornou-se uma das principais fontes de renda de Campos e Macaé, através do repasse dos *royalties* e participações especiais, que começou com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, nos anos 1970 (CRUZ, J., 2004). Devido a chegada da atividade petrolífera, no período de 1970 até 1996, Campos passou por um intenso processo de urbanização, onde a população urbana cresceu de 55,1% para 85,6% (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). A chegada do petróleo na região levou a mudanças no espaço, como a implantação de dutos, construção de estradas, heliportos, verticalização imobiliária, diversificação do comércio e aumento do número de instituições de Ensino Superior (RAINHA; SILVA, 2014). Com a chegada da atividade petrolífera, tornou-se necessário um sindicato para representar os trabalhadores da etapa da extração na Bacia de Campos, como veremos a seguir.

O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, que representa os trabalhadores dessa atividade, tem forte atuação na região, sobretudo com sua luta contra o avanço da terceirização na Petrobrás, representando os trabalhadores terceirizados, sobretudo porque são a favor de que esses terceirizados se tornem efetivos, apontando que os terceirizados estão mais propensos a sofrerem acidentes de trabalho<sup>28</sup>. O Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro RJ) defende a categoria dos petroleiros há 30 anos, e sua sede se situa no Rio de Janeiro. Em 1988 decidiu se instalar também em Macaé, devido a importância da extração de petróleo<sup>29</sup>, pelo fato da cidade já naquele período, ser o centro onde ocorrem de fato a maior parte das operações ligadas ao petróleo, direta ou indiretamente, pois a logística de acesso a plataforma é mais próxima se feito por essa cidade (LEMOS; NETTO, 2010).

Campos vai fornecer para Macaé parte da mão de obra necessária para as atividades ligadas ao petróleo, que será qualificada em instituições como o Instituto Federal Fluminense

---

<sup>28</sup> Informação obtida através de entrevista com alguns diretores do Sindipetro NF, concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/o-sindicato/historico>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

(IFF), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (CRUZ, J., 2004) e a Escola Técnica de Campos (ETC), entre outras instituições públicas e privadas. Devido ao fato da Bacia de Campos ter se destacado como a maior produtora de óleo e gás do país, os petroleiros da região sentiram a necessidade de serem representados por um sindicato mais próximo, pois quando o capital se fortalece ele também se torna mais agressivo, para os trabalhadores. Assim após um plebiscito em 1995, ficou decidida a criação do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, em Macaé. Em 1996 toma posse sua primeira diretoria<sup>30</sup>. Em Campos dos Goytacazes há uma delegacia sindical do Sindipetro NF<sup>31</sup>. O sindicato representa a categoria de trabalhadores concursados e terceirizados, que executam atividades-fim<sup>32</sup>, como perfuração, exploração e processamento de óleo e gás<sup>33</sup>. Além disso, defende os trabalhadores das bases administrativas de terra, ligadas a atividade petrolífera<sup>34</sup>. Entre os trabalhadores afiliados, 8.854 são concursados e 542 são terceirizados<sup>35</sup>. A forma de atuação do Sindicato dos Petroleiros na cidade de Campos e Macaé é através greves gerais, divulgação de cartazes e vídeos e provendo assistência médica e jurídica<sup>36</sup>.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/o-sindicato/historico>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>31</sup> Informação cedida pelo diretor do Sindipetro NF, Tezeu Freitas Bezerra, em 13-09-2015.

<sup>32</sup> Assim podemos dizer que a Petrobrás não segue a lei de terceirização, pois admite que subcontratados exerçam atividades-fim.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/o-sindicato/historico>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>34</sup> Informação obtida através de entrevista com alguns diretores do Sindipetro NF, concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

<sup>35</sup> Dados obtidos durante entrevista com alguns diretores do Sindipetro NF, concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

<sup>36</sup> Disponível em: <[www.sindipetronf.org.br](http://www.sindipetronf.org.br)>. Acesso em: 21 ago. 2015.

## 2 A AÇÃO DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO

A cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, tinha uma economia baseada na produção sucroalcooleira, e a partir dos anos 1970, com o anúncio da descoberta do petróleo, a Bacia de Campos, passou a ser inserida no circuito espacial produtivo do petróleo, na etapa da extração em Macaé. Posteriormente Campos e Macaé passaram a desfrutar dos *royalties* e participações especiais do petróleo, conforme já apontado por Piquet (2010) e J. Cruz (2004).

Com a reestruturação produtiva, ocorreram várias mudanças, na Petrobrás, nos anos 1990, sobretudo o aumento de petroleiros terceirizados e o corte de efetivos, perdurando até hoje. O aumento da terceirização fragmentou a luta dos sindicatos, que passaram a lutar por grupos diferentes, de um lado os terceirizados e de outro os concursados. Os trabalhadores passaram a sofrer pressões trabalhistas para que produzissem de acordo com as novas medidas, em menor tempo e sem perdas na produção, aumentando a responsabilidade e o tempo de trabalho, uma vez que muitos trabalhadores foram demitidos. A empresa passou a incentivar a competição dos trabalhadores, ofertando promoções de trabalho para aqueles que atingissem as metas impostas. Os trabalhadores que lutavam pela categoria foram atraídos a se demitir, com o Plano de Demissão Voluntária (PDVs), que oferecia quantias relevantes aos trabalhadores, para quem quisesse se demitir voluntariamente. De uma maneira geral, os benefícios trabalhistas a partir desse período foram reduzidos.

Os Sindipetros promovem suas lutas em todo o território brasileiro, se opondo fortemente aos desmandos da gerencia da Petrobrás e adquiriram alguns ganhos com o passar dos anos. Desde o seu surgimento em 1957, alguns anos depois da criação da Petrobrás, segue a ideologia nacionalista, que também levou a criação da Petrobrás, por Getúlio Vargas, em 1953. Na década de 1980, os Sindipetros romperam com o sindicalismo populista, adquirido na época de sua criação, se enveredando por um viés mais combativo, sobretudo em defesa da Petrobrás, onde na década de 1990, com o governo privatizador de Fernando Henrique, que vendeu vários ativos da estatal, lutaram veemente contra essa prática. Hoje a principal luta do Sindipetro, continua sendo contra a venda de ativos da estatal, que reduz os direitos dos trabalhadores, que deixam de trabalhar na estatal, para trabalhar em empresas privadas, que em sua maioria, são estrangeiras.

O Sindipetro NF se destaca na região Norte Fluminense, porque busca sempre defender seus trabalhadores, sobretudo na fiscalização das plataformas para ter certeza de que as normas de segurança estão sendo seguidas, para que não haja acidentes de trabalho, sobretudo com os terceirizados, que sempre ficam com as funções mais perigosas da plataforma, e cerca de 82,3%<sup>37</sup> dos terceirizados sofrem acidentes de trabalho. No dia a dia das plataformas existe uma clara fragmentação dentro da categoria dos petroleiros, pois os terceirizados, nos refeitórios, por exemplo, ficam em um local separado dos concursados, e não tem o direito de receber telefonemas ou fazer ligações, enquanto os concursados têm esse direito. Uma das frentes do Sindipetro NF é igualar as escalas de trabalho, onde o terceirizado possa folgar 21 dias tanto quanto os concursados. O sindicato se preocupa em realocar a mão de obra quando a Petrobrás insere novas tecnologias na produção, citando que a tecnologia é boa, mas primeiro tem que se pensar no trabalhador, preservando seu emprego.

De uma maneira geral, as condições de trabalho nas plataformas da Bacia de Campos, são bastante precárias. Houve casos envolvendo contaminação por gases letais, problemas relacionados à alimentação, à higiene e à falta de médicos para socorrer os trabalhadores em casos de acidentes e doenças. O transporte de helicóptero para Macaé, para socorrer os trabalhadores que sofriam alguma moléstia, ocorria se não fosse gerar custos adicionais para a Petrobrás, demonstrando o descaso da estatal com a saúde de seus trabalhadores. O Sindipetro NF atua notificando a justiça sobre esses casos, envolvendo atrocidades cometidas pela Petrobrás e as empresas subcontratadas.

Os elementos do processo de globalização, dos quais destacamos a maior conectividade entre os lugares do mundo, geram os circuitos espaciais de produção globais e fragmentam a produção, gerando hierarquias dos lugares na execução da produção. Além disso, a reestruturação produtiva trouxe para os países periféricos e semiperiféricos, processos de radicalização da exploração do trabalho, juntamente com o receituário das políticas neoliberais. A situação geográfica analisada, a atuação do sindicalismo dos Petroleiros, recordado pelo Sindipetro do Norte Fluminense, apresentado neste capítulo, busca revelar esses processos no circuito espacial de produção do petróleo.

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida por L. S. F., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

## 2.1 O circuito espacial de produção do petróleo e o Norte Fluminense

De acordo com Sandra Alves (2010) a atividade petrolífera está calcada no meio técnico-científico-informacional, e assim o meio geográfico no qual ela se fixa se torna cada vez mais universal, inserido no contexto da globalização. Para a autora, atualmente o petróleo tem muita importância para a economia mundial, como principal matriz energética, e por ser um recurso não renovável, acaba sendo bastante valorizado e assim sua distribuição ocorre de forma desigual no globo. Ainda segundo a autora, a implantação da atividade petrolífera nos locais atrai diversas atividades complementares e a vinda de pessoas em busca de trabalho, além de mudanças na paisagem, na infraestrutura urbana, no comércio e nos serviços, incrementando também o PIB desses lugares, que tendem a se especializarem, com a crescente implementação de ciência e tecnologia, aumentando o número, a intensidade e a qualidade dos fluxos que chegam e saem. Por fim a autora enfatiza que cabe aos geógrafos entenderem os movimentos e as modificações que ocorrem nos territórios onde são implantados a atividade petrolífera. A partir daqui buscamos entender como se dá na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a extração de petróleo *offshore*, na Bacia de Campos, que integra o circuito espacial de produção do petróleo, no Brasil.

O Estado do Rio de Janeiro passou por uma série de modificações, capitaneadas pela reestruturação produtiva, entre as quais, desconcentração espacial, heterogeneidade produtiva, otimização de custos e modernização da rede urbana (POSE; SILVA, 2014). Assim, áreas que até então tinham sua economia baseada principalmente no setor sucroalcooleiro, passaram a ser produtoras de petróleo. Em todo território brasileiro o circuito espacial de produção petrolífero produz espaços desiguais, onde algumas áreas serão extratoras, como o Norte Fluminense e outras serão áreas de refino, como Rio de Janeiro e São Paulo<sup>38</sup>. O Norte Fluminense, para atender as demandas do petróleo, passou a dotar seu território de toda a infraestrutura necessária, como dutos, novas estradas e melhoramento das já existentes.

Para Pose e Silva (2014) o Norte Fluminense passou a ser a principal região extratora do petróleo brasileiro e passou a ser incluído em projetos de integração do território nacional. A extração de petróleo e gás natural na Bacia de Campos transformou não só o Norte Fluminense, mas também todo o Estado do Rio de Janeiro. Foi inserido o segmento de *upstream* (exploração) em Macaé (POSE; SILVA, 2014), que atraiu várias empresas ligadas

---

<sup>38</sup> J. Cruz chama atenção para a necessidade de beneficiamento do petróleo na região Norte Fluminense, no intuito de gerar mais renda e empregos para a população (CRUZ, J., 2004).

ao setor petrolífero e que são responsáveis pela contratação dos trabalhadores terceirizados, entre elas a Halliburton, a Schlumberger, a BJ Service e a Falcão Bauer.

Com a inserção do Norte Fluminense no circuito espacial de produção petrolífero, de acordo com Pose e Silva (2014) foi necessário ampliar os segmentos *midstream* (refino) e *downstream* (distribuição). Assim em todo estado ocorreu a expansão da indústria naval, da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), dos oleodutos e gasodutos, e a construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) (POSE; SILVA, 2014).

O Norte Fluminense é uma região que manteve por anos uma economia baseada na produção sucroalcooleira, produzindo açúcar e álcool, e dos anos 1970 em diante, com a descoberta do petróleo, na Bacia de Campos, passou a ser grande produtora de petróleo e recebedora dos *royalties* e participações especiais<sup>39</sup>, provenientes da extração do petróleo, direito legitimado pela Constituição de 1988 e o novo pacto federativo. A partir desse momento o Estado passou a intervir nessa região, com projetos para a indústria sucroalcooleira, como o Proálcool e na área do petróleo, buscavam a autossuficiência na extração (CRUZ, J., 2004), fato que só foi possibilitado em 2007, graças a descoberta do Pré-sal na Bacia de Campos e Santos, uma área abaixo da camada de sal, com grandes quantidades de petróleo e gás natural, que posteriormente levou a autossuficiência de petróleo, graças ao empenho da Petrobrás, como afirma um diretor sindical do Sindipetro NF:

[...] um dado importante é que o poço que a Petrobrás perfurou no Pré-sal, a gente, a Shell foi lá perfurar, quando chegou em 5.000 metros, só do leito marinho pra baixo, só dos 2.000 metros de coluna d' água, a Shell falou “opa, já deu pra mim, gastei demais, não quero”, beleza, aí vem a questão da Petrobrás ter necessariamente, lançar mão de uma política de Estado e não de uma política de governo, porque “opa não, vamos sim, tem, nós vamos achar óleo”, e achamos [...] (informação verbal)<sup>40</sup>

Embora Campos receba a maior parte dos *royalties*, devido ao fato das jazidas de petróleo se localizarem na Bacia de Campos, é Macaé que concentrou a maior parte das atividades relacionadas ao petróleo. Segundo J. Cruz “Os impactos, em termos urbanísticos e sobre o mercado de trabalho, foram mais significativos naquele município, onde circula a

<sup>39</sup> Quando um equipamento da Petrobrás passa por algum município, este tem direito a receber uma quantia em dinheiro, por ceder seu espaço aos equipamentos da empresa, como é o caso, por exemplo, de Quissamã, por onde passam gasodutos.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por L. S. F., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

maior parte do dinheiro mobilizado pela atividade extrativa petrolífera” (CRUZ, J., 2004, p. 94). Isso ocorre porque tanto a Petrobrás como as empresas ligadas a ela, investiram no território de Macaé, e devido a isso, mesmo não recebendo a maior parte dos *royalties*, há uma grande circulação de capital nesse município. De acordo com S. Silva (2015a), embora Macaé abrigue as materialidades da etapa de extração do petróleo, não produz informação. Assim persistem “os lugares do mandar e os lugares do fazer”, sendo a cidade do Rio de Janeiro, o centro nacional de produção de informação da atividade petrolífera (S. SILVA, 2015a), onde se localiza a sede da Petrobrás, que coordena as atividades da empresa em todo o país, e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes), que fica responsável pela pesquisa de novas tecnologias na área do petróleo. Tanto a sede da empresa quanto seu centro de pesquisa, são pontos que fazem parte de uma rede, estabelecendo verticalidades em todo o território brasileiro e conectados com o circuito global de produção do petróleo.

Segundo Piquet (2010), Macaé apresenta uma economia diligente, com aumento do emprego formal em todos os setores da economia, enquanto Campos se sobressai no setor educacional. Para Alves (2010), a atividade petrolífera contribui para que a urbanização ocorra rapidamente, e devido a isso ela se dá de forma problemática e complexa, afetando a vida das pessoas, a funcionalidade das cidades e a configuração territorial local. Macaé passou a apresentar vários problemas urbanos, como sobrecarga nos serviços de utilidade pública, escassez de moradias e uso predatório do litoral, ligados a falta de planejamento em relação a chegada da indústria do petróleo na região (PIQUET, 2010). Pelo fato de Macaé despontar economicamente, acabou por atrair um grande contingente populacional e o governo local não preparou a cidade para receber essa população, assim o transporte público ficou saturado, não teve moradia para todo mundo, engrossando o número de favelas, e aumentando os problemas relacionados a elas, como a falta de saneamento básico e o aumento da criminalidade. A questão ambiental também entrou em voga, uma vez que a atividade petrolífera gera impactos sobre a região em que se fixa.

A etapa da extração, parte integrante do circuito espacial de produção petrolífero, segundo José Luis Viana da Cruz (2004), inclui em Macaé o parque dos tubos, o porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, com 4.000 km de tubos submarinos. Em Campos, temos o aeroporto<sup>41</sup> de Farol de São Tomé (CRUZ J., 2004). Atualmente temos 52 plataformas atuando na Bacia de Campos. Em maio de 2016, a petrolífera alcançou a cifra de 2,83 milhões

---

<sup>41</sup> Na verdade é um heliporto, apenas para helicópteros.

de barris de óleo equivalente por dia (boed). Neste mesmo período, a produção de Pré-sal chegou a 1 milhão de barris por dia (bpd)<sup>42</sup>.

O circuito espacial de produção do petróleo aciona pontos do território para contribuir com a produção de energia. Energia essa ainda estratégica para o crescimento econômico dos países, bem como, para a reafirmação de poderes na geopolítica contemporânea. Do ponto de vista das relações de trabalho, as mudanças tecnológicas, organizacionais e políticas, trazem uma maior exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, impulsiona a ação de resistências, e os sindicatos entram nesse movimento de resistência.

## 2.2 A Petrobrás e os Sindipetros: horizontalidades e verticalidades no circuito espacial de produção do petróleo no Brasil

Em todo o território brasileiro, podemos constatar de forma concomitante, a construção de horizontalidades e o estabelecimento de verticalidades. De um lado temos os Sindipetros, correspondendo as horizontalidades e de outro lado, a Petrobrás, no eixo das verticalidades.

Os Sindipetros perfazem um total de 19 sindicatos em todo o país, e procuram construir horizontalidades, no sentido de que promovem cooperação mútua uns com os outros, se delineando no território brasileiro próximos a seus pares. A Petrobrás estabelece verticalidades, pois produz espaços desiguais no território, distantes, uma vez que cada área ligada a empresa fica responsável por uma atividade diferente, caracterizando uma rede de produção. Assim alguns locais ficam responsáveis pela extração de petróleo e outros pelo refino. A chegada da empresa nos locais, leva a mudanças nos locais onde se fixa, ou seja, a Petrobrás, onde se instala é portadora de uma ordem externa aos lugares. Entretanto, os lugares se reorganizam e criam sinergias. A chegada dos Sindipetros indica a formação de horizontalidades, em nossa hipótese de trabalho, pois onde chegaram as materialidades do circuito espacial de produção do petróleo, chegaram também as materialidades da resistência sindical, em nossa análise, representadas pelos Sindipetros, defensores dos trabalhadores do setor petróleo.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-de-campos.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/producao-de-petroleo-e-gas-natural-sobe-5-em-maio.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Por isso reconstituímos a história da Petrobrás e os desdobramentos territoriais da implantação da atividade petrolífera em todo o território brasileiro, seguida da implantação de Sindipetros, e como ocorre a interação entre eles.

### 2.2.1 O uso do território pela Petrobrás: nacionalismo e resistência dos Sindipetros

O primeiro indício de exploração de petróleo no Brasil foi em 1864, por meio do Decreto número 3.352-A, de 30 de junho, que dava a Thomas Denny Sargent, a permissão, pelo tempo de 90 anos, de extrair turfa, petróleo e outros minerais, nas comarcas de Ilhéus e Camamu, na província da Bahia (DIAS; QUAGLINO, 1991). De acordo com Duarte (2016), no final do século XIX, o Estado tinha pouca preocupação em explorar o petróleo, dado ao diminuto conhecimento que tinham sobre combustíveis minerais. No ano de 1912, passou a atuar no Brasil, na importação e distribuição de derivados do petróleo, a *Standard Oil Company of Brasil*. No ano seguinte, o governo brasileiro concedeu permissão para a atuação na exploração de petróleo, a *The Anglo-Mexican Petroleum Products Company. Limited*, empresa que por sua vez era controlada pela empresa anglo-holandesa *Royal Dutch Shell* (DIAS; QUAGLINO, 1991), evidenciando o interesse estrangeiro no petróleo brasileiro, que perdura até hoje. A questão do petróleo no Brasil, durante um tempo foi pauta de amplos debates, levando em consideração os termos técnicos e políticos. Na década de 1920, essa questão era ponto de preocupação por parte de alguns setores da sociedade e na década de 1930, era discutida por militares, economistas, engenheiros e empresários (IANNI, 1991). Em 1930 o engenheiro Manuel Inácio Bastos, encontra vestígios de óleo em uma cacimba, em Lobato, na Bahia (DIAS; QUAGLINO, 1991). Em 1938 é criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), como meio de direcionar melhor as questões referentes ao petróleo (IANNI, 1991), impondo algumas medidas, como:

- 1) autorizar, regular e controlar a importação, inclusive a construção de oleodutos, e a distribuição desses produtos em todo o território nacional;
- 2) organizar e manter um senso estatístico de todas as operações relativas ao abastecimento nacional de petróleo;
- 3) sugerir ao governo medidas que julgasse necessárias ao barateamento dos hidrocarbonetos fluidos, quer de produção nacional, quer importados;
- 4) determinar os subprodutos da destilação do petróleo que deveriam ser incluídos no abastecimento nacional;
- 5) verificar periodicamente o consumo de hidrocarbonetos sólidos ou fluidos nas diversas zonas do país, e os estoques existentes, e fixar aos interessados quotas que poderiam importar, dentro de prazos determinados, e bem assim a distribuição dessas quotas pelos diferentes pontos do país;
- 6) estabelecer os estoques mínimos de hidrocarbonetos fluidos a serem permanentemente mantidos pelos importadores ou refinadores, nos pontos do país que determinar, com a indicação de natureza e qualidade dos respectivos produtos;
- 7) propor a alteração dos impostos e taxas de

qualquer natureza que gravassem o comércio desses produtos, ou a criação de novos impostos ou taxas (DIAS; QUAGLINO, 1991, p. 55).

Mesmo com a pressão imposta pelas petrolíferas internacionais que atuavam no país, que eram contra a criação de um órgão federal regulador do petróleo, o CNP foi criado e tinha amplos poderes para lidar com as questões referentes ao petróleo, no controle da produção, importação e distribuição do petróleo. As refinarias também só poderiam ser instaladas se o governo federal desse permissão (DIAS; QUAGLINO, 1991). No decorrer da Primeira Guerra Mundial, a falta de derivados do petróleo, prejudicou alguns setores da economia brasileira (IANNI, 1991). Em 1939, o CNP, definiu quais seriam os produtos inseridos no abastecimento nacional, sendo estes o petróleo bruto, a gasolina, o querosene, os óleos minerais combustíveis e lubrificantes simples, compostos e emulsivos. Neste mesmo ano foi confirmada a existência de petróleo em Lobato, com a perfuração de um poço, de 210 metros de profundidade. Em 1940 o governo federal criou o imposto único sobre os combustíveis líquidos e lubrificantes, que foi proposto pelo CNP (DIAS; QUAGLINO, 1991). A exploração comercial de petróleo pelo governo no Brasil também começou na Bahia, em Candeias no ano de 1941<sup>43</sup>, na região do Recôncavo Baiano (ALVES, 2010). Neste mesmo ano foi descoberto gás natural no campo de Aratu e em 1942, petróleo em Itaparica (DIAS; QUAGLINO, 1991), consagrando o pioneirismo da Bahia na descoberta e exploração comercial de petróleo. Até esse momento o petróleo no Brasil era explorado *onshore*, em campos terrestres.

Em 1946 é autorizada a criação da Refinaria Nacional de Petróleo<sup>44</sup>. O governo planejava criar uma sociedade de economia mista, que seria controlada pela CNP durante dois anos e depois colocaria suas ações a venda, para privatizá-la, fato que não foi consumado, pois, não houve interessados em comprar as ações e também porque naquele período o ideal nacionalista estava fortalecido, sendo mais condizente manter a refinaria estatizada. Em 1948, com o Estatuto do Petróleo, novas regras foram acrescentadas para regular a questão do petróleo no país:

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetroba.org.br/novo/nossa-historia.php?id=3168>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

<sup>44</sup> Posteriormente passou a ser chamada Refinaria de Mataripe (DIAS; QUAGLINO, 1991); hoje se chama Refinaria Landulpho Alves; foi criada em 1950, na Bahia (Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-landulpho-alves-rlam.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2017).

O Estatuto definia, na prática, um sistema de concessões que teriam o prazo inicial de 30 anos. As companhias estrangeiras poderiam ter acesso a pesquisa e lavra sem qualquer associação com o capital nacional. No transporte e refino, a participação estrangeira seria limitada a 40% até que se satisfizesse o consumo interno. A exportação de óleo cru só poderia ser realizada após estar assegurado o consumo interno por três anos e, no caso da exportação dos derivados, as companhias de refinação só poderiam ser totalmente estrangeiras quando estivesse totalmente garantida uma capacidade interna de refino sob controle nacional (DIAS; QUAGLINO, 1991, p. 95).

O Estatuto abria caminho para a exploração de petróleo por parte das empresas estrangeiras, sem obrigatoriedade de consórcio com o capital nacional e dava certa liberdade em relação ao refino, limitando sua participação a 40%. A partir de 1950 o CNP incluiu outros produtos, para o abastecimento nacional, devido a diversificação do mercado nacional com a industrialização pesada e a indústria petroquímica (DIAS; QUAGLINO, 1991). Durante o governo Dutra, que foi bastante repressivo, se iniciou um novo período em relação a questão do Petróleo. Entre 1947 e 1950 houve repercussão da “campanha de petróleo”, no Congresso Nacional, nas assembleias de estudantes universitários e nas reuniões sindicais<sup>45</sup>. Alguns grupos das Forças Armadas levantaram questões sobre o assunto, em relação aos aspectos estratégicos, econômicos, técnicos e políticos (IANNI, 1991). Assim foi criado em abril de 1948, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP)<sup>46</sup>, do qual faziam parte militares, estudantes, intelectuais, técnicos sem ligação com o CNP, políticos como o ex-presidente Arthur Bernardes, outros políticos, da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD), do PCB e a imprensa nacionalista, que tinham por objetivo fazer oposição ao Estatuto do Petróleo, criado naquele ano (DIAS; QUAGLINO, 1991). Com o governo de Vargas, se ampliou o debate sobre a questão do petróleo no Congresso Nacional, ganhando maior notoriedade. Isso porque o Presidente Vargas enviou ao Congresso em 8 de dezembro de 1951, a proposta para a criação do “programa do petróleo nacional e a criação da Petrobrás”. No anteprojeto, redigido pela assessoria econômica do Executivo, era proposto a criação de uma companhia mista, onde o poder público controlaria a maior parte das ações. Assim foi criada em 1953 a Petrobrás<sup>47</sup>, monopolizando a pesquisa, o

---

<sup>45</sup> A campanha “O petróleo é nosso” mobilizou a população com o apoio da UNE e do PCB, que mesmo na ilegalidade participou da campanha a favor da estatização do petróleo no Brasil (MURTEIRA, 2003).

<sup>46</sup> Posteriormente passou a se chamar Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) (DIAS; QUAGLINO, 1991).

<sup>47</sup> Sob a lei 2.004, em 3 de outubro (MURTEIRA, 2003).

refino e transporte do petróleo e derivados<sup>48</sup> (IANNI, 1991), onde segundo Duarte (2016, p. 5-6) a Petrobrás foi instalada em 1954, com sede no Rio de Janeiro “com o objetivo de ampliar as atividades exploratórias de petróleo no Brasil, com vistas à atender a crescente demanda por combustíveis, diminuindo a dependência com relação à importação desses produtos”. A produção de petróleo concentrada na indústria nacional levou de acordo com Dias e Quaglino (1991), a revogação do item da legislação de 1939, que obrigava os importadores a manterem estoques de produtos derivados, pois a produção nacional substituiu a importação de derivados e as empresas estrangeiras ficaram apenas com a tarefa de distribuir os produtos que a Petrobrás produzia.

O uso do território revela as interações entre os agentes no fazer e refazer da vida territorial. Com a criação da Petrobrás e sua implantação em diversos lugares do território brasileiro, logo começaram a surgir os Sindipetros. O primeiro Sindicato dos Petroleiros surgiu na Bahia, dado o seu pioneirismo na produção de petróleo, em 1957, o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo (STIEP) (Quadro 16) e em 1959, surgiu o Sindipetro – Sindicato dos Petroleiros no Refino, também na Bahia<sup>49</sup>. Em 1958 surgiu o Sindipetro do Litoral Paulista e em 1959 foi criado o Sindipetro Rio de Janeiro (Quadro 16).

O Sindipetro surgiu em um período nacionalista, onde segundo Moreira (1985, p. 177-178) o operariado:

“Multiplica-se a partir dos anos quarenta, no interior do nacional-desenvolvimentismo, quando, em contraste aos anos 10-20, deixa de pautar-se por um projeto próprio de construção da história (cujo ponto alto é o ciclo de “greves revolucionárias” de 1917-1919)”, transformando-se sob o “pacto populista” de classe em si/para si em “massa popular”.

Assim, podemos dizer que o Sindipetro tem por ideologia o nacionalismo pregado pelo governo getulista dos anos 1950, fortemente atrelado ao populismo, que se inicia nos anos 1940. A categoria petroleira é fortalecida e isso se reflete em sua ação sindical, em parte porque a companhia desde o início investiu em sua mão de obra, pelo fato de ser uma empresa estatal, o que fez com que os petroleiros buscassem ir além de obter melhores condições de

---

<sup>48</sup> Ianne (1991) chama atenção para o fato de que a comercialização do petróleo e seus derivados tenham ficado sob o comando das empresas estrangeiras e suas subsidiárias, por isso disse que o ato de criação da Petrobrás é ambíguo, no sentido de que uma parte das atividades ficou sob o comando de empresas estrangeiras e não da Petrobrás.

<sup>49</sup> Posteriormente os dois sindicatos formaram o Sindipetro Bahia (Disponível em: <<http://www.sindipetroba.org.br/novo/nossa-historia.php?id=3168>>. Acesso em: 28 jun. 2016).

trabalho e salários maiores, se preocupando também em defender a empresa, contra a venda de ativos, dando o melhor de si para crescer conjuntamente a estatal, porque se orgulham em trabalhar, em uma das maiores petrolíferas do mundo, como assevera Murteira (2003, p. 1):

[...] a Petrobrás jamais seria o que é não fosse a história de luta e organização dos petroleiros. As lutas políticas travadas pela categoria ao longo de todos esses anos em defesa da soberania e de um país justo e igualitário reforçam o simbolismo nacionalista que a empresa representa no inconsciente coletivo da população.

No ano de 1961, foi criada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), no Rio de Janeiro, sendo hoje a refinaria mais completa da empresa<sup>50</sup>. Foi a primeira refinaria construída pela Petrobrás, com a introdução do processo de fracionamento de petróleo, mais tecnológico daquela época, o craqueamento catalítico, que produz em maior quantidade e qualidade, derivados médios e leves. Nesse mesmo ano o parque de refino instalado no país, da Petrobrás, já superava o consumo de derivados do petróleo, o que caracterizava a autossuficiência na produção de derivados, que passou a ser exportado na década de 1980 (DIAS; QUAGLINO, 1991). Em 1963 foi criado o Cenpes, também no Rio de Janeiro, se tornando alguns anos mais tarde um dos mais importantes complexos de pesquisa aplicada do mundo.<sup>51</sup> No mesmo ano o CNP, autorizou a distribuição de derivados de petróleo em todo o território nacional. Em 1971 foi criada a BR distribuidora, subsidiária da Petrobrás, que um ano depois de sua criação já superava a empresa estrangeira, Esso, consolidando a participação da Petrobrás no ramo da distribuição de derivados do petróleo (DIAS; QUAGLINO, 1991).

Na década de 1960, começaram a surgir vários Sindipetros ligados aos trabalhadores da extração e do refino, como o Sindipetro Alagoas/Sergipe (1960), Sindipetro Amazonas (1961), Sindipetro Duque de Caxias (1962), Sindipetro Pará/Amazonas/ Maranhão/Amapá (1962), Sindipetro Paraná/Santa Catarina (1962), Sindipetro Minas Gerais (1963) e Sindipetro Rio Grande do Sul (1963) (Quadro 16). A primeira greve dos petroleiros no Brasil ocorreu nesse período, na Bahia, organizada pelos petroleiros da refinaria de Mataripe, durante 15 dias, cujo objetivo era igualar seus salários aos dos petroleiros da extração. As manifestações nesse período se deram em torno da campanha “Tudo de petróleo para a Petrobrás”, onde trabalhadores e várias organizações sociais lutaram pela estatização das refinarias privadas. Assim em Capuava, os petroleiros da Refinaria de Petróleo União S.A. entraram em greve em

---

<sup>50</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/](http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>51</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/](http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

outubro de 1963, se estendendo por 15 dias, lutando pela equiparação de direitos com os trabalhadores da Petrobrás, além da encampação da refinaria pela estatal. Logo alcançaram resultados com a greve, como a equiparação de salários com os trabalhadores da Petrobrás e o turno de 6 horas por dia, mas continuaram com a greve pela encampação da refinaria, que acabou com a promessa do presidente Joao Goulart de encampação das refinarias. Em 1964 o presidente cumpriu a promessa e desapropriou 60% das ações das refinarias privadas. No entanto, com o golpe militar, o então presidente Castello Branco rescindiu a desapropriação, restabeleceu a propriedade privada, além de demitir mais de 100 trabalhadores em Capuava e destituir a direção do Sindicato dos Petroleiros. Assim a luta desses petroleiros só surtiu efeito de fato em 1974, quando a Petrobrás comprou a refinaria União e a COPAM (Companhia de Petróleo da Amazônia), integrando-as ao sistema Petrobrás<sup>52</sup> (MURTEIRA, 2003).

Em 1968 foi construída, a P-I, uma plataforma móvel de perfuração, com capacidade para operar em águas de até 30 metros de profundidade. Graças a ela, foi descoberto na plataforma continental, em Sergipe, no ano de 1969, o campo de Guaricema<sup>53</sup>, que começou a produzir no ano de 1973 (DIAS; QUAGLINO, 1991), dando início a extração *offshore*, no mar.

A produção de petróleo no Brasil pelo Estado, desde o início necessitava de um corpo técnico e de tecnologia estrangeira, pois havia uma carência de conhecimento tecnológico por parte dos trabalhadores daqui, bem como também de tecnologia de ponta (DIAS; QUAGLINO, 1991), em parte porque os países de fora, como os Estados Unidos, já tinham uma grande experiência na exploração e refinação do petróleo, caracterizando a dependência tecnológica de países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos. Nos anos 1970, foi criado o Sindipetro Ceará/Piauí (1973) (Quadro 16). Em 1971, foi encomendado a um estaleiro japonês, a construção de um navio-sonda, e em 1972, a construção da P-III, para operação em lâminas d'água de até 100 metros, encomendada a estaleiros norte-americanos. Neste mesmo ano foi criada a Braspetro, subsidiária da Petrobrás, para exploração de petróleo no exterior, que logo começou a operar. A P-IV também foi importada, para lâminas de até 33 metros, em 1975 (DIAS, QUAGLINO, 1991). A Petrobrás continuou a investir para descobrir novas jazidas de petróleo na costa brasileira, tendo algumas tentativas frustradas, e depois um

---

<sup>52</sup> São hoje respectivamente a RECAP (Refinaria de Capuava, em Mauá, São Paulo) e a REMAN (Refinaria de Manaus) (MURTEIRA, 2003).

<sup>53</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/](http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

grande acontecimento, a descoberta da Bacia de Campos, nos anos 1970 (DUARTE, 2016), em 1974, situando-se do norte do estado do Rio de Janeiro até o sul do Espírito Santo<sup>54</sup>. Com a crise do petróleo houve elevação do preço do produto, o que fez com que a Bacia de Campos se tornasse o principal interesse da Petrobrás, sobretudo com os avanços tecnológicos que surgiram nos países centrais nesse período, que possibilitaram a extração na Bacia de Campos. Com isso a empresa passou a fazer novos estudos de sísmica para conhecer melhor a bacia, com a introdução de plataformas de perfuração para a exploração (DUARTE, 2016). Então em 1977, começou a produção no campo de Enchova, por meio de um sistema provisório, com plataforma flutuante e árvore-de-natal<sup>55</sup> seca, como sintetiza Dias e Quaglino (1991, p. 130):

Relativamente a Campos, fez-se a opção pelo desenvolvimento dos Sistemas Provisórios de Produção. Esses sistemas previam a completação submarina dos poços e a união das linhas de fluxo de óleo em grandes válvulas submarinas a partir das quais o petróleo seria enviado à superfície. Todo o processo seria controlado por plataformas flutuantes (inicialmente as próprias plataformas de perfuração) ou por navios que dispusessem de facilidades para o processamento do óleo (retirada de água, gás e sal). Daí seguiriam diretamente para navios-tanque ou para sistemas de monobóias que permitissem o escoamento contínuo.

Com o tempo o sistema flutuante foi substituído pelo sistema fixo. A completação dos poços que era feita com árvores-de-natal seca passou a ser feito com árvores-de-natal molhada, sem necessidade de câmaras pressurizadas ou controle de mergulhadores; as monobóias foram substituídas pelos oleodutos e gasodutos, que levariam o óleo diretamente para a terra. Por fim são introduzidas as plataformas fixas<sup>56</sup> e o sistema provisório é desativado (DIAS, QUAGLINO, 1991). A extração de petróleo *offshore* naquela época se dava de forma manual, com um número bem elevado de mão de obra nas plataformas, para operar os equipamentos, bem diferente do que ocorre hoje, como veremos mais adiante, no final do capítulo.

No início a produção na Bacia de Campos, foi baixa, e só aumentou com os Programas de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (PROCAP), em suas versões 1000 (1986-

---

<sup>54</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/](http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>55</sup> Trata-se de um conjunto de válvulas, que controlam o fluxo dos fluidos produzidos ou injetados no poço. (Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/conheca-curiosidades-sobre-equipamentos-de-nossos-sistemas-submarinos.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2016).

<sup>56</sup> A primeira plataforma fixa foi instalada em 1983 no campo de Namorado, na Bacia de Campos (DIAS; QUAGLINO, 1991, p. 131)

1991) e 2000 (1992-1999) (DUARTE, 2016), que possibilitou a exploração em águas profundas. Atualmente ela é a maior produtora de petróleo do Brasil, produzindo mais de 80% do petróleo nacional<sup>57</sup>. Nesse momento também a busca por novas jazidas de petróleo passou a ser o objetivo principal das empresas petrolíferas de todo o mundo, pois ao terem posse de jazidas de petróleo comprovadas, valorizavam suas ações nas bolsas de valores. Nesse sentido o monopólio estatal do petróleo em alguns países da América Latina, como o Brasil<sup>58</sup>, acabou se tornando um obstáculo a posse de jazidas por parte dessas empresas, o que fez com que exercessem pressão sobre esses países (DUARTE, 2016), pressionando os governos para quebrarem o monopólio estatal, ou permitindo uma maior participação das empresas privadas na exploração de petróleo, bem como também com a venda de ativos da Petrobrás para as empresas privadas. Isso também depende do governo que está à frente desses países, onde governos de direita se aliam mais ao capital estrangeiro, facilitando sua entrada, com a privatização das empresas estatais, enquanto os governos de esquerda, são a favor da manutenção da estatização das empresas.

Observamos que o uso do território é prenhe de contradições, a Petrobrás nasceu em um contexto nacionalista e ao mesmo tempo, é uma empresa que explora o trabalho. Ela estabelece ordenamentos territoriais para a sua ação, as verticalidades são postas em movimento. Por outro lado, surgiram nos lugares acionados pelo circuito espacial de produção petrolífero, os Sindipetros que são resistências contra o capital – esse representado pela empresa estatal – e, ao mesmo tempo, são defensores da empresa, assumindo um caráter nacionalista em defesa da empresa estatal. Daí uma contradição evidente no sindicalismo do Sindicato dos Petroleiros, em parte porque embora haja exploração em empresas privadas e em empresas estatais, sendo inerente a lógica do capital, ainda assim, nas empresas estatais, o trabalhador tem acesso a mais direitos trabalhistas do que em empresas privadas.

O sindicalismo dos petroleiros aos poucos vai se organizando, inclusive criando articulações territoriais, com federações e confederações. Dessa forma, encontramos a formação de horizontalidades, ainda que haja contradições, há uma solidariedade orgânica estabelecida entre os Sindipetros. Inclusive houve a passagem de um sindicalismo populista para um sindicalismo mais combativo.

---

<sup>57</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/](http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>58</sup> É o caso também da Argentina, Bolívia, Venezuela, México e Uruguai (DUARTE, 2016).

Em 1977, foi criado o Departamento Nacional dos Petroleiros e Petroquímicos (DNPP), ligado a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), órgão que era controlado pelo governo militar. Tanto os sindicatos e a DNPP nesse período não representavam os interesses da categoria dos petroleiros, e as pautas de reivindicações eram decididas em locais reservados e com o aval da Petrobrás (MURTEIRA, 2003).

A década de 1980 trouxe novos avanços para a atividade petrolífera no país. São descobertos novos campos terrestres na Bahia. Entre novembro de 1984 e fevereiro de 1985, foram descobertos os campos de Marlim e Albacora, na Bacia de Campos, em lâminas d'água nunca exploradas antes. Em 1986 depois de 30 anos de pesquisas na Amazônia, foram descobertas reservas comerciais de petróleo. No ano de 1988 começou a produção no campo de Urucu.<sup>59</sup> Por fim a descoberta do Polo Nordeste na Bacia de Campos, com a instalação de sete plataformas fixas, para extração e processamento de óleo, nos campos de Vermelho, Pargo e Carapeba, que entraram em operação no mesmo ano do campo terrestre na Amazônia. Mesmo com todos esses avanços, a estatal, deixa para o futuro a exploração nos campos de Albacora e Marlim, além da Bacia de Santos e da costa do Paraná, porque dispunha de poucos recursos financeiros e nesse momento houve redução nos preços de derivados do petróleo (DIAS; QUAGLINO, 1991).

Os anos 1980 foram marcados pelo aumento da força do movimento sindical no país, onde os metalúrgicos do ABC paulista, liderados por Luís Inácio Lula da Silva, se destacavam, com várias greves deflagradas e a conquista de vários ganhos para a categoria. No entanto de acordo com Murteira (2003), além da categoria dos metalúrgicos, outras categorias se destacavam nesse período, entre elas a categoria dos petroleiros, que nesse momento buscavam romper com o sindicalismo conformista herdado da Era Vargas (MURTEIRA, 2003; 2004). Durante esse período, surgiram o Sindipetro São José dos Campos (1982), Sindipetro Rio Grande do Norte (1984), Sindipetro Rio Grande (1985), Sindiquímica Paraná (1985), Sindipetro Espírito Santo (1989) e Sindipetro Pernambuco/Paraíba (1989) (Quadro 16). Em 1983 foi criada a CUT, para acabar de vez com a estrutura sindical atrelada ao Estado (MURTEIRA, 2004), liderando “um sindicalismo classista, de base, autônomo e com uma estrutura interna democrática” (MURTEIRA, 2004, p. 1). No mesmo ano, pouco antes da criação da CUT, os petroleiros das refinarias de Paulínia em São Paulo, e Mataripe na Bahia, juntos a outras categorias combativas fizeram uma

---

<sup>59</sup> A produção era *onshore*, em terra.

notória greve contra um pacote de medidas econômicas impostas pelo presidente João Batista Figueiredo, que retirava os direitos dos trabalhadores. Em represália, o exército invadiu as refinarias e os militares passaram a controlar os sindicatos, além de demitirem 153 petroleiros na Refinaria de Paulínia e 205 na Refinaria de Mataripe. Com isso o Sindipetro-Campinas<sup>60</sup>, que representa os petroleiros da Refinaria de Paulínia, teve sua direção destituída e lideranças da época como Jacó Bittar e Antônio Carlos Spis tiveram seus direitos cassados<sup>61</sup>. Também neste ano, os petroleiros realizavam seu primeiro congresso em Cubatão (SP), onde ficou decidido que os dirigentes do CNTI seriam escolhidos através de eleição, com o voto dos trabalhadores (MURTEIRA, 2003), sendo que isso só passou a ocorrer em 1984 (MURTEIRA, 2004). Os primeiros Sindipetros a se filiarem a CUT, são os de Campinas, Paraná e Minas Gerais, que ajudam a organizar o Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT (DNP-CUT), criado em 1987, e logo depois os outros Sindipetros passaram a se filiar a central. Com isso os antigos dirigentes que foram contra a filiação a central, criaram a Federação Nacional dos Petroleiros (FENAPE)<sup>62</sup>, entidade sem apoio da base (MURTEIRA, 2004), que lutava contra seus direitos. Nessa época os petroleiros começaram a organizar o que mais tarde viria a se tornar a FUP, um comando de ação que iria representa-los nas mobilizações e negociações com a Petrobrás (MURTEIRA, 2003), que só será oficializado em 1991 como Comando Nacional de Ação (MURTEIRA, 2004).

Procuramos compreender como estão organizados os Sindipetros, buscando entender como estão distribuídos pelo território brasileiro e como funciona sua hierarquia. Os Sindipetros ligados a FUP são afiliados a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) e a CUT, conforme constatamos na Figura 3. A CNQ é parte integrante da CUT, pois a fundação da CUT, em 1983, levou a criação do Departamento Nacional dos Químicos da CUT, que depois se tornou Confederação Nacional do Ramo Químico, em congresso da categoria em 1992<sup>63</sup>. Com isso podemos dizer, conforme verificamos na Figura 3, que a CUT é o órgão máximo da categoria petrolífera.

---

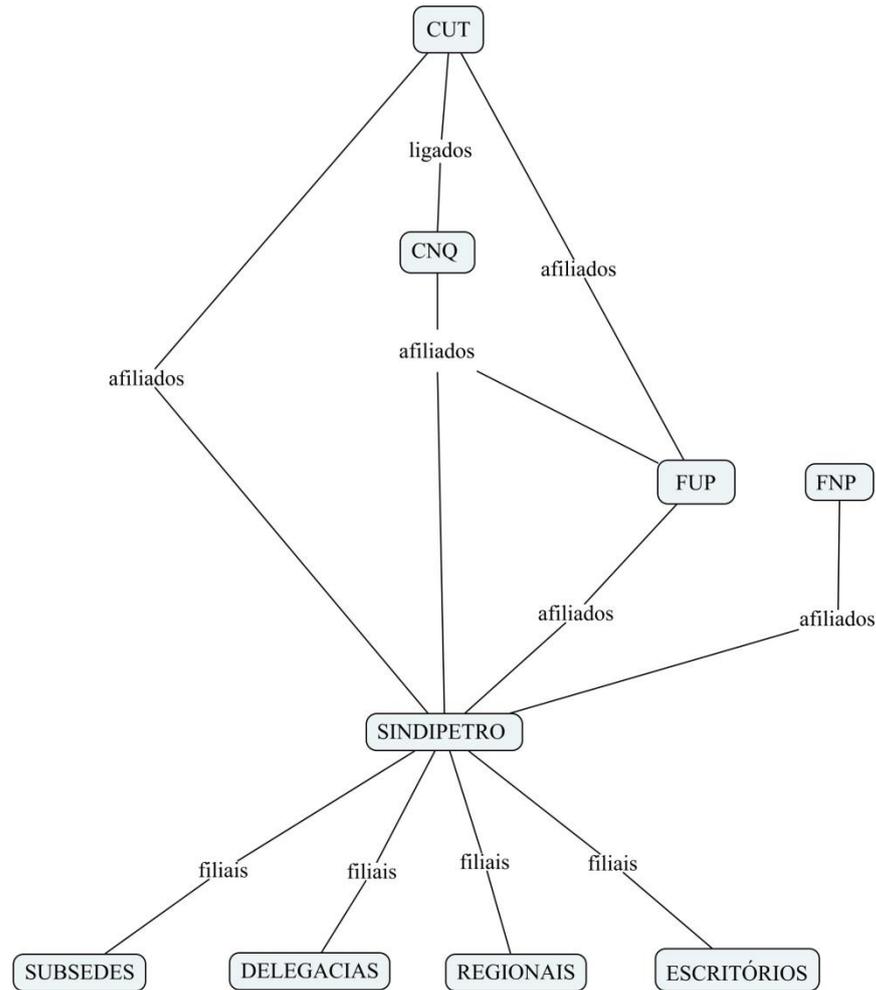
<sup>60</sup> Em 26 de agosto de 2002, junto ao Sindipetro Mauá e Sindipetro São Paulo, fundam o Sindipetro São Paulo (informação cedida pela integrante do Sindipetro São Paulo, Norian).

<sup>61</sup> Anos mais tarde os 24 dirigentes do Sindipetro-Campinas dessa época, receberam indenizações por parte do governo brasileiro, por terem sido vítimas dos desmandos do período da ditadura (MURTEIRA, 2003).

<sup>62</sup> Em momentos de impasse nas negociações com a categoria, a Petrobrás recorria a federação, para fechar acordos no âmbito regional (MURTEIRA, 2004).

<sup>63</sup> Disponível em: < <http://cnq.org.br/menu/quem-somos/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

**Figura 3 – Estrutura organizacional territorial sindical petrolífera**



Fonte: Disponível em: <<http://www.fup.org.br/sindicatos-filiados>>. Acesso em: 16 fev. 2016. Disponível em: <[http://fnpetroleiros.org.br/?page\\_id=311](http://fnpetroleiros.org.br/?page_id=311)>. Acesso em: 26 dez. 2016. Disponível em: <<http://cnq.org.br/menu/quem-somos>>. Acesso em: 18 jul. 2016; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

A FNP congrega os outros Sindipetros, entre eles o Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro e segundo a própria federação, durante o 12º Congresso da FUP, em 2006, a federação decidiu vender os direitos da categoria em troca de cargos de alto escalão, o que fez com que alguns Sindipetros saíssem da FUP, por considerarem o ato um desrespeito para com a categoria petroleira, e posteriormente criaram a Frente Nacional dos Petroleiros, no mesmo ano do congresso, que mais tarde se tornou a Federação Nacional dos Petroleiros<sup>64</sup>. De acordo com um diretor do Sindipetro NF, a FUP e a FNP, têm procurado trabalhar em conjunto, dentro do possível, em nome da categoria petrolífera, devido aos últimos

<sup>64</sup> Disponível em: <[http://fnpetroleiros.org.br/?page\\_id=106](http://fnpetroleiros.org.br/?page_id=106)>. Acesso em: 11 maio 2016.

acontecimentos<sup>65</sup>, como por exemplo, a venda de subsidiárias da Petrobrás, cujos trabalhadores perdem o direito de trabalhar na estatal, e ficam sem saber o que ocorrerá com seus empregos, como veremos mais a frente.

Ao todo são 19 Sindicatos dos Petroleiros atuantes no território brasileiro, conforme apresentamos no Quadro 16<sup>66</sup>, onde 14 são afiliados a FUP<sup>67</sup> e 5 são afiliados a FNP<sup>68</sup>. Podemos observar nos Mapas 5 e 6, como ocorre a distribuição das sedes e das filiais<sup>69</sup>, ligadas aos Sindipetros pertencentes a FUP e a FNP. Os Sindipetros ligados a FUP (Mapa 5), são maioria no território brasileiro, e os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, possuem grande concentração de Sindipetros, em relação aos outros estados. Depois vêm os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, com concentração mediana, e os estados do Amazonas, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco, com concentração baixa. O destaque no Mapa 5 é o Sindipetro Norte Fluminense, objeto de análise deste trabalho, cuja base territorial é a Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O Sindipetro NF possui sede no município de Macaé e uma delegacia no município de Campos dos Goytacazes, contando com 9.396 trabalhadores filiados, onde 8.854 são concursados e 542 são terceirizados, sendo parte desses aposentados e pensionistas. No Mapa 6, temos os Sindipetros ligados a FNP, que são minoria no território brasileiro, ficando concentrados sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, seguido de Sergipe, com concentração média, e por fim do Amazonas, Pará e Alagoas, com baixo grau de concentração.

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida por L. S. F., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

<sup>66</sup> Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/o-sindicato/historico>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

<sup>67</sup> Disponível em: <<http://www.fup.org.br/sindicatos-filiados>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

<sup>68</sup> Disponível em: <[http://fnpetroleiros.org.br/?page\\_id=311](http://fnpetroleiros.org.br/?page_id=311)>. Acesso em: 26 dez. 2016.

<sup>69</sup> Alguns Sindipetros possuem apenas uma sede ou mais de uma sede, enquanto outros possuem uma sede e podem ter uma ou mais filiais (subsedes, regionais, delegacias e escritórios).

**Quadro 16 – Sindipetros ligados a FUP e a FNP**

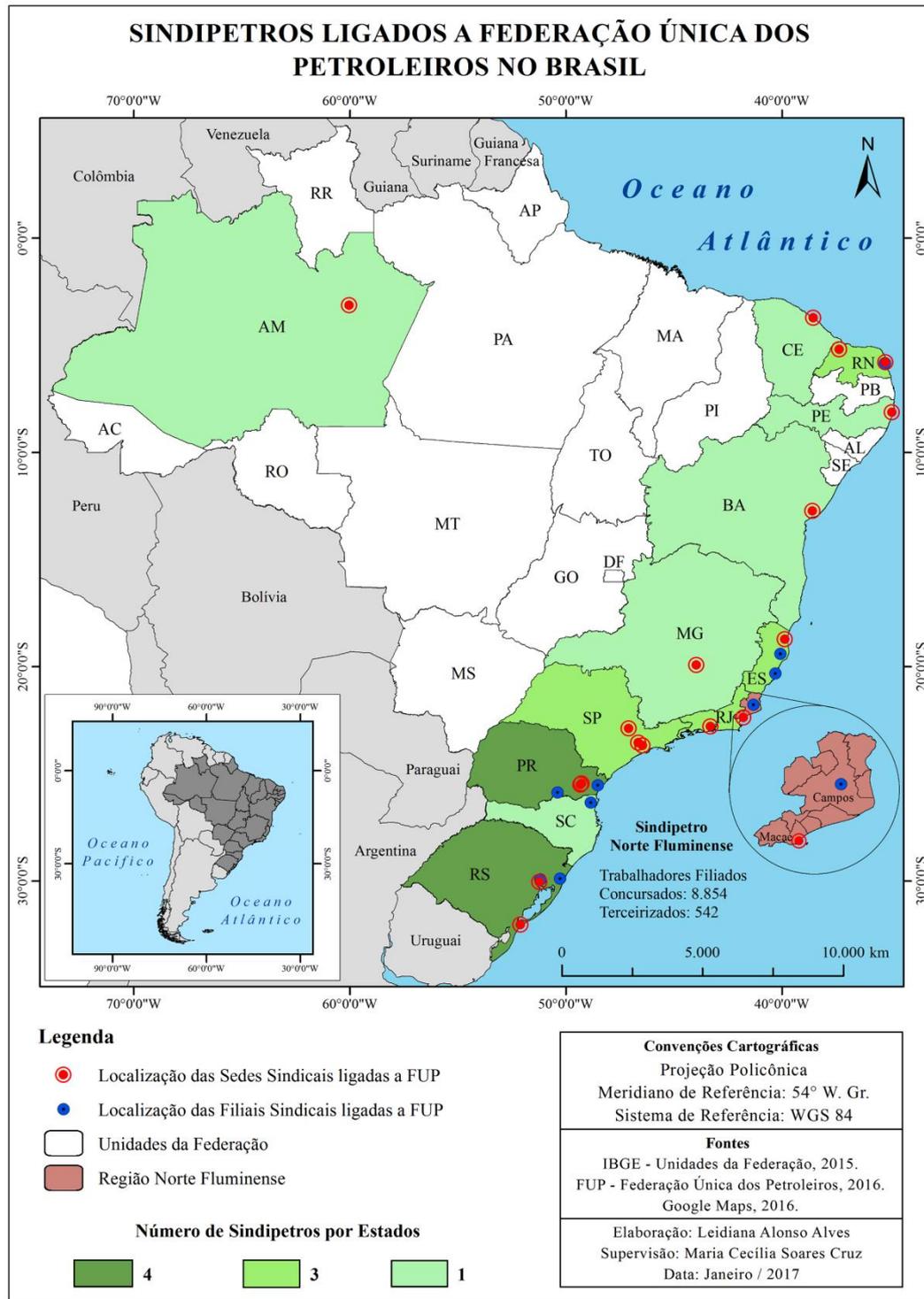
<b>FUP</b>	<b>Ano de Fundação</b>
Sindipetro Bahia	1957
Sindipetro Amazonas	1961
Sindipetro Duque de Caxias	1962
Sindipetro Paraná/Santa Catarina	1962
Sindipetro Minas Gerais	1963
Sindipetro Rio Grande do Sul	1963
Sindipetro Ceará/Piauí	1973
Sindipetro Rio Grande do Norte	1984
Sindipetro Rio Grande <sup>70</sup>	1985
Sindiquímica Paraná	1985
Sindipetro Espírito Santo	1989
Sindipetro Pernambuco/Paraíba	1989
Sindipetro Norte Fluminense	1995
Sindipetro São Paulo	2002
<b>FNP</b>	<b>Ano de Fundação</b>
Sindipetro do Litoral Paulista <sup>71</sup>	1958
Sindipetro Rio de Janeiro	1959
Sindipetro Alagoas/Sergipe	1960
Sindipetro Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá	1962
Sindipetro São José dos Campos	1982

Fonte: Os dados sobre a quantidade de sindipetros foram obtidos nos sites da FUP e FNP (Disponível em: <<http://www.fup.org.br/sindicatos-filiados>>. Acesso em: 16 fev. 2016. Disponível em: <[http://fnpetroleiros.org.br/?page\\_id=311](http://fnpetroleiros.org.br/?page_id=311)>. Acesso em: 26 dez. 2016). Os dados sobre os anos de fundação dos Sindipetros foram obtidos em seus sites, ou informados pelos próprios sindicatos.

<sup>70</sup> Localizado no município Rio Grande, que se situa no Estado do Rio Grande do Sul.

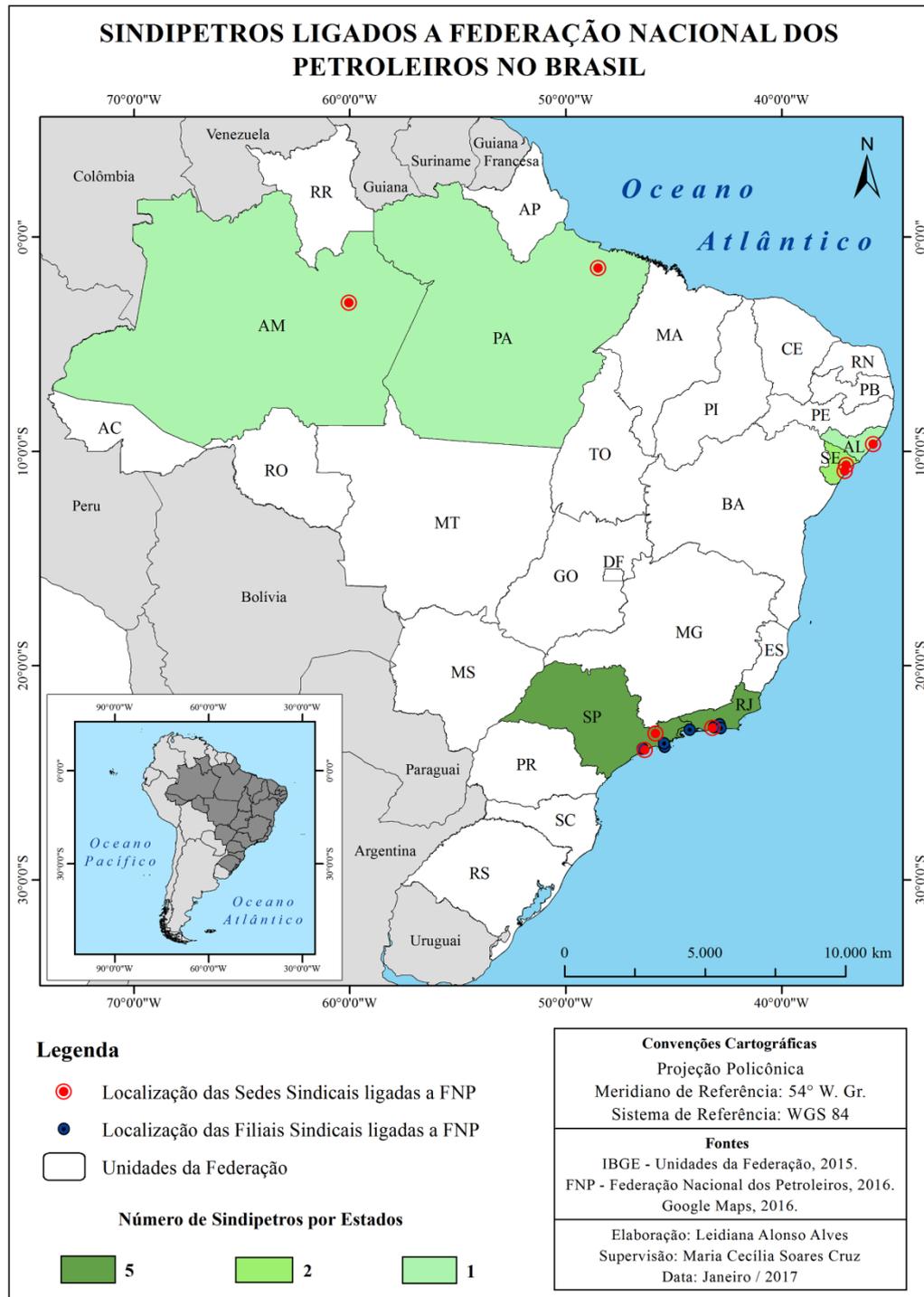
<sup>71</sup> Possui uma sede no município de Santos e uma subsede no município de São Sebastião.

Mapa 5 – Sindipetros ligados a Federação Única dos Petroleiros no Brasil<sup>72</sup>



<sup>72</sup> Os dados contidos no mapa sobre o número de trabalhadores afiliados do Sindipetro NF foram obtidos durante entrevista com alguns diretores sindicais, concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

**Mapa 6 – Sindipetros ligados a Federação Nacional dos Petroleiros no Brasil**



Conforme apontamos, a organização dos Sindipetros compõe-se por sedes, subsedes, regionais, delegacias e escritórios. Além disso, há uma organização territorial, inclusive com mais de um Sindipetro atuando em um mesmo território, afiliados a federações distintas. O que evidencia que há conflitos e cooperação. Ao mesmo tempo, ficou clara a relação entre a chegada da resistência da classe trabalhadora com a implantação de etapas do circuito espacial

de produção do petróleo. A divisão territorial do trabalho se revelou também pelo tipo de resistência que surgiram nos lugares. Os sindicatos, ainda que tenham os problemas apontados, ainda constituem uma força de defesa dos trabalhadores na atual estrutura de exploração do trabalho. O mapa da exploração do petróleo é o mapa também de geração de resistências.

### 2.2.2 A década de 1990: privatizações e redução dos direitos trabalhistas dos petroleiros no território brasileiro

Os anos 1990 foram marcados por tentativas de privatização da Petrobrás, onde algumas subsidiárias foram privatizadas, e houve presença marcante da ação dos petroleiros contra as privatizações. Logo no início, em 1990, Fernando Collor, anunciou a extinção de duas subsidiárias, a Petromisa<sup>73</sup> e a Interbrás<sup>74</sup>.

Em 1992, com o Programa Nacional de Desestatização, foram privatizadas todas as companhias controladas pela Petroquisa<sup>75</sup>. Itamar Franco, em 1993, dando sequência ao Programa de Desestatização, privatizou a Petrofertil, que controlava 5 empresas do setor de fertilizante. Os petroleiros resistiram e lutaram para desfazer esta ação, e assim conseguiram manter a Nitrofertil, que foi incorporada à Petrobrás como Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN). No entanto, não reverteram a ação de privatização da Petrofertil, mas conseguiram impedir o Congresso Nacional em 1993 e 1994, de aprovar a revisão constitucional, que deixaria livre o caminho para as privatizações (MURTEIRA, 2004).

O grande objetivo dos petroleiros de criar uma organização que pudesse articular sua luta nacionalmente se realizou em 1993, com a criação da Federação Única Cutista dos Petroleiros (FUCP), durante o II Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás, na cidade de Santos. Os 350 delegados de base que participaram do evento,

---

<sup>73</sup> Ramo de mineração (Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petroquisa-tinha-um-terco-do-setor-quimico-imp-,921416>>. Acesso em: 04 fev. 2017).

<sup>74</sup> Criada em 1976, a Petrobrás Internacional (INTERBRÁS), ficava responsável pelo comércio exterior da empresa. Entre as suas atividades estava a compra de petróleo bruto no exterior e a venda de produtos da Petrobrás. A importação de óleo bruto era necessária, pois o parque de refino do país não tinha a tecnologia adequada para refinar o petróleo baiano, que tinha alto teor parafínico, assim este era exportado para países que tivessem capacidade de refino mais avançada e o petróleo que era importado tinha características que o tornava próprio para ser refinado no Brasil (DIAS; QUAGLINO; 1991).

<sup>75</sup> Subsidiária responsável pelo ramo petroquímico (DIAS; QUAGLINO, 1991).

elegeram a direção colegiada da federação, composta por 11 petroleiros, tendo Antônio Carlos Spis como coordenador. Em 1994 os petroleiros ocuparam a sede da FENAPE em Brasília, culminando com a extinção da federação. Em junho deste mesmo ano, no III Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás foi homologado o estatuto da nova organização, que passou a se chamar Federação Única dos Petroleiros (FUP). Ainda assim a Petrobrás só a reconheceu no Acordo Coletivo de Trabalho, como representante legal dos Sindipetros, em 1996.

A federação lutou e ainda luta, contra várias mazelas impostas à classe petrolífera, buscando a reintegração dos companheiros demitidos no governo Collor e contra a Revisão Constitucional que colocava em xeque os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Lutaram também durante o governo de Itamar Franco, contra a tentativa do Supremo Tribunal Federal de acabar com o direito de greve dos funcionários públicos. Os petroleiros terminaram o ano de 1994 sem nenhum reajuste salarial, mesmo depois de duas greves nacionais. Em 1995 para piorar a situação dos trabalhadores brasileiros foi eleito presidente do país, o candidato da elite, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que pregava os ditames neoliberais, com redução de direitos e arrochos salariais, sobretudo para os trabalhadores de estatais e os funcionários públicos (MURTEIRA, 2004). Durante o governo de Fernando Henrique, os petroleiros reivindicavam a manutenção do monopólio estatal do petróleo, em relação aos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e ao desmantelamento da Petrobrás. Além disso, foram contra a privatização de empresas, a violência no campo, contra a perseguição ao MST e aos funcionários públicos, a retirada de direitos trabalhistas e as modificações na previdência que traziam prejuízos à classe trabalhadora (MURTEIRA, 2003), aumentando o tempo de serviço e retardando a aposentadoria. Logo ao tomar posse, Fernando Henrique Cardoso, enviou um projeto de emenda Constitucional ao Congresso, que objetivava acabar com o monopólio da Petrobrás na exploração e produção de petróleo. Várias entidades se uniram, entre elas a CUT, a FUP, o MST, parlamentares nacionalistas e entidades civis, contra esse projeto de lei. Os petroleiros junto a outras categorias do setor público (eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e os servidores federais), unificaram suas lutas durante uma plenária nacional convocada pela FUP, em janeiro, e decidiram fazer uma greve a partir de 3 de maio daquele ano, contra as perdas salariais, redução de direitos e contra a quebra dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. No decorrer da greve o movimento unificado foi perdendo força e os petroleiros sustentaram a greve sozinhos durante 32 dias, onde mais de

90% dos trabalhadores pararam de trabalhar, nas refinarias, nas plataformas, nas unidades de distribuição e nos setores administrativos da Petrobrás. Os petroleiros foram parando gradativamente a produção, mantendo cotas de produção, para garantir o abastecimento básico da população e a preservação dos equipamentos. Conforme relata Murteira (2004), a greve tomou contornos tensos e o enviesamento dos discursos midiáticos condenaram o movimento, conforme relato da autora, a mídia começou a espalhar boatos sobre a falta de derivados do petróleo e do gás de cozinha<sup>76</sup>. A FUP continuou orientando a categoria para que parassem lentamente, com o objetivo de não penalizar a população. Embora a greve estivesse sendo conduzida em conformidade com a lei, no sétimo dia o Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgou a greve como abusiva. No dia 11 de maio a Petrobrás divulgou por meio da imprensa, a primeira lista de demitidos: Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP, liderou a relação de 25 nomes<sup>77</sup>. Para piorar a situação no dia 24 de maio, o exército ocupou as refinarias do Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP) e no dia seguinte os petroleiros receberam seus contracheques zerados e mesmo assim resistiram, continuando com a greve. O movimento começou a ganhar apoio de centenas de sindicatos, estudantes, parlamentares, organizações civis nacionais e estrangeiras. O TST julgou mais uma vez a greve como abusiva no dia 26 de maio e multou a FUP e os Sindipetros, 100 mil para cada dia não trabalhado. No dia 31 de maio a CUT promoveu o movimento “Somos todos petroleiros” onde todas as categorias fizeram passeatas para apoiar a causa dos petroleiros por todo o país. No dia seguinte uma frente parlamentar foi formada por representantes de vários partidos, com o objetivo de intermediar a reabertura das negociações com a Petrobrás, em nome do Congresso Nacional. A empresa aceitou e se comprometeu a cancelar as punições e parcelar os dias parados. Assim no dia 2 de junho a FUP recomendou cessar a greve e a categoria votou a favor, com exceção dos petroleiros da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, que permaneceram em greve, e decidiram cessa-la apenas no dia seguinte. No fim vários petroleiros foram demitidos (incluindo diretores sindicais), suspensos e os sindicatos tiveram suas contas bloqueadas, o repasse da contribuição dos afiliados ficou retido e foram obrigados a pagar multas

---

<sup>76</sup> Em novembro de 1995 o Tribunal de Contas da União concluiu que as distribuidoras foram responsáveis pela falta do gás de cozinha. A Petrobrás já sabia naquela época que a culpa não era dos petroleiros (MURTEIRA, 2004).

<sup>77</sup> Ao longo dos anos após a histórica greve, um dos principais pleitos dos petroleiros era a anistia e reintegração dos petroleiros demitidos sumariamente nas greves de 1994 e 1995, fato que só foi consumado em 2003, com o projeto do deputado Luciano Zica (PT-SP), que foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva (MURTEIRA, 2004).

altíssimas<sup>78</sup>, tendo seus bens penhorados e passando a atuar de forma bastante precária (MURTEIRA, 2004). Nesse mesmo ano foi criado o Sindipetro do Norte Fluminense (Quadro 16), principal objeto de análise deste trabalho, que desde sua criação, promoveu vários atos, em nome da categoria petrolífera, na Bacia de Campos.

Em 1998 ocorreram avanços na representação do setor privado, no IV CONFUP ficou decidida a criação da Secretária de Trabalhadores terceirizados, que tinha o objetivo de discutir a perda de direitos, devido a substituição dos trabalhadores efetivos pelos trabalhadores terceirizados, com a precarização das condições de trabalho, aumento de acidentes e intensificação da política de fragmentação da empresa. Quando Fernando Henrique quebrou o monopólio da extração de petróleo, onde empresas privadas passaram a participar da extração, a federação passou a ter mais trabalho, para conter a política privatizadora do governo e também defender os trabalhadores terceirizados, que trabalhavam nessas empresas (MURTEIRA, 2004).

Em 1999, a FUP assinou o primeiro acordo coletivo dos trabalhadores da Halliburton e da BJ Service, que passou a valer em todo o território brasileiro. Em 2000, o acordo passou a incluir também os petroleiros da Perbras e da Sotep. Com isso os terceirizados passaram a ter piso salarial unificado, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) das empresas, assistência médica e odontológica, entre outros direitos. Em 2001 a FUP conquistou a representação de outras empresas, a TotalFinaElf, a Devon, a Unocal, a Enterprise e a Kerr McGee, e os trabalhadores passaram a adquirir garantias como, o direito de recusa, piso salarial, adicionais por trabalho noturno e sobreaviso, entre outras garantias. Nesse mesmo ano a FUP assinou acordo com a PetroReconcavo, primeira operadora privada a produzir petróleo em terra, no Brasil. No entanto, um dos maiores entraves em relação a representação da categoria petrolífera pela FUP, é a empresa anglo-holandesa *Shell*, que atua na exploração de petróleo, e se recusa a reconhecer a FUP e seus sindicatos como representantes da categoria petrolífera no Brasil, afirmando que o sindicato que a representa seria o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (Sitramico). Somente após denúncias ao Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, ao Ministério do Trabalho e Emprego e também à Federação dos Trabalhadores da Holanda (FNV), que a *Shell* aceitou discutir sobre

---

<sup>78</sup> Depois de várias tentativas do presidente Fernando Henrique Cardoso em vetar os projetos de anistia das multas impostas arbitrariamente aos Sindipetros, em 1998 ele recuou e sancionou a lei retirando as multas, dali por diante, ficando retido o que foi pago antes, pois o presidente vetou o artigo que dava direito aos Sindipetros de terem os valores pagos antes de volta (MURTEIRA, 2004).

a possível representação por parte da FUP e os Sindipetros. O que contribuiu para isso foi o fato do Sitramico ter esclarecido que sua abrangência na representatividade está restrita as áreas de comercialização e distribuição, e mesmo assim até hoje a FUP não conseguiu a representatividade da empresa, o que faz com que seus trabalhadores fiquem sem o respaldo de um sindicato para defendê-los e garantir seus direitos (MURTEIRA, 2004).

Esse longo relato pontua as inúmeras lutas que os sindicatos dos petroleiros protagonizaram na década de 1990. As políticas neoliberais afetaram de forma avassaladora o território em suas áreas estratégicas, como de energia. O ramo do petróleo é emblemático como representante desse momento, entretanto, mesmo com as perdas de direitos trabalhistas, a luta congregada pela FUP indicou que a resistência existiu e existe. A criação de uma horizontalidade entre os Sindipetros promoveu conquistas frente à voga neoliberal dos anos 1990. Apesar das privatizações e da retirada de direitos, os Sindipetros passaram a representar os petroleiros das empresas privadas.

O processo de globalização, que internacionaliza os espaços da economia nacional, apresentou um território fragmentado pelo sistema produtivo; a atuação dos sindicatos tende a ser modificada nesses novos tempos, mas a fragmentação das categorias de trabalhadores não significou o fim da resistência. Evidente, que em tempo de crise, desemprego e autoritarismos, os sindicatos foram subjugados e reduziram a capacidade de luta, mas ela ganhou novos contornos.

No início dos anos 2000, muitos foram os acidentes e evidências da exploração do trabalho e precarização, em parte concentrada no grupo de trabalhadores terceirizados, conforme relata Murteira (2004). A eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, traz uma política de investimentos em energia, especialmente petróleo, com a valorização da Petrobrás. Embora não haja um rompimento com as políticas de mercado, a base de investimentos estratégicos foi ampliada, com investimentos em pesquisa e ativação da indústria naval, construção de novas refinarias, sobretudo a construção de empreendimentos da Petrobrás, no território brasileiro.

### 2.2.3 O cenário atual da Petrobrás e dos Sindipetros no território brasileiro

Em 2003, chegou a presidência, um candidato operário, que foi um dos grandes líderes sindicais dos anos 1980 – período conhecido como Novo Sindicalismo – Luís Inácio Lula da

Silva (2003-2010). Nesse ano foi fundado o último Sindipetro, o Sindipetro São Paulo (Quadro 16).

Em 2003 a Petrobrás apresentou proposta para a reintegração dos trabalhadores demitidos nas greves de 1994 e 1995 e iniciou negociações para o regresso dos trabalhadores anistiados da Interbrás e da Petromisa. A empresa alterou os editais de contratação da construção de plataformas, o que assegurou maior participação de empresas brasileiras. A FUP e os Sindipetros participaram de um seminário junto a direção da Petrobrás, para debater sobre mudanças na política de remuneração da empresa. A distribuição de bônus que em 2002 movimentou mais de R\$ 50 milhões foi suspensa. Os anistiados da Petromisa e Interbrás e os demitidos das greves de 1994 e 1995 começaram a retornar a empresa. A igualdade de direitos foi o principal eixo da campanha desse ano (MURTEIRA, 2004). No entanto mesmo sob o comando de um governo que prometia mudanças positivas para a classe trabalhista, a Petrobrás ainda assim se mostrou bem inserida no contexto neoliberal em que vivemos, onde de acordo com Murteira (2004), a primeira contraproposta da empresa, continuava a discriminar trabalhadores novos e antigos e não propunha nenhum reajuste salarial. Os petroleiros em contrapartida realizaram uma paralisação de 24 horas, o que levou a empresa a apresentar um calendário de negociação. Em meio a discussões com a empresa, nada ficou resolvido e a FUP continuou com as mobilizações. A empresa apresentou uma nova contraposta, mas a FUP não aceitou e ameaçou com uma greve de 72 horas, se não tivesse uma proposta melhor. Os bancários, funcionários públicos, entraram para a luta junto aos petroleiros. Os petroleiros conseguiram chegar a um acordo com a empresa. Conquistaram um bom reajuste salarial, para os trabalhadores da ativa e os aposentados; avançaram na igualação de direitos para os trabalhadores novos, com o pagamento de férias integrais e o quinquênio, com a promessa da empresa definir o anuênio. Ocorreram também avanços em relação a regimes de trabalho e jornadas. Os trabalhadores da Transpetro assinaram seu primeiro acordo de trabalho, com os principais direitos garantidos (MURTEIRA, 2004).

Assim podemos perceber que com a mudança de governo, os petroleiros começaram a obter vitórias, que vinham sendo reivindicadas durante anos pela categoria. Ao fim de seu mandato, em 2010, o presidente Lula, transfere a presidência da república à primeira mulher eleita presidente no Brasil, Dilma Rousseff (2011-2014), reeleita em 2014, mas não terminou o seu mandato, em razão de um *impeachment*, confirmado em 31 de agosto de 2016.

Aqui faremos algumas considerações sobre o *impeachment* da presidente Dilma, buscando entender o que está por trás desse acontecimento, mesmo sendo um momento recente da política do país, cujo desenrolar ainda está ocorrendo, e por isso para haver uma avaliação desse período mais consistente, será necessário esperar mais algumas décadas, para que possa ser melhor apurado. O processo de *impeachment* acima de ser possibilitado pelo fato da presidente ser ou não culpada pelas chamadas “pedaladas fiscais”, foi, sobretudo um golpe da direita sobre a esquerda, dos partidos de oposição contra os partidos de situação e, sobretudo com o apoio da elite que não alinhava-se com os projetos políticos do PT. Nos anos em que o PT governou, o país teve várias melhorias, entre as quais, o aumento do poder de consumo da população, maior inserção da população ao meio digital, ampliação do Ensino Superior no país e redução da miséria.

Atualmente, segundo Duarte (2016), o cenário da atividade petrolífera do país, está pautado principalmente na exploração de petróleo *offshore* nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, sobretudo com o advento do Pré-sal, que permitiu uma maior intensificação da exploração. Descoberta em 2007, a camada de Pré-sal<sup>79</sup>, fica abaixo da camada de sal, a 7 mil metros de profundidade, e conta com enorme quantidade de petróleo<sup>80</sup> e gás natural se situando na costa brasileira, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, o que ampliou a produção de petróleo no território brasileiro.

De acordo com a Petrobrás, atualmente a exploração e produção de petróleo se dá em sua maior parte em campos marítimos, e uma pequena parte ocorre em campos terrestres. Os campos terrestres se concentram nas regiões Norte e Nordeste<sup>81</sup>. As bacias que compreendem os campos marítimos são a Bacia de Campos (ES, RJ), Bacia de Santos (PR, SC, SP, RJ), Bacia do Espírito Santo (ES), Bacia Potiguar (PB,CE,RN), Bacia de Sergipe e Alagoas (SE, AL), Bacia de Camamu-Almada (BA) e Bacia do Jequitinhonha (BA). As bacias que compõem os campos terrestres são a Bacia do Recôncavo (BA), Bacia do Tucano (BA) e Bacia dos Solimões (AM)<sup>82</sup>. Em todo território brasileiro temos 13 refinarias e uma unidade

---

<sup>79</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/](http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>80</sup> O óleo encontrado é mais leve e de melhor qualidade.

<sup>81</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>82</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

de processamento de xisto, no Paraná<sup>83</sup>. O parque de refino produz mais de dois milhões de barris de derivados por dia, entre eles diesel, gasolina, nafta, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo e lubrificantes, que servem de matéria-prima para vários produtos<sup>84</sup>. A empresa também produz fertilizantes a partir do gás natural, sendo no país a maior produtora de fertilizantes nitrogenados, com fábricas em Sergipe, Bahia e Paraná<sup>85</sup> (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados – Fafen)<sup>86</sup>.

Entretanto, a mudança política recente do país, afetou o circuito espacial de produção do petróleo de forma rápida e avassaladora, trazendo alguns prejuízos, como a aprovação do projeto de lei nº 131 de 2015, em fevereiro de 2016 e o começo das vendas de campos de produção do Pré-sal e a venda da subsidiária Liquigás, em novembro de 2016, entre outras vendas de ativos.

O Projeto de Lei nº 131 de 2015, defendeu a partilha da exploração do Pré-sal com empresas privadas, alegando que a Petrobrás, devido ao fato de estar envolvida em esquemas de corrupção, não estaria apta para ser a principal exploradora do Pré-sal, pois isso desordena sua prestação na execução de atividades, citando também que desde 2014, o preço do petróleo vem caindo, no cenário internacional, prejudicando sua comercialização e diminuindo o repasse dos *royalties*, se refletindo em menor investimento na produção petrolífera, pois a exploração do Pré-sal pela Petrobrás é feita de acordo com seus rendimentos, que se forem baixos, diminui o investimento na exploração (BRASIL, 2015b). A maior participação das empresas privadas na exploração do Pré-sal, trouxe ônus para os trabalhadores do circuito espacial de produção petrolífero, pois deixaram de trabalhar na Petrobrás, para trabalhar nas empresas privadas, que retiram do trabalhador, uma maior garantia do emprego, entre outros direitos.

---

<sup>83</sup> Refinaria Abreu e Lima (PE), Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN), Refinaria Landulpho Alves (RLAM) (BA), Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor) (CE), Refinaria Capuava (Recap) (SP), Refinaria Duque de Caxias (Reduc) (RJ), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Refinaria Gabriel Passos (Regap) (MG), Refinaria Isaac Sabbá (Reman) (AM), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) (PR), Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) (SP), Refinaria de Paulínia (Replan) (SP) e Refinaria Henrique Lage (Revap) (SP) e Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) (PR) (Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/)>. Acesso em: 21 jan. 2017).

<sup>84</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/refino/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/refino/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>85</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/petroquimica-e-fertilizantes/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/petroquimica-e-fertilizantes/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

<sup>86</sup> Disponível em: <[www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/](http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

A Petrobrás em novembro vendeu por 2,8 bilhões a Liquigás, subsidiária que era responsável pelo envasamento, distribuição e venda do gás de cozinha (GLV), para a Ultragaz, subsidiária da Ultrapar, uma empresa privada nacional. A transação é parte do programa de desinvestimentos da Petrobrás, que visava arrecadar 15,1 bilhões de dólares em 2015 e 2016, como estratégia para conter seu endividamento. A venda só deve ser finalizada no final de 2017. A empresa anunciou que pretende continuar com a venda de ativos, de 2017 a 2018, para conseguir arrecadar US\$ 19,5 bilhões (total de US\$34,6 bilhões em 4 anos).<sup>87</sup>

De acordo com Pereira (2016), em texto divulgado no site do Sindipetro NF, a Petrobrás já vendeu vários empreendimentos e alguns estão em fase de negociação, conforme observamos nos Quadros 16 e 17, que inclui a já citadas neste trabalho, Liquigás e algumas áreas de exploração de Pré-sal, como os Campos de Iara, Sururu, Berbigão, Oeste de Atapu, Lapa e Carcará (Bloco Exploratório BM-S-8), todos localizados na Bacia de Santos (SP). Se compararmos com a gigante do petróleo *Shell*, enquanto a Petrobrás se desfaz de suas áreas de Pré-sal, a *Shell* aumentou sua produção de gás natural, tornando-se a maior produtora mundial, graças a exploração em áreas de Pré-sal do Brasil. Ao analisarmos os Quadros 17 e 18, podemos constatar que a maior parte das empresas compradoras são estrangeiras, o que comprova o interesse do capital estrangeiro no petróleo brasileiro, até concluir seu principal objetivo, a venda integral da estatal brasileira, se utilizando da estratégia de dividir para depois conquistar, comprando partes da empresa aos poucos, com o apoio do governo brasileiro, que comanda a empresa.

Do total de ativos que a empresa já vendeu para bater a meta do programa de desinvestimentos, conseguiu obter apenas a soma de US\$13,6 bilhões, não alcançando os US\$15,1 bilhões previstos para o biênio 2015-2016, pois sofreu intervenções da Justiça de Sergipe<sup>88</sup>, que impediu a conclusão das negociações da venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna, respectivamente localizados na Bacia de Campos e na Bacia de Santos. O Tribunal de Contas da União também entrou com uma ação contra a negociação, pois encontrou várias irregularidades no processo de vendas de ativos da empresa. Essas ações trazem

---

<sup>87</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/11/conselho-da-petrobras-aprova-venda-da-liquigas-para-ultragaz-por-r28-bi-20161117193006113945.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

<sup>88</sup> Graças ao pedido de liminar feito pelo Sindipetro SE/AL, afiliado a FNP (Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/justica-suspende-venda-de-bauna-tartaruga-verde-pela-petrobras-20509372>>. Acesso em: 10 fev. 2017).

consequências para a empresa, para a sociedade e principalmente para os trabalhadores (PEREIRA, 2016).

Essa política de venda de ativos, traz soluções imediatas, sendo feita sob a lógica neoliberal com ações a curto prazo, sem pensar no futuro. Outro ponto é o fato da empresa vender esses ativos abaixo do valor real para atrair compradores estrangeiros e ainda obter um certo ganho. Como exemplo, temos o Complexo Petroquímico de Suape (Quadro 17), que tinha seu valor contábil registrado em R\$4,5 bilhões em 2015, nas demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2016, estava avaliado em R\$1,6 bilhões e foi vendida em dezembro de 2016 pelo valor de R\$1,25 bilhões (US\$385 milhões com o dólar a R\$3,26) representando assim um rebaixamento em seu valor em R\$3,25 bilhões. Com a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) (Quadro 17), a perda da Petrobrás foi grande, pois a empresa compradora, a *Brookfield*, é uma empresa formada por capitais de fundos de investimentos, especializada em especular nas compras de ativos baratos e revender na tentativa de lucros, além do fato de não ter experiência na área de transporte de gás. A produção de gás natural da Petrobrás depende dos gasodutos e em cerca de seis anos a *Brookfield* será ressarcida pela compra da NTS, com o aluguel dos gasodutos para a estatal. O contrato com a empresa será no termo *ship-or-pay*, onde a Petrobrás pagará mesmo se o gás não for transportado. E por fim a Transpetro terá que disputar mercado com a *Brookfield*. Em relação às vendas de campos terrestres (Quadro 18), estão sendo negociadas 104 concessões nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Espírito Santo, cuja produção estimada será de 257 milhões de barris de óleo equivalente em reservas provadas. Embora a Petrobrás não divulgue valores, estima-se que esses campos sejam vendidos por no máximo US\$200 milhões (US\$ 1,00 por barril), bem abaixo do que será produzido, sem levar em conta todos os investimentos nessa área e os maquinários inclusos (PEREIRA, 2016).

Os prejuízos para a sociedade brasileira são muitos com a Petrobrás saindo de um setor da economia. Pode haver aumento dos preços dos produtos e desabastecimento, como pode acontecer com o gás de cozinha, com a venda da Liquigás para a Ultragas (Quadro 17), que agora é dono de 50% do mercado de gás de cozinha, concentrando as decisões sobre esse setor. Alguns campos de petróleo da província do Pré-sal passaram a ser operados por empresas estrangeiras, que os comprou (Quadro 17). Assim haverá perda de produção de conhecimento de ponta e redução no repasse de *royalties* e participações especiais, gerados pela produção petrolífera, que seriam destinados a saúde e educação (PEREIRA, 2016).

Os desdobramentos desse processo já foram sentidos pelos petroleiros. No caso da venda da Liquigás, o destino dos trabalhadores ainda é incerto, pois já é comum a empresa não notificar aos trabalhadores sobre sua situação, quando as subsidiárias são vendidas. Mas espera-se que os trabalhadores sejam absorvidos pela Ultragaz (PEREIRA, 2016), o que vai levar a uma minimização dos direitos trabalhistas, como por exemplo, a redução da garantia de emprego. Há casos de trabalhadores que são realocados para outras bases da Petrobrás, mantendo o vínculo empregatício, por meio do programa Mobiliza. Outros trabalhadores aderem ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) e saem da estatal (PEREIRA, 2016), recebendo uma indenização. E por último, o grupo de trabalhadores mais prejudicados da estatal, os terceirizados, que com a venda dessas subsidiárias, passam a sofrer uma maior precarização no ambiente de trabalho. E nos casos de subsidiárias vendidas para empresas estrangeiras, há uma maior inserção de trabalhadores estrangeiros, em detrimento de trabalhadores brasileiros, que perdem postos de trabalho (PEREIRA, 2016).

**Quadro 17 - Relação de vendas de empreendimentos da Petrobrás – 2016**

<b>EMPREENHIMENTOS VENDIDOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>COMPRADOR</b>	<b>MONTANTE</b>
Campos de Iara, Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu; Campo de Lapa <sup>89</sup> ; Terminal de regaseificação na Bahia; Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado (Bahia)	Venda de 22,5% na concessão de Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu); Venda de 35% do campo de Lapa; compartilhamento de uso do terminal de regaseificação da Bahia; parceria de 50% nas Térmicas de Rômulo Almeida e Celso Furtado (Bahia)	Total (Francesa)	US\$2,2 bilhões
Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica de Suape) e a Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	Venda de 100% das empresas.	Alpek (Mexicana)	US\$0,385 bilhões
Venda de participação da Petrobrás Biocombustíveis na empresa Guarani S.A.	Venda de sua participação (45,97%).	Tereos (francesa)	US\$0,202 bilhões
Nova Transportadora do Sudeste (NTS)	Venda de 90% das ações da empresa.	Brookfield (Fundo de investimento de vários países)	US\$5,2 bilhões
Carcará - Bloco Exploratório BM-S-8 <sup>90</sup> .	Venda de sua participação (66%) em Carcará.	Statoil (norueguesa)	US\$2,5 bilhões
Petrobrás Argentina (PESA)	Venda da sua participação de 67,19% na empresa.	Pampa Energía (argentina)	US\$0,9 bilhões
Petrobrás Chile Distribuidora (PCD)	Venda de sua participação de 100% na empresa.	Southern Cross Group (australiana)	US\$0,5 bilhões
Liquigás Distribuidora S.A.	Venda da subsidiária integral.	Ultrapar (brasileira)	US\$0,8 bilhões
Refinaria Nansei Seikyu (NSS) no Japão	Venda de 90% das ações da empresa.	Taiyo Oil Company (japonesa)	US\$0,1 bilhões
<b>SOMA</b>			<b>US\$12,8 bilhões</b>

Fonte: Cloviomar Caranine Pereira, 2016; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

<sup>89</sup> Todos localizados na Bacia de Santos.

<sup>90</sup> Localizado na Bacia de Santos.

### Quadro 18 – Empreendimentos da Petrobrás em fase de negociação – 2016

EM FASE DE NEGOCIAÇÃO		
EMPREENDIMENTOS	SITUAÇÃO	MONTANTE
Petrobrás Distribuidora (BR)	Venda de 51% do capital votante da empresa.	Sem divulgação de estimativa de valor.
Venda dos Campos de Baúna e Tartaruga Verde <sup>91</sup>	Em negociação com a empresa Karoon Gas Austrália.	Sem divulgação de estimativa de valor.
Campos terrestres e em águas rasas	Em Negociações	Sem divulgação de estimativa de valor.
Térmicas	Em Negociações	Sem divulgação de estimativa de valor.
Fábricas de fertilizantes	Em Negociações	Sem divulgação de estimativa de valor.

Fonte: Cloviomar Caranine Pereira, 2016; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

O contexto revela a ação hegemônica das empresas do ramo do petróleo e também dos fundos de investimentos. O que revela a financeirização do território, outro elemento do processo de globalização apontado por Santos (2001), por meio do controle do sistema produtivo por empresas do sistema financeiro, fundos de investimentos como a *Brookfield*.

### 2.3 A precarização do trabalho no circuito espacial de produção petrolífero do Norte Fluminense

Com os avanços do neoliberalismo, a adoção da reestruturação produtiva nos circuitos espaciais de produção, entre eles o circuito espacial de produção petrolífero, vem ocorrendo uma maior exploração do trabalho, tornando o mundo do trabalho, um ambiente de ampla concorrência, onde os trabalhadores são cada vez mais pressionados a trabalhar mais, sob condições de trabalho precárias e recebendo salários miseráveis, sobretudo o trabalhador terceirizado, que goza de menos direitos do que o não terceirizado.

De acordo com Mészáros (2014) o capital submete tudo e todos ao seu domínio, sem se preocupar com as consequências destrutivas em escala mundial. Mesmo que a própria sobrevivência do modo de produção capitalista esteja em perigo, além da humanidade, ainda assim continua seu percurso destruidor (MÉSZÁROS, 2014), em busca da ampliação de lucros. O capital funciona calcado no imediatismo, em termos de espaço, pois nunca abrange o mundo totalmente, apenas parte dele, e em termos de tempo, pois suas consequências são sentidas a longo prazo. Assim obedece a lógica da auto expansão a todo custo, sem levar em

<sup>91</sup> Área de produção do Pós-sal respectivamente na Bacia de Campos e na Bacia de Santos.

conta, que as modificações geradas nos locais, podem trazer consequências para as sociedades que ali se encontram. Quando falamos que o capital não consegue abranger totalmente o mundo, como capitalismo global, queremos dizer que ele não consegue extrair o sobretrabalho na forma de mais-valor<sup>92</sup> em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2014), pois sempre vai haver uma maioria de desempregados no mundo todo. Para extrair o sobretrabalho, o capital conta com o apoio do Estado (MESZÁROS, 2014), que por meio de leis trabalhistas, mais em prol dos empregadores do que dos empregados, mantém o operariado sob o domínio do capital.

Mészáros (2014) aponta também a necessidade do capital de se centralizar cada vez mais, gerando subdesenvolvimento não só para a periferia mais também para as metrópoles do globo, com aumento do desemprego e extinção das indústrias, até mesmo onde ela começou, na Inglaterra, teve sua extinção, sob o governo de Margareth Thatcher<sup>93</sup>. Para o autor, o capital hoje passa por uma crise estrutural, de caráter permanente, e que abrange o mundo todo, onde “esse processo de globalização deve impor-se de forma extremamente discriminatória a favor dos mais poderosos e, assim, não só preserva como agrava as desigualdades opressoras do passado” (MÉSZÁROS, 2014, p. 35).

Para Collado (2014), o capital impõe condições desfavoráveis para os trabalhadores, que são frequentemente substituídos e ou então a frequente rotatividade de trabalhadores, que mudam o tempo todo de trabalho, devido ao aumento de cargas e exigências no trabalho, que torna sua condição de trabalho precária, ao ponto de não aguentarem mais e terem que migrar para outro trabalho.

Se antes tínhamos uma empresa integrada ou articulada no mesmo espaço, hoje com a globalização, graças à revolução tecnológica, sobretudo nos transportes, nas telecomunicações e na informática, as empresas se tornam deslocalizadas (COLLADO, 2014), com sede em um país, quase sempre desenvolvido, e filiais no mundo todo, onde se torna mais interessante ter filiais em países periféricos, que não possuem legislações trabalhistas fortalecidas, o que permite a essas empresas explorar intensamente o mais-valor da força de trabalho. Nos países periféricos segundo Collado (2014) devido a oferta de mão de obra abundante e barata, as empresas montam seus produtos, já a parte do *design*, é feita pela “mão de obra inteligente”,

---

<sup>92</sup> De acordo com Marx (2013), quando o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, gera mais-valor, que não cria valor para o trabalhador e sim para o capitalista.

<sup>93</sup> Foi o primeiro governo a implementar as medidas neoliberais (ANDERSON, 1995).

profissional e sofisticada (COLLADO, 2014), localizadas nos países ricos. Assim as empresas se beneficiam desse externalização, pois ficam livres dos setores que não estão ligados diretamente a criação dos produtos, criando as fábricas das fábricas. Para melhor flexibilizar a produção, as empresas promovem a automatização de todo o processo produtivo. Com isso o processo de externalização e terceirização das atividades tem o intuito de gerar mudanças, cuja meta é atingir o consumo, a realização eficaz dessas mercadorias no mercado. Esse processo gera ganhos para a empresa, devido ao fato de que ela busca os lugares com os menores custos de mão de obra e onde possam extrair matérias-primas (COLLADO, 2014). Como sintetiza Gorz (2005):

[...] Trata-se agora de impor uma nova divisão do trabalho não somente entre prestadores de trabalho, mas entre empresas e capitais. O capital material é abandonado aos “parceiros” contratados pela firma-mãe, que por sua vez assume para eles o papel do suserano: ela os força, pela revisão permanente dos termos de seu contrato, a intensificar continuamente a exploração de sua mão de obra. Ela compra, a um preço muito baixo, produtos entregues pelos contratados, e embolsa ganhos bastantes elevados revendendo-os já com a sua marca. O trabalho e o capital fixo material são desvalorizados e frequentemente ignorados pela Bolsa, enquanto o capital imaterial é avaliado em cotações sem base mensurável [...] (GORZ, 2005, p. 31).

Com isso podemos ver que o produto final sai barato para a empresa principal e esta vende o produto por um preço bem alto, transformando capital material em capital imaterial, que vai ser negociado na Bolsa de Valores.

Essas considerações sobre o mundo do trabalho nos ajuda a compreender como esses processos gerais do capital, chegam ao circuito espacial de produção do petróleo. Quando falamos de intensificação da extração do mais-valor, através da exploração da força de trabalho, a um custo barato, estamos falando sobretudo hoje, da subcontratação de trabalhadores, os terceirizados, que gozam de menos direitos trabalhistas, porque trabalham mais horas, ganham muito pouco, estão sempre mudando de trabalho, muitas vezes não têm acesso a carteira de trabalho e sofrem mais acidentes porque são treinados em menor tempo, para que possam exercer prontamente o trabalho e no caso da terceirização no circuito espacial de produção petrolífero, muitos trabalhadores terceirizados sofrem acidentes porque exercem as atividades mais perigosas nas plataformas de produção *offshore*, em parte porque têm medo de ao recusarem o serviço, podem vir a serem demitidos. Com isso buscaremos entender a partir daqui, como ocorre a atuação do Sindipetro NF, na defesa dos trabalhadores que exercem atividades-fim nas plataformas de petróleo *offshore*, na Bacia de Campos.

O Sindipetro NF defende os trabalhadores do circuito espacial de produção petrolífero, que trabalham na etapa de extração de petróleo *offshore*, as atividades-fim, como perfuração, exploração e processamento de óleo e gás; e as atividades-meio, exercidas nas bases administrativas em terra, e representam tanto trabalhadores concursados quanto trabalhadores terceirizados, lutando para que esses terceirizados se tornem efetivos, reivindicando a abertura de concursos, pois esses terceirizados estão mais propensos a sofrerem acidentes de trabalho. Nas plataformas temos vários profissionais, entre eles os que trabalham direto na extração de petróleo, como os mecânicos e soldadores, que são representados pelo sindipetro NF, e esses profissionais podem ser terceirizados ou concursados, o que é contra a lei de terceirização vigente, pois o terceirizado de acordo com essa lei não poderia exercer atividades-fim, apenas atividades-meio. Além desses profissionais temos outras profissões nas plataformas responsáveis pelas atividades de apoio, consideradas atividades-meio, que são representados por outros sindicatos, como os taifeiros, que ficam responsáveis pela limpeza, arrumação e alimentação nas plataformas. Temos também os enfermeiros, que prestam socorro quando necessário, e os técnicos de segurança do trabalho. O Sindipetro NF possui entre seus afiliados, 8.854 trabalhadores concursados e 542 trabalhadores terceirizados, totalizando 9.396 trabalhadores afiliados, sendo que parte desses afiliados são aposentados e pensionistas. O Sindipetro NF surgiu em 1995, se desmembrando do Sindipetro RJ, e houve certa resistência a esse desmembramento, por parte de alguns grupos dentro do Sindipetro RJ, e após a criação do sindicato, formaram-se duas chapas, para concorrer a eleição para a primeira diretoria do sindicato, demonstrando a presença de mais de um grupo querendo dirigir o sindicato, cada um com um viés político diferente.

O Sindipetro NF possui sede em Macaé, cidade que abriga a maior parte das atividades ligadas ao petróleo, e uma delegacia sindical em Campos dos Goytacazes, cidade que fornece grande parte da mão de obra que vai trabalhar na etapa da extração, na Bacia de Campos. O Sindipetro NF atua de diversas formas, por meio de greves gerais, divulgando cartazes e vídeos e provendo assistência médica e jurídica aos seus trabalhadores. A diretoria (Quadro 19) do sindicato é composta por 30 diretores colegiados e desses 30, 20 são diretores executivos, que são aqueles liberados de sua atividade laboral, onde dois deles são aposentados. Além da diretoria temos o conselho fiscal titular, onde cada componente fica responsável por uma base e é composto por 5 pessoas, além de 3 suplentes. Aqui chamamos atenção para o fato de que dos 30 diretores colegiados, apenas uma é mulher, e no conselho fiscal temos somente duas mulheres, sendo uma titular e outra suplente, apontando a

desigualdade de gênero no Sindipetro NF, onde pudemos observar durante as entrevistas no sindicato, que a maioria das mulheres exercem serviços de apoio no sindicato como atendentes ou mesmo secretárias distribuídas em todos os setores do sindicato, subordinadas aos diretores, em sua grande maioria homens. Observamos também que um dos membros da diretoria, também é um dos criadores do sindicato, que venceu a primeira eleição para diretoria, se perpetuando nela até hoje. Sobre isso, durante entrevista no sindicato, um diretor ao ser perguntado se o Sindipetro NF se preocupa em formar bases para o sindicato, para que a diretoria possa se renovar, com pessoas que possam dar continuidade a ação combativa do sindicato, respondeu que no momento com a luta deles em relação a privatização do Pré-sal por parte do governo, que retira os direitos trabalhistas, eles não estão pensando em treinar novas lideranças. Podemos dizer que isso é um erro, pois mais do que nunca é necessário treinar novas lideranças, para que o sindicato continue perseverando em defender o trabalhador, ainda mais nos tempos difíceis pelo qual a classe trabalhadora no Brasil, vem passando.

#### Quadro 19 – Distribuição dos diretores pelos setores do Sindipetro NF

Setores	Diretores colegiados por setor
Coordenação geral	1
Administrativo	3
Aposentados	2
Comunicação <sup>94</sup>	3
Cultura	3
Financeiro	3
Formação	3
Jurídico	4
Saúde	4
Setor Privado <sup>95</sup>	4

Fonte: Disponível em: <<http://sindipetronf.org.br/o-sindicato/diretoria/diretoria-colegiada>>. Acesso em: 01 mar. 2017; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

O acordo coletivo negociado pelo Sindipetro NF ocorre a cada dois anos e se dá de forma pacífica, sem necessidade de dissídio coletivo, ou seja, ir para julgamento. Até agora o acordo coletivo, tem em torno de 200 páginas<sup>96</sup>, e trata de questões envolvendo a segurança e

<sup>94</sup> Um dos diretores é José Maria Ferreira Rangel, que atualmente é o Coordenador Geral da FUP, apontando a influência do Sindipetro NF, no cenário nacional de lutas (Disponível em: <<http://www.fup.org.br/a-federacao/direcao-colegiada>>. Acesso em: 01 mar. 2017).

<sup>95</sup> Um dos diretores que compõem esse setor trabalha na empresa Halliburton.

<sup>96</sup> Existem poucos acordos coletivos com esse número de páginas, que é considerado elevado.

os benefícios dos trabalhadores, além da inserção de novas tecnologias, sem prejudicar o trabalhador, por exemplo, buscando atender a todos os trabalhadores envolvidos na extração da Bacia de Campos. A cada dois meses algumas comissões se reúnem, e explanam as demandas dos trabalhadores, para que o sindicato encontre soluções, pois na maioria das vezes o que está no papel não é seguido, sendo necessário esse acompanhamento a cada dois meses.

O sindicato se mantém através da contribuição mensal de seus afiliados. O imposto sindical que o governo envia, é repassado para os afiliados, pois o Sindipetro NF consegue se manter apenas com a contribuição de seus afiliados. O Sindipetro NF, dá auxílio a outros movimentos sociais, entidades e sindicatos, como o MST, Frente Brasil Popular<sup>97</sup>, Frente Povo Sem Medo, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE), o Sindicato dos Bancários e centros acadêmicos de universidades, como a UENF, IFF e UFF, estabelecendo ações cooperativas, pois ajudam buscando receber algum apoio em troca, por exemplo, durante suas greves, podem ter a participação desses movimentos sociais, entidades e sindicatos, embora alguns trabalhadores afiliados sejam contra por exemplo, o apoio ao MST, pois argumentam que os petroleiros não tem nada a ver com os sem-terra, o que evidencia a fragmentação da luta de classes, gerada pela diferenciação de renda, engendrada pela lógica desigual do capitalismo.

As greves organizadas pelo Sindipetro NF, de acordo com um diretor sindical, é sempre a última estratégia do sindicato, embora em nossa pesquisa, percebemos que a greve é uma das principais formas de atuação dos Sindipetros, no território brasileiro, gerando ganhos ao longo dos anos, para a categoria petrolífera. Elas são construídas ao longo do ano, primeiro com uma greve de 24 horas, como ocorreu em 10 de junho de 2016, pois a data-base da categoria é em setembro, mas a campanha já começa em abril. Assim em cada base que possui trabalhadores representados pelo sindicato, temos um delegado que a representa, que é um trabalhador eleito pela base, e trazem para o Sindipetro NF as reivindicações dos trabalhadores, nas empresas privadas, nas bases administrativas de terra da Petrobrás e nas plataformas. Posteriormente o Sindipetro NF convocou para uma greve de dois dias e por fim no período da data-base organizam uma greve geral de no mínimo 30 dias. Um fato em relação a greve, é que ocorre mais adesão dos trabalhadores das plataformas do que dos trabalhadores das bases administrativas de terra, pois estes não se sentem no controle da

---

<sup>97</sup> Os representantes em Campos dos Goytacazes da Frente Brasil Popular são dois diretores do Sindipetro NF.

produção e por isso acham que sua participação na greve, não iria fazer diferença. A única exceção são os trabalhadores de Cabiúnas, base de terra da Petrobrás, que fica na entrada de Macaé, e possui um número expressivo de trabalhadores que aderem às greves. Para o Sindipetro NF, a maior participação dos trabalhadores das bases de terra, teria um impacto significativo no movimento de greve. Um diretor sindical explicou também, que a questão de que durante a greve é necessário manter 30% da produção é um equívoco, pois de acordo com a lei de greve 7783 de 1989<sup>98</sup> é necessário apenas manter cotas de produção, e um fato relevante é que a Petrobrás durante a greve de novembro de 2015 se negou a negociar a cota de produção de gás, com o Sindipetro NF, com o objetivo de desconstruir o movimento de greve. Outro mecanismo utilizado pela estatal para acabar com a greve, consistia em ligações efetuadas pelos gerentes para as famílias dos petroleiros em greve, ameaçando demiti-los por estarem em greve. Outro diretor esclareceu que as greves são feitas de acordo com a lei e a negociação de cotas foi feita com a mediação do Ministério do Trabalho. No entanto a Petrobrás além de não aceitar negociar, substituiu o trabalhador grevista por trabalhadores das bases de terra da Petrobrás, que não possuem treinamento para trabalhar nas plataformas e por isso ficaram totalmente vulneráveis a possíveis acidentes de trabalho e o Sindipetro NF atuou denunciando essa ação da Petrobrás ao Ministério do Trabalho.

A greve de novembro de 2015, foi contra a retirada dos direitos dos trabalhadores e em defesa da Petrobrás, contra a política de abertura ao capital estrangeiro, que fomenta a possibilidade de vender a estatal, pois na conjectura neoliberal em que vivemos no Brasil, em momentos de crise econômica, associada à crise política, o Estado se inclina a cortar gastos, e entre os mecanismos de controle de gastos, está a venda de empresas estatais. Durante a greve de novembro de 2015, como não há, a possibilidade de ter a presença de diretores nas plataformas de extração *offshore*, foram formadas Organizações por Local de Trabalho (OLT)<sup>99</sup>, que seriam comissões de trabalhadores para direcionar a greve dentro dos locais de trabalho, com a orientação do Sindipetro NF. Um diretor do sindicato diz que a greve de novembro de 2015 foi revolucionária, pois:

Teve um ponto muito positivo que é, dentro desse, eu falei que era dois pontos, um era nenhum direito a menos e outro pela defesa da Petrobrás. A defesa da Petrobrás desmiuçada, tinha uma série de pleitos nossos, um deles

---

<sup>98</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17783.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2017.

<sup>99</sup> Fazem alusão as comissões de fábrica, organizações por local de trabalho, com o objetivo de lutar pelos direitos trabalhistas, que tiveram grande destaque nas industriais automobilísticas nos anos 1980, na região do ABC paulista, e tinham ligação também com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

era a direção... A paralização da venda de ativos, ou seja, ali a gente tava disputando com a gestão da empresa, a Petrobrás que a gente queria no futuro. Eu digo isso até hoje pra categoria, toda vez que eu vou fazer reuniões, que foi uma greve revolucionária porque a gente mudou o conceito, pela primeira vez a gente tava é... a gente conseguiu criar um novo trabalho paritário com a gestão da empresa, o mesmo número de representantes dos empregados com representantes da empresa pra discutir... Como ela vai ser [...] principalmente em relação a venda de ativos, que a gente tá propondo alternativas a Petrobrás, dela se refinar que não seja vender ativos, se desfazer da empresa (informação verbal).<sup>100</sup>

Com a greve o Sindipetro NF conseguiu dialogar com a gestão da empresa, como ela iria se direcionar dali para frente, propondo alternativas para a venda de ativos. Como já falamos no trabalho mesmo com toda a luta dos Sindipetros no território brasileiro, o atual governo está vendendo vários ativos da Petrobrás e negociando outros, que muito em breve podem ser vendidos. O governo utiliza o mecanismo de vender a estatal aos poucos, primeiro seus ativos, para depois conseguir seu principal objetivo que é vender a empresa totalmente. O possível esquema de corrupção da Petrobrás, por exemplo, cuja investigação nunca termina, e nada fica realmente provado, nada mais é do que uma forma de desqualificar a estatal, com a desculpa da direita de que todas as instituições públicas são nichos de corrupção. Quando falam isso em nenhum momento pensam no trabalhador que com a venda de estatais, perdem sua seguridade e bem estar no trabalho. Isso ocorre porque os partidos de direita, inclusive o governo que governa o país atualmente, estão alinhados totalmente ao neoliberalismo, cujas regras são ditadas, sobretudo pelos países desenvolvidos de capitalismo avançado do globo. Um diretor sindical faz uma análise sobre isso:

O legado tecnológico que uma empresa como a Petrobrás deixa[...] a cadeia do petróleo, trabalho diretos e indiretos geraram em torno até então do começo da famigerada Lava-jato, em torno de um milhão e meio de trabalhadores e trabalhadoras levando em conta a família média brasileira nós temos falando em seis milhões de pessoas envolvidas, aí vem toda essa questão da corrupção, somos contra todo tipo de corrupção, mas não é o trabalhador da Odebrecht ou de qualquer outra empresa, que tem que pagar, “olha só tem que privatizar porque empresa privada não tem corrupção”, o cara pálido, as empresas que sugaram o dinheiro da Petrobrás através de corrupção foi outra empresa pública não foi empresa privada [grifo nosso]. Então qual é o legado e compromisso dessas empresas uma Shell, Statoil, da BG<sup>101</sup>, essas grandes operadoras de Petróleo de deixar um legado tecnológico, desenvolver a indústria naval local pra que mais trabalhos

<sup>100</sup> Entrevista concedida por S. B. C., do Setor Financeiro do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

<sup>101</sup> Em 2015 a *Shell* comprou a BG, por 70 bilhões de dólares, aumentando sua participação na exploração do Pré-sal (Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/04/shell-compra-bg-group-e-vira-maior-socia-da-petrobras.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017).

tenham aqui, mais postos de trabalho, mais empregos, em contrapartida a Petrobrás respeitou até certo momento esse legado e manteve ali até onde foi possível (informação verbal).<sup>102</sup>

Outro conquista obtida na greve de novembro de 2015, que era uma das pautas, foi a convocação dos concursados de um concurso que iria vencer em dezembro daquele ano, assim o sindicato entrou na justiça, denunciando que as vagas estavam sendo ocupadas por contratados, e obteve êxito, saindo da greve com a convocação de 600 trabalhadores.

Entre as dificuldades do sindicato atualmente, estaria o pouco número de diretores, para dar conta da crescente demanda dos trabalhadores, estando presentes, nas áreas de embarque dos trabalhadores, no heliporto do Farol de São Tomé, nos aeroportos, de Campos, de Macaé, de Cabo Frio e de Jacarepaguá, onde embarcam no período de 24 horas, vários trabalhadores, pois no início a demanda era menor e assim os diretores conseguiam dar assistência a todos os trabalhadores, ouvindo suas demandas. A presença dos diretores nesses locais é necessária, pois os trabalhadores, sobretudo os terceirizados, se sentem muito mais à vontade, em dar informações sobre possíveis abusos dentro dos meios laborais, pessoalmente, do que por meio de canais eletrônicos, pois têm medo de serem rastreados. Outra dificuldade é o aumento de demissões de funcionários, sobretudo funcionários terceirizados, que sofrem maior rotatividade no trabalho. Entre as lutas do Sindipetro NF, temos a luta pela segurança no trabalho, a manutenção das cláusulas do acordo coletivo e a equiparação de escalas dos trabalhadores terceirizados, que trabalham mais, com a dos trabalhadores concursados, que trabalham menos. Em relação à segurança de acordo com um diretor sindical:

E no ano de 2010 pra cá, é dentro, é importante ressaltar, dentro dos mais de sessenta anos da Petrobrás nós já conseguimos através da atuação nossa direta e indireta com parceria com a ANP, com outros órgãos, Ministério Público do Trabalho, conseguimos é... interditar mais de vinte plataformas, inclusive até durante campanhas eleitorais, o pessoal fala “você são ligados ao PT, a CUT, vai atrapalhar o candidato”, negativo, em plena campanha da Dilma de 2010 houve a primeira interdição de plataforma em toda a história da Petrobrás, na qual nós aqui do Sindipetro NF, encampamos essa luta, fizemos a denúncia junto com os trabalhadores frente a ANP, frente ao Ministério do Trabalho e conseguimos a interdição da plataforma P-33 [...] e de lá pra cá, foram vinte plataformas, mais de vinte plataformas interdidadas em nome da segurança (informação verbal).<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> Entrevista concedida por L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

Assim fica claro a luta pela segurança dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, que já é exaustivo por natureza, pois o trabalhador *offshore*, trabalha durante 14 dias, alternando, dias e noites, ou seja, numa semana trabalha de dia e na outra trabalha de noite, em atividades pesadas, muitas vezes em serviços que mesmo com toda a segurança possível, continuam sendo perigosos, então por isso é dever das empresas subcontratadas e da Petrobrás, manter um ambiente de trabalho confortável e seguro para esses trabalhadores e o Sindipetro NF luta por isso, interditando plataformas se necessário.

O Sindipetro NF se preocupa bastante com a garantia do emprego e devido a sua ligação com os outros Sindipetros ligados a FUP<sup>104</sup>, na década de 1990, com o sucateamento na atividade petrolífera, na etapa da extração, na Bahia, lutou para que a Petrobrás deslocasse a mão de obra da Bahia, para trabalhar na etapa da extração na Bacia de Campos, graças ao acordo coletivo. Em relação a origem da mão de obra que atua na etapa da extração, na Bacia de Campos, ela vem de cidades próximas a Macaé – sendo Campos dos Goytacazes, fornecedora de grande parte desses trabalhadores – e de vários lugares do Brasil e do mundo, e residem sobretudo em Macaé. A chegada desse grande contingente populacional, na cidade, levou a uma forte urbanização, com aumento da favelização por exemplo, como diz um diretor sindical:

É bem concentrada na região [...] a Bacia de Campos foi durante muito tempo, o grande Eldorado de trabalho, mas você tem trabalhadores aí de todo o Brasil e de, até mesmo trabalhadores do mundo, do mundo como um todo, pessoas vem aqui, ingleses, norte-americanos, filipinos, australianos, bem dispersa mesmo do mundo todo. E questão de região, hoje por exemplo, Volta Redonda é um polo que tinha a CSN<sup>105</sup> e aí a empresa lá foi privatizada e diminuiu a quantidade de trabalhadores egressos de lá, de Volta Redonda, de Barra do Piraí e Sul Fluminense migraram pra cá e depois de todo país, muita gente, vem principalmente pra Macaé com aquela expectativa de vou aqui me dá bem e acaba causando um problema social (informação verbal).<sup>106</sup>

A chegada da reestruturação produtiva no circuito espacial de produção petrolífero, de acordo com Gil (2000) primeiramente consistia em mudanças na forma de gestão do trabalho e inserção de inovações tecnológicas. Em 1995, a ANP permitiu que empresas privadas

<sup>104</sup> Segundo um diretor, o Sindipetro, é o único sindicato no Brasil, de uma mesma categoria, que se interconecta com os outros. Em parte isso ocorre, dada a maturidade da categoria petrolífera no campo das lutas trabalhistas.

<sup>105</sup> Companhia Siderúrgica Nacional.

<sup>106</sup> Entrevista concedida por L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

participassem de atividades ligadas a produção de petróleo (GIL, 2000); e boa parte dessas empresas eram estrangeiras. Ainda assim a Petrobrás prosseguiu sendo a empresa majoritária no circuito espacial de produção petrolífero. No Norte Fluminense, responsável pela etapa da extração de petróleo, entre as empresas que são subcontratadas pela Petrobrás, 22 possuem trabalhadores vinculados ao Sindipetro NF, que representa os trabalhadores no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as empresas – em sua maioria estrangeiras – na data-base da categoria de trabalhadores terceirizados contratados por essas empresas para prestar serviços a Petrobrás, conforme observamos no Quadro 20:

**Quadro 20 – Empresas subcontratadas da Petrobrás com ACT vinculado ao Sindipetro NF**

<b>Empresas</b>
1- Baker Hugues
2- BJ Services
3- Champion
4- CETCO
5- Expro
6- Exterran
7- Falcão Bauer
8- Frank's
9- Geoservices
10- Halliburton
11- International Logging
12- Nes Global
13- Liebherr
14- MI Swaco
15- Perbrás
16- PWR Mission
17- Saybolt
18- Smith
19- Schlumberger <sup>107</sup>
20- Superior
21- Tetra Technologies
22- Weir SPM
* A empresa Brasdrill possui afiliados ao Sindipetro NF, mais não é representada pelo sindicato.
* A Lkl Hi-Force está em negociação para ser representada.

Fonte: Dados cedidos pelo diretor sindical, Leonardo Ferreira da Silva em 23-06-2016; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

Entre as mudanças no mundo do trabalho podemos citar que houve uma redução do número de trabalhadores efetivos e aumento do número de trabalhadores terceirizados (GIL,

<sup>107</sup> A empresa é amplamente conhecida por sua atuação anti-sindical, denunciada em todos os países que atua, com isso a vitória da FUP envolvendo sete sindipetros em 2003, ao conseguir vincular o acordo coletivo da empresa ao sindicato, foi uma grande conquista (MURTEIRA, 2004).

2000). Segundo Gil (2000), houve modificações no plano de cargos, passou a ser adotada uma política de desvalorização do trabalhador, ocorreu aumento na produção e retração de benefícios para os trabalhadores, além de estratégias para o enfrentamento aos sindicatos. Foram inseridos também os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e o controle de tempos (GIL, 2000), que buscavam uma maior produção, visando uma maior qualidade do que era produzido, excluindo ao máximo falhas na produção e diminuindo o tempo oneroso, para atingir alta lucratividade, sem levar em consideração o bem-estar do trabalhador, que era exposto a falhas na segurança e ambientes de trabalho insalubres. Segundo Gil (2000), para inserir todas essas mudanças de forma efetiva, eram dadas aos trabalhadores gratificações e promoções de cargo, para aqueles que buscavam atingir as metas impostas pela empresa.

Sob a lógica da reestruturação, a Petrobrás a partir dos anos 1990, desativou plataformas, reduzindo os gastos com alojamento e alimentação dos funcionários e incentivou os trabalhadores que não estavam de acordo com as novas modificações feitas na empresa, a sair da empresa e para isso utilizaram o Plano de Demissão Voluntária (PDVs)<sup>108</sup>, que serviu para atrair petroleiros que participavam dos movimentos reivindicatórios da categoria (F. SILVA, 2005). Em relação à adoção da automação, de acordo com um diretor do Sindipetro NF<sup>109</sup>, se antes o número de trabalhadores nas plataformas era elevado, com a introdução de novas tecnologias, esse número sofreu uma redução, porque a maior parte desses trabalhadores foram deslocados para bases *onshore*, e passaram a operar atividades nas plataformas *offshore*, de forma remota, através de computadores, e para isso foi necessária a requalificação desses trabalhadores, para que pudessem lidar com essas novas tecnologias. O Cenpes prevê que no futuro todos os trabalhadores sejam deslocados para as bases *onshore*, e operem as plataformas remotamente, não sendo necessário haver mão de obra, in loco, nas plataformas *offshore*, o que vai diminuir os gastos com alimentação, alojamento e segurança. Aqueles trabalhadores que não conseguiram alcançar o conhecimento necessário para lidar com as novas tecnologias, foram dispensados. Segundo dirigentes do Sindipetro NF, quando a Petrobrás vai implantar novas tecnologias nas plataformas da Bacia de Campos, o sindicato exige que a petrolífera avise com antecedência para caso seja necessário realocar mão de obra

---

<sup>108</sup> Trata-se de um mecanismo de remuneração financeira dado pelo empregador a seus empregados, visando incentivar os pedidos de demissão (Disponível em: <<http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/114/artigo366901-1.asp>>. Acesso em: 28 jun. 2016).

<sup>109</sup> Entrevista concedida por L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 03-11-2016.

ou mesmo para que os trabalhadores façam os cursos necessários, para que possam lidar com essas novas tecnologias.

A chegada da terceirização na Petrobrás implica em aumento de acidentes de trabalho (F. SILVA, 2005), pois o trabalhador terceirizado é treinado em menor tempo, para que possa atender ao mercado rapidamente. Outra questão apontada por F. Silva (2005) é que a diminuição de efetivos levou ao aumento de trabalho e de responsabilidade. Assim podemos constatar que esses trabalhadores em número reduzido, trabalhavam pelos que eram mandados embora, assumindo mais responsabilidades e se viam mais pressionados devido aos novos arranjos modernizantes da empresa.

Segundo S. B. C., do Departamento Financeiro do Sindipetro NF, o terceirizado sofre mais acidentes de trabalho porque exerce nas plataformas da Bacia de Campos, os piores serviços que também são os mais arriscados. Ainda segundo ele o trabalhador tem o direito de recusa, graças ao Anexo II da Norma Regulamentadora NR-30, tanto os concursados quanto os terceirizados, mas os concursados se sentem muito mais à vontade para se recusar a fazer o serviço do que o terceirizado, por medo de perder o emprego. Algumas empresas terceirizadas, por uma questão de lei, seus trabalhadores não podem ser representados pelo Sindipetro NF, assim são representados por outros sindicatos, que não tem uma atuação muito presente, se omitindo principalmente no que tange a fiscalização dos locais de trabalho, o que faz com que as empresas privadas burlem algumas normas de segurança, deixando o terceirizado mais exposto a acidentes de trabalho<sup>110</sup>. De acordo com S. B. C.:

É assim estatisticamente, os empregados terceirizados hoje eles se acidentam quatro vezes mais, do que o empregado primeirizado, isso não é só na Petrobrás não, isso em todas as atividades no mundo inteiro, aqui na Petrobrás a gente também tem esse mesmo... é pra cada 5 acidentados 1 é empregado concursado e 4 são terceirizados (informação verbal).<sup>111</sup>

O quantitativo de terceirizados que sofrem acidentes de trabalho é alarmante, em torno de 82,3%<sup>112</sup>, segundo um dos dirigentes sindicais do Sindipetro NF, que completa falando que

---

<sup>110</sup> Um desses sindicatos é o Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil (SINDITOB), criado na mesma época que o Sindipetro NF, por grupos patronais, para representar o restante dos trabalhadores terceirizados, que por uma questão de lei, não podiam ser representados pelo Sindipetro NF.

<sup>111</sup> Entrevista concedida por S. B. C., do Setor Financeiro do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

<sup>112</sup> Entrevista concedida por L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

uma das principais bandeiras do Sindipetro NF é garantir a segurança dos trabalhadores. Um dos dirigentes sindicais cita a troca de *flare*<sup>113</sup> como uma das atividades mais perigosas das plataformas, onde a maior parte dos trabalhadores que exercem essa atividade são terceirizados.<sup>114</sup>

Dentro do circuito espacial de produção petrolífero, no território brasileiro, foi na etapa da extração, onde ocorria a maior parte dos acidentes, nos anos de 1995 e 1996, conforme observamos no Quadro 21, com um quantitativo de 16.7 em 1995 e em 1996 ocorreu um aumento, ficando em torno de 17.3. A média de acidentes na empresa também aumentou de um ano para outro, de 11.9 em 1995 para 14.7 em 1996.

**Quadro 21 – Número de acidentes nas etapas do circuito espacial de produção petrolífero no território brasileiro – 1995/1996**

<b>Etapas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>
Engenharia-Segen <sup>115</sup>	10.9	16.6
Exploração e extração	16.7	17.3
Transporte	7.8	14.7
Refino	13.3	12.9
Pesquisa-Cenpes	8.7	9.2
Sede	6.6	6.9
Média da empresa	11.9	14.7

Fonte: Sindipetro NF, 1997; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

Além dos trabalhadores terceirizados sofrerem mais acidentes, do que os trabalhadores próprios da Petrobrás, os acidentes ocorridos com eles, levavam ao óbito, como constatamos no Quadro 22, e a diferença do número de acidentes fatais com trabalhadores concursados e trabalhadores terceirizados é alarmante, onde em 1995, entre os mortos, 3 eram concursados e 15 eram terceirizados. Em 1996, 5 eram concursados e 14 eram terceirizados, entre os mortos.

<sup>113</sup> O *flare* é um dispositivo por onde saem os gases excedentes que são queimados nas plataformas, e durante a troca o trabalhador fica em uma altura elevada e o dispositivo balança o tempo todo, configurando grande risco.

<sup>114</sup> Os dados e informações expostos e analisados até aqui, foram obtidos no site do Sindipetro NF e por meio de entrevistas ou de e-mails, solicitados aos diretores do Sindipetro NF (Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/o-sindicato/historico>>. Acesso em: 21 ago. 2015. Disponível em: <[www.sindipetronf.org.br](http://www.sindipetronf.org.br)>. Acesso em: 21 ago. 2015. Disponível em: <<http://sindipetronf.org.br/o-sindicato/diretoria/conselho-fiscal>>. Acesso em: 01 mar. 2017. Disponível em: <<http://sindipetronf.org.br/o-sindicato/diretoria/diretoria-executiva>>. Acesso em: 01 mar. 2017. Disponível em: <<http://sindipetronf.org.br/o-sindicato/diretoria/diretoria-colegiada>>. Acesso em: 01 mar. 2017).

<sup>115</sup> Serviço de Engenharia, órgão central responsável pela engenharia da Petrobrás.

### Quadro 22 – Número de acidentes fatais na Bacia de Campos – 1995-1996

Tipos de trabalhadores	1995	1996
Trabalhadores concursados	3 mortes	5 mortes
Trabalhadores terceirizados	15 mortes <sup>116</sup>	14 mortes <sup>117</sup>

Fonte: Sindipetro NF, 1997; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

Em relação a acidentes ocorridos nas plataformas, que fazem parte da infraestrutura da etapa de extração do petróleo, houve casos de deficiências no projeto, execução ou até de acoplamento com outras instalações existentes, ou mesmo falta de manutenção que levou a degradação das instalações. E no geral mesmo com essas deficiências, quase todo o sistema foi pressionado para produzir além da capacidade e do tempo útil que possuía, pondo em risco a vida dos trabalhadores (SINDIPETRO NF, 1997). Entre os acidentes ocorridos na Bacia de Campos, causados por falta de segurança nas plataformas, podemos citar dois episódios ocorridos no campo de Enchova. O primeiro ocorreu em 1984, causado devido a explosões e incêndios, com 37 mortos, durante a tentativa de se salvar, embarcando nas baleeiras<sup>118</sup>, que não funcionaram. Em 1988, ocorreu outro acidente, desta vez sem vítimas fatais, que causou explosões e incêndios, destruindo totalmente o convés e a torre, mas com grande prejuízo monetário, em torno de 500 milhões de dólares, apenas na parte coberta pelo seguro. Outro fator que elevava o risco de acidentes foi a superpopulação nas plataformas, que era alojada em locais improvisados. No campo de Enchova, havia uma plataforma auxiliar a Safe Jasmínia, que servia como dormitório dos trabalhadores das obras de ampliação, assim a superpopulação se dava no local de trabalho, na plataforma principal, o que aumentava o risco de acidentes. Em relação ao serviço de pronto socorro nas plataformas, a situação era bastante precária e até mesmo desumana, pois na maior parte das plataformas não havia médicos, apenas enfermeiros, que não possuíam conhecimento para tratar de doenças e se o trabalhador precisar ir para algum pronto socorro em terra, ele só iria se não fosse custar muito para a empresa, além disso, houve casos de falta de equipamentos médicos, como cilindros e balões de oxigênio, tudo isso culminando num agravamento da moléstia ou possível óbito por falta de tratamento adequado. Por fim, foram comprovados casos de contaminação do ar por gases nocivos, provenientes da queima de combustíveis fósseis, ou então por materiais que emitem radioatividade, causando danos à saúde do trabalhador, além de falta de higiene e de

<sup>116</sup> Entre estes, 5 por acidentes de trânsito e 4 vítimas incêndios.

<sup>117</sup> Entre estes, 3 por acidentes de trânsito, 2 por queda de helicóptero e 2 por afogamento.

<sup>118</sup> Lanchas para 30 a 40 lugares, utilizadas em casos de emergência (SINDIPETRO NF, 1997).

alimentação adequadas, que podem ocasionar doenças e causar subnutrição, devido a falta de nutrientes (SINDIPETRO NF, 1997).

No Quadro 23 podemos verificar os tipos de acidentes e doenças que acometiam os trabalhadores, da etapa da extração, na Bacia de Campos, entre os anos de 1996 e 1997, onde a maioria dos acidentes envolviam infraestruturas e equipamentos, em parte por que estavam danificados de alguma forma ou porque os trabalhadores não foram treinados de forma adequada para lidar com esses fixos. Notamos também que os acidentes ocorreram na maior parte das vezes com trabalhadores terceirizados e não com os trabalhadores concursados da Petrobrás.

Se pararmos para analisar o caso, e considerando que até hoje ocorrem acidentes vitimando os trabalhadores, sobretudo os terceirizados, se é a estatal que contrata essas empresas, então ela tem parte da culpa pelos acidentes, pois precisa cobrar dessas empresas, que elas deem aos seus trabalhadores treinamentos e equipamentos de segurança, para que possam ter condições de trabalho seguras. Se as empresas terceirizadas continuarem a não se preocupar com a segurança dos trabalhadores, então devem ser punidas de alguma forma pela estatal, como por exemplo, o cancelamento do contrato e a denúncia ao Ministério do Trabalho, pelas omissões em relação a segurança de seus empregados, por parte dessas empresas. E aí cabe ressaltar que a estatal também precisa se policiar, pois embora em menor número, seus trabalhadores também se acidentam.

Em relação as doenças, como já falamos acima, a maioria das plataformas não tinham a presença de um médico, apenas de um enfermeiro, que não tem conhecimento para tratar casos mais graves como observamos no Quadro 23, onde muitos trabalhadores apresentaram quadros, de convulsão, parada respiratória, hipertensão, dores crônicas, cefaleia aguda e paralisção de membros, além dos casos de agravamento dos acidentes, como ferimentos graves, queimaduras, perda de membros, fraturas e luxações, e em muitos casos esses agravamentos e doenças, se complicavam, sendo necessária a realização de cirurgias, ou então não tinha reversão, como o caso do petroleiro Luiz Maurício de Medeiros, auxiliar de plataforma da Renavi, que foi atingido por um tubo de 20 polegadas causando choque traumático da coluna e lesão torácica, que o levou a ficar paraplégico. Em muitos dos casos os petroleiros doentes que foram socorridos, fizeram o trajeto de helicóptero da plataforma até Macaé, sem acompanhamento de um profissional de saúde, e aí se houvesse complicações durante o voo, o trabalhador ficaria a própria sorte, isso quando conseguiam ser socorridos,

pois na maior parte das vezes, a gerência levava em conta o custo com o transporte do trabalhador para a terra, sem levar em consideração a necessidade de pronto atendimento urgente.

**Quadro 23 – Tipos de acidentes e doenças que acometeram os trabalhadores da etapa da extração na Bacia de Campos – 1996-1997**

<b>Local</b>	<b>Acidentes/agravamentos</b>	<b>Local</b>	<b>Doenças</b>
PCH-1	Técnico em manutenção, sofreu violenta descarga elétrica.	PGP-1	Luiz Cesar Santiago Nogueira, eletricitista da CEMAM, desembarcou com crise convulsiva e disritmia.
P-18	Cinco trabalhadores queimados, dois em estado grave.	PGP-1	Por consequência de uma parada respiratória, morreu o ajudante de cozinha, Manoel Rangel, funcionário da firma ENCAN.
P-07	Plataformista da ODEBRECHT, Edson Ferreira, teve o corpo içado violentamente.	SS-38	Luciano Pinheiro do Rosário, técnico de operação de produção da PETROBRÁS, sentiu tonteiras e taquicardia com pressão arterial alterada, porém não havia medicamentos para hipertensão e o petroleiro ainda passando mal, permaneceu na plataforma sem atendimento médico; após 3 dias se comunicou com a base e pediu providências, desembarcou em helicóptero comum e sem acompanhante.
PNA-1	Valdo N. Ribeiro, empregado da CONJAP, caldeireiro, ficou ferido, ao ser atingido por um dos fios do cabo de aço.	P-7	O auxiliar de plataforma da COOPMAR, Valdeci A. da Silva, durante manuseio com tubos de produção, abaixou-se, curvando a coluna vertebral, sentindo forte dor na região dorsal.
P-25	José Carlos Gonçalves de Carvalho, mat. 136276.4 (GEDEP/GPAB-PETROBRÁS), CM eletricidade, sofreu lesões no olho esquerdo, face e tronco.	P-25	Quando realizava suas atividades, o auxiliar técnico de produção da PETROBRÁS, Fernando Cesar F. Gomes, sentiu forte dor na região cervical.
SS-40	Plataformista da BRASDRIL, Valdir Araújo perdeu um dedo.		

<b>Local</b>	<b>Acidentes/agravamentos</b>	<b>Local</b>	<b>Doenças</b>
NS-9	Petroleiro Adrian Vogel, empregado da firma SCHAIN CURY, sofreu traumatismo no tórax e houve suspeita de fratura.	SS-43	O petroleiro Antônio Carlos Oliveira, comissário da CORAL CIA., ao terminar seu trabalho, quando foi se deitar, sentiu fortes dores de cabeça e tonteira, ficando desorientado; após medicação sublingual obteve melhoras mas, após dois dias as dores reapareceram e desembarcou em helicóptero comum sem acompanhante.
PCH-2	Ao manobrar chave flutuante foram gravemente feridos, os plataformistas Álvaro Gonçalves Barreiros, Élcio Nunes da Costa e Benildo Sampaio Bosque, todos funcionários da ODEBRECHT.	Peregrine 1 Navio Sonda 2	O mestre de convés Michel Dominiê, da FALCON DRILLING, teve mal súbito, havendo alteração da pressão arterial junto com taquicardia.
PCE-1	Medidor de vasão caiu, causando fratura em três dedos do pé, do mecânico da PETROBRÁS, Carlos Antônio Lima Alves, quando ajudava os companheiros a remover a tampa do equipamento.	NS-46	O soldador da BRASDRIL, José Gonçalves Sobrinho, teve mal estar, desembarcando em helicóptero ambulância, acompanhado pelo Dr. Luiz Carlos e um técnico de enfermagem, ambos da Petrobrás. Petroleiro foi encaminhado para a clínica Cardio Clin, pelo Dr. Cesar Sabino, que relatou estar o paciente com os membros inferior e superior direito, paralisados. Petroleiro se encontrava no CTI.
Safe Jasmínia	O ajudante de montagem, Edi Wilson Borges, da SADE VIGESA, sofreu pancada, causando luxação no ombro, quando trabalhava no andaime.	P-17	O encanador da TECHINT, Cláudio Fernandes, sentiu forte dor abdominal na região esquerda; petroleiro desembarcou em helicóptero ambulância e deu entrada no Pronto Socorro Municipal.
Safe Jasmínia	O montador de estrutura, Jorge Luiz Duarte da Silva, da SADE VIGESA, caiu, sofrendo contusão no tornozelo, ao trabalhar no andaime.	Navio Seway Harrer	A taifeira da CORAL & CIA., Simone Pereira da Silva, sentiu dores de cabeça e desembarcou num voo de aproveitamento, no helicóptero ambulância que transportou o trabalhador acima citado, Cláudio Fernandes.
PCE-1	Márcio de Alcântara, mecânico da WORKSHOP, sofreu uma queda quando subia escada de acesso ao guindaste HR, escorregou no óleo hidráulico derramado no local; teve que usar colete ortopédico por alguns meses.		
NS-17	O plataformista da NEDRIL, Sérgio Márcio da Silva Gomes, ao subir escada, vasou por um vão, a uma altura entre 8 a 10 metros, fraturando 4 vértebras torácicas e costela.		
SS-41	O petroleiro Hélio Lima de Araújo, auxiliar de plataforma da ODEBRECHT, ao movimentar carga com tubo de riser, foi atingido por um deles na perna esquerda, causando hematoma e edema com fratura do membro.		
P-7	Torrista da PETROBRÁS, Almir Costa, foi atingido na cabeça, ombro direito e coxa direita, pelo mangote revestido, pois a rosca do niple não suportou o peso do mesmo e este se rompeu.		

Local	Acidentes/agravamentos	Local	Doenças
P-7	Plataformista da ODEBRECHT, Antônio Raimundo de Azevedo, para não ser atingido pelo mangote revestido que se rompeu, se afastou e esbarrou com o joelho direito na alça da cunha, sofrendo contusão.		
P-7	Petroleiro Mauro Mendonça Dantas, plataformista da ODEBRECHT, retirou o protetor do pino do riser e ao entregar para outro colega, desequilibrou-se, e o protetor prensou o terceiro dedo da mão direita, sobre a borda do riser, causando ferimento.		
P-25	Paulo, funcionário da PETROBRÁS, ao transportar equipamento, escorregou e a pele do dedo médio da mão direita, saiu.		
P-23	O petroleiro Luiz Maurício de Medeiros, auxiliar de plataforma da RENAUI, foi atingido por um tubo de 20 polegadas, causando choque traumático de coluna e lesão torácica; petroleiro ficou paraplégico.		
P-25	O auxiliar técnico de produção da PETROBRÁS, Luiz Fernando G. Silva, ao descer do skid de produção, pisando sobre a mangueira, sofreu torção no pé direito.		
P-25	Petroleiro Manoel Rosa Filho, auxiliar de plataforma da SPINOLA, quando descia escada, escorregou, sofrendo contusão na coxa direita.		
P-25	O encanador da ULTRATEC, Alcimar Pessanha, quando puxava o carrinho transportando material, teve o pé direito imprensado contra a cantoneira.		
SS-45	Mecânico da SOTEP, Jorge Luiz Silva, quando trabalhava com válvula a mangueira se rompeu, sofreu pancada na região cervical, causando lesão na faringe e laringe com rompimento de vasos da traqueia; foi hospitalizado em CTI e sofreu uma cirurgia.		
NS-15	O auxiliar de torrista da NEDRIL, Vanderlei Moreira Rangel, fazia um trabalho paralelo, no momento em que houve rompimento de válvula dos acumuladores de pressão dos compensadores, quando foi jogado há uns 3 metros de distância a 4 metros de altura, caindo sobre as ferragens, causando fratura na rótula do joelho direito, escoriações na coxa e perda de tecido; foi hospitalizado e passou por intervenção cirúrgica.		

Fonte: Sindipetro NF, 1997; Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

Houve um descuido também por parte da Petrobrás, no treinamento da mão de obra de nível técnico. Houve casos de trabalhadores que não possuíam treinamento suficiente para trabalhar no ramo *offshore*, como os taifeiros e, sobretudo os empreiteiros, onde alguns embarcavam sem registro na carteira. Na maior parte das vezes a culpa do acidente recai sobre o trabalhador, quando na verdade a culpa é da instituição que não dá treinamento

adequado para esses trabalhadores, sobretudo os terceirizados, como podemos observar em documento do Sindipetro NF, de 1997:

Em Maio, estive o Delegado novamente em Macaé, em palestra na SIPAT feita pela Petrobrás, cujo “mote” era o “descuido” dos trabalhadores...suprema hipocrisia num período negro para os trabalhadores na região, e não por culpa deles, nem com a sua concordância, aliás este é o disfarce mais usado: a culpa é sempre colocada sobre o trabalhador para livrar a instituição [...] (SINDIPETRO NF, 1997, p. 14).

Os próprios trabalhadores acreditam nisso e quando um colega se acidenta é comum ouvir de outro, “esse aí não assistiu as palestras e cursos para evitar acidentes”, em parte isso ocorre devido à grande concorrência a que esses trabalhadores estão submetidos, então é melhor para eles colocar a culpa no colega do que dizer que a culpa é na verdade da empresa.

Em relação a convivência nas plataformas da Bacia de Campos, dois dirigentes sindicais relatam alguns fatos, que demonstram a fragmentação nas relações trabalhistas, gerada pela terceirização:

Felizmente não são todos, os trabalhadores da Petrobrás, concursados que pensam assim, que agem assim. Nós temos uns que de fato agem dessa forma e com isso cria-se dentro, internamente nas plataformas algumas rixas, porque aí o próprio trabalhador terceirizado olha pra gente e fala assim, que eles se danem, a própria questão da escala, acha que nós, o folgar 21, foi luxo, ele não entende que aquilo foi conquistado de greve, de luta, com demissões de trabalhadores, eles acham que aquilo foi dado pra gente, então a própria escala já é um divisor de água. Bom e detalhe na convivência da plataforma, em alguns locais da plataforma, hora de almoço das plataformas, são tudo diferenciado. Ligação das plataformas, pode ligar pra casa, terceirizado não pode ligar, não atende, Petrobrás tem telefone que liga. Então há uma rixa sim. Entendeu, mas deixando bem claro que alguns trabalhadores nossos do setor da Petrobrás como um todo, já, vendo isso, tendo isso bem assim, tem isso como um tabu e a gente tenta quebrar isso (informação verbal).<sup>119</sup>

Eu conheço os dois lados da moeda que ele tá falando, porque eu fui prestador de serviço, terceirizado desde 2001 e em 2015 fiz a prova, e em 2016 fui admitido [...]. Então eu conheço os dois lados do crachá. E assim, no ambiente offshore como no ambiente administrativo, eu trabalhei pouco tempo, eu não senti tanto essa diferença, mas no ambiente offshore realmente essa rixa existe, não é bem uma rixa, mas como é que a gente vai dizer, é uma segregação velada, tipo no refeitório tem várias mesas com quatro, seis, oitos lugares e se você é de uma contratada e senta numa mesa que tem três, quatro, concursados e você não tem ali, muita vivência com aquelas pessoas, as vezes você atrapalha o almoço daquela pessoa, pura e simplesmente por você ter sentado ali ou não. Olha naquela mesa mais próxima a rampa de alimentos quem senta é a Petrobrás, eu sempre questioneei isso. “Rapaz eu não vi o nome de ninguém ali”, quando eu chego no restaurante e tem lá reservado, tá reservado e

<sup>119</sup> Entrevista concedida por L. C. M. S., coordenador do Departamento de Formação do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

quando não tem aquilo ali, a gente pode sentar em qualquer mesa e vamos sentar perto dos caras pra ocupar espaço. Fiz a prova e estou na Petrobrás e sempre fiz com muito cuidado, com muito zelo, de tentar trazer os terceirizados, porque na verdade existe um gelo a ser quebrado nisso aí que muitas vezes também [...] um ou dois companheiros de crachá verde se acham o maioral e começa a maltratar, isso afasta os companheiros terceirizados, ganham os menores salários, se acidentam mais, trabalha mais, faz em torno aí de doze a treze embarques por ano, enquanto a gente, que é da Petrobrás, próprio, faz em média nove embarques por ano, ou seja, você acaba trabalhando mais, o terceirizado [...] (informação verbal).<sup>120</sup>

Um dos maiores divisores da categoria petrolífera na Bacia de Campos é a diferenciação das escalas, onde o trabalhador efetivo trabalha 14 dias e folga 21 dias, enquanto o terceirizado trabalha 14 dias e folga 14 dias, trabalhando mais do que o concursado. Um dos dirigentes do Sindipetro NF reflete sobre isso, destacando que o sindicato deve se empenhar para conseguir igualar as escalas, pois é uma dívida, para com os terceirizados:

[...] tem uma dívida, que é luta, mas é dívida, e aí envolve o setor privado, que é uma dívida construtiva, que nós internamente enquanto direção e a própria federação encampa, mas é meio assim, a gente não bota o bloco na rua como tem que botar, que é a questão da correlação de escalas, isso é uma dívida, isso é uma luta eterna que a gente não coloca como, falta também um pouco a vontade política nossa interna maior e a base também, os trabalhadores terem esse entendimento, porque não é perder tempo, “A vou lá perder tempo”, não, é o 14/21 pra todo mundo. Porque com a queda do monopólio, da lei do petróleo, todas as empresas que chegaram, na Bacia de Campos, muitas delas não se equiparou o 14/21, continuaram com o 14/14 e deixar claro que o 14/21, quando da Constituição de 88, estava lá foi, desencadeou uma greve, então todo, tudo que nós temos o acordo, tudo que a gente conquistou foi fruto de luta, então talvez a gente ainda e... utopia não, mas é... talvez seja ainda uma grande coisa que talvez, que aconteça ainda com a classe trabalhadora nossa, na região, é de fato a gente fazer, [...] desde do trabalhador do poço, todo o conjunto da classe trabalhadora da cadeia petroleira, porque é inadmissível, e aí falando da escala e da geração de emprego, porque se criasse de fato essa correlação também para os terceirizados, nós estaríamos falando em criar mais duas turmas e meia, eu tô falando só da Bacia de Campos em torno de 30.000 trabalhadores, ia dar essa guinada. Então acho que também isso é uma luta interna pesada, eu acho que vale. O governo já vinha de Fernando Henrique, quando nós ganhamos o governo, a esquerda, o governo de coalizão, de 2002 pra frente deixou essa dívida, fez mil coisas maravilhosas, não construiu mais plataformas lá fora, construiu aqui, gerou emprego aqui, mas faltou isso. Dava uma canetada, todas as empresas que viessem trabalhar na Petrobrás tem que fazer o 14/21 e eu isento vocês de um imposto tal, porque o capital ele entende, ele gosta de saber de dinheiro. Então acho que nós enquanto sindicato, hoje, garantindo o acordo coletivo, de fato, ter isso e as bandeiras de resgatar os trabalhadores do setor privado cada vez mais, para politizá-los e criar de fato quem sabe uma conjuntura pra gente fazer o 14/21,

<sup>120</sup> Entrevista concedida por L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

porque isso é uma dívida social, que nós temos para com eles. É um dever de casa que a gente não faz direito, tô fazendo uma autocrítica (informação verbal).<sup>121</sup>

Um diretor do Sindipetro NF fala que o 14/21, para os trabalhadores concursados, foi conquistado através de muita luta, e garantido no acordo coletivo, pois segundo uma interpretação da lei, devido a escala especial, os petroleiros deveriam trabalhar seis horas e folgar seis horas, só que eles trabalham doze horas, então teriam uma semana a mais para compensar.

Um documento do sindicato, de 1997, relatava sobre a flexibilidade na jornada de trabalho e a rotina de trabalho nas plataformas da Bacia de Campos, que perduram até hoje, falando que o turno de trabalho pode ser estendido com horas-extras e prolongamentos de jornadas, aumentando o cansaço dos trabalhadores. Além disso, os trabalhadores ficam constantemente em alerta e a disposição, em momentos de repouso, caso a empresa os chame para um embarque de emergência, alterando seu metabolismo e sua capacidade de atenção. Com isso muitos trabalhadores, largam a profissão logo no início, pois não se adaptam ao confinamento, isolamento e a alternância embarque-desembarque, entre outras condições (SINDIPETRO NF, 1997). Muitos petroleiros, na maior parte das vezes por não se acostumarem a trabalhar nas plataformas *offshore*, passaram a desenvolver doenças psicológicas, associadas ou não a vícios, como alcoolismo e uso de drogas, como podemos observar no Quadro 24, onde todos os petroleiros eram trabalhadores próprios da estatal, ficando claro que a própria empresa não se preocupava com o bem estar de seus trabalhadores, e quando ficavam doentes eram mandados embora, seguindo a lógica neoliberal, adotada pela empresa a partir dos anos 1990, no sentido de que trabalhador doente não produz e assim não gera lucros para a empresa. Se esses trabalhadores tivessem tido um acompanhamento psicológico, no local de trabalho, nas plataformas, durante os primeiros sinais dessas doenças, não teriam ocorrido os agravamentos.

---

<sup>121</sup> Entrevista concedida por L. C. M. S., coordenador de Formação do Sindipetro NF, a Maria Cecília Soares Cruz em 20-06-2016.

**Quadro 24 – Casos de petroleiros que desenvolveram doenças psicológicas na  
Bacia de Campos**

<b>Trabalhador</b>	<b>Caso</b>
Geraldo Santos Carvalhaes - auxiliar de suprimento da PETROBRÁS, mat. 133795.2	No seu 1º embarque, presenciou o incêndio de enchova em 1984, e a partir desta data, começaram todos os seus problemas emocionais e neurológicos; em seu 4º embarque, presenciou a morte trágica de um amigo, e iniciou então seu processo de alcoolismo, sendo então encaminhado para tratamento por 2 vezes, em clínica para dependente químico; retornou ao vício e apareceram os problemas familiares juntamente com os psíquicos (tentativa de suicídio), depois de ficar internado voltou ao trabalho. Sofreu queda que causou deslocamento da placa rotular e a empresa não aceitou atestado médico, então, foi demitido por justa causa em 02/02/1996, estando em processo de adoecimento.
Carlos Alberto da Silva Gouveia - torrista da PETROBRÁS	Em 1989 surgiu o problema de coluna, ficando afastado em benefício auxílio doença, foi reabilitado e teve alta, mas as dores se agravaram e a empresa queria que continuasse a trabalhar, não aceitando mais nenhum atestado médico; neste interim teve problemas familiares, que causaram distúrbios psíquicos, chegando a tentar suicídio e se internar no Pinel/RS. Em fevereiro de 1997, seu pagamento foi descontado pela empresa, porque se recusou mais uma vez a aceitar atestados médicos; petroleiro ficou em auxílio doença, mas houve a ameaça de demissão, mesmo estando em tratamento psiquiátrico.
Afonso Teles da Fonseca - plataformista da PETROBRÁS, mat. 154803.6	Petroleiro sofreu acidente no SS-16, no dia 06/04/1990 e depois de 2 anos seu benefício foi transferido, para auxílio doença pela INSS/Macaé, e em 31/10/1992, teve alta à revelia e até fevereiro/1997, recebeu pagamento da empresa como se estivesse na ativa. Recebeu telegrama da empresa em março de 1997 suspendendo seu pagamento, estando o petroleiro acompanhado pelo médico, desde a transferência do benefício para Salvador. Em 14/04/1997, quando o paciente se apresentou na empresa, com toda documentação médica de Salvador, recebeu demissão por justa causa, estando em processo de adoecimento.
Cláudio Luiz Gonçalves - técnico de contabilidade da PETROBRÁS, mat. 136350.3	Petroleiro apresentava problemas de alcoolismo desde 1992; dependente químico, esteve internado várias vezes para tratamento, também em hospitais psiquiátricos. A empresa entende que já usou todos os seus recursos e como o paciente não se recuperou, acreditou que sua função acabou e não aceita mais atestado, apenas em casos de internações. Petroleiro ficou em benefício auxílio doença, pois sofreu uma queda no 1º dia de retorno ao trabalho e como seu problema com o álcool se agravou, foi internado num hospital psiquiátrico em Campos/RJ, pois teve um comprometimento muito maior a nível psicoemocional; corria o risco de demissão.
Alex Ramos - operador de produção da PETROBRÁS	Petroleiro começou a apresentar problemas psicológicos, entrou em benefício auxílio doença em 1993, mas a medicação causava depressão e estando em estado grave, foi para a casa de uma amiga homeopata, estando desorientado, fez tratamento com ela, ao qual teve bons resultados; neste espaço de tempo não tinha raciocínio lógico e por conta disto houve uma perfécia, a qual não foi comunicado, assim, recebeu alta à revelia e a empresa enviou telegrama, solicitando seu comparecimento e quando chegou a suas mãos, se apresentou à empresa e foi demitido por justa causa em 30/08/1996, estando em processo de adoecimento.
Everaldo Paes de Carvalho - auxiliar de apoio administrativo PETROBRÁS mat. 130524.7	Petroleiro sofreu intervenção cirúrgica (hérnia de disco), ficando afastado durante 11 meses em auxílio doença, depois retornou ao trabalho e faltava muito, até que levou uma advertência de 15 dias. Ao retornar continuou com faltas e relatou para o serviço social da empresa, toda sua problemática (tentativa de suicídio e homicídio, além do uso de drogas). O Sr. Everaldo fez tratamento em clínica para dependente químico, em Niterói e retornou antes do período previsto, por discussões com outros internos, e não queria fazer uso da medicação; de volta à Petrobrás é encaminhado para Dr. Michel, que solicitou avaliação com psiquiatra conveniado e este sugere internação para petroleiro; aguardava chamado e estando por conta do médico, na semana seguinte retorna à empresa e é demitido por justa causa no dia 13/05/1997, mesmo estando em processo de adoecimento, com quadro psíquico grave, e segundo o médico, o motivo seriam as faltas e atrasos, que teve em sua vida funcional.

Fonte: Sindipetro NF, 1997; organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2017.

Essa questão do Sindipetro NF defender tanto os terceirizados quanto os concursados, nem sempre ocorre no país. O Sindicato da Construção Civil, criado em 1946, com base territorial que abrange 11 cidades da região de Campinas, é filiado a CUT e representa os

trabalhadores terceirizados da Replan, refinaria da Petrobrás, que trabalham na montagem e manutenção de equipamentos industriais e na construção civil. O sindicato atua através de greves, em busca de melhorias salariais e benefícios, representando de forma mais atuante esses terceirizados do que o Sindipetro SP (MARCELINO, 2014).

Assim percebemos que as mazelas para a classe petrolífera são muitas, mais o Sindipetro NF, busca o tempo todo minimiza-las com sua atuação combativa, resistindo as ações neoliberais da Petrobrás e das empresas subcontratadas, que procuram de diversas formas para desestabilizar os trabalhadores, retirando seus direitos trabalhistas e por vezes dispensando os trabalhadores, sobretudo os terceirizados, que nas plataformas da Bacia de Campos, são os que mais sofrem abusos no trabalho, se acidentando mais e trabalhando mais do que os petroleiros efetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou fazer uma periodização de como o movimento sindical se organiza territorialmente, considerando o processo de integração e urbanização do território brasileiro, evidenciando a importância do papel dos sindicatos ao longo do tempo e as mudanças do movimento sindical frente à globalização e as terceirizações, além de investigar quais são as estratégias territoriais de atuação dos sindicatos com maior destaque para o período contemporâneo, sobretudo a atuação territorial do Sindicato dos Petroleiros, especialmente o do Norte Fluminense (Sindipetro NF).

Em meados do século XIX, surgiram as primeiras indústrias no território brasileiro, e posteriormente, no início do século XX, surgiram os primeiros sindicatos, que eram bastante reprimidos pelo Estado. Na cidade de Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense, a industrialização se deu, com o surgimento das usinas, no final do século XIX e o surgimento do primeiro sindicato também ocorreu nesse período, em 1894, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Campos, que desde o início, teve sua atuação atrelada aos interesses do patronato e do Estado.

Na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, os sindicatos continuaram a sofrer repressão, mas ao mesmo tempo, os trabalhadores passaram a ter o respaldo, de várias leis trabalhistas, e em contrapartida o governo criou regras que dificultavam as greves e proibiu a criação de centrais sindicais, para que não pudesse haver a união das categorias, para lutarem conjuntamente. Em Campos dos Goytacazes nesse período, começou a se delinear o sindicalismo rural e surgiram vários sindicatos de destaque, entre eles o Sindicato dos Bancários, que desde o início tem uma atuação combativa, promovendo greves gerais, e conquistando vários direitos para a categoria dos bancários.

Em 1953, foi criada a Petrobrás, no governo de Getúlio Vargas, em meio a uma conjectura nacionalista, fruto de várias manifestações no território brasileiro pela nacionalização do petróleo. Em 1957, foi fundado o primeiro Sindicato dos Petroleiros, na Bahia, que surgiu sob forte ideal nacionalista em defesa da Petrobrás, que perdura até hoje na categoria dos petroleiros, em parte porque sabem o quanto é caro para a classe trabalhadora, poder fazer parte de uma estatal, onde passam a ter uma maior seguridade em relação a manutenção dos empregos. A Petrobrás estabelece verticalidades no território brasileiro, pois as etapas do circuito espacial de produção petrolífero se dão de forma desigual, distantes umas das outras, onde alguns lugares ficam responsáveis pela etapa da extração e outros pela etapa

do refino, caracterizando uma rede de produção desigual do petróleo. Trabalhamos com a hipótese, de que os Sindipetros por sua vez, constroem horizontalidades, no território brasileiro, pois buscam se unir em conjunto para discutir a demanda da classe trabalhadora do circuito espacial de produção do petróleo, no território brasileiro, lutando pelos pleitos da categoria, por meio de greves gerais ou denunciando ações contra os trabalhadores, cometidas pela Petrobrás ou pelas empresas subcontratadas no Ministério do Trabalho. No entanto percebemos que há cooperação e conflitos, uma vez que os Sindipetros são afiliados a federações diferentes, a FUP e a FNP, sendo a FUP, a mais antiga e a que promoveu a maior parte das lutas da categoria petrolífera no território brasileiro. Entretanto, no período atual, com as várias tentativas de minimização da luta da categoria petrolífera, como por exemplo, a venda de subsidiárias da Petrobrás, que ameaça os direitos e o emprego seguro dos trabalhadores, as duas federações, têm buscado trabalhar em conjunto, contra a redução dos direitos dos trabalhadores do setor petróleo.

Na década de 1960, no período da Ditadura Militar, o movimento sindical continuou a sofrer repressão, levando a queda na filiação e a proibição de greves e centrais sindicais, como ocorria nos anos 1930. Em Campos dos Goytacazes, nos anos 1970, ocorria o sucateamento da atividade canavieira e a descoberta do petróleo na Bacia de Campos, que passou a integrar o circuito espacial de produção petrolífero, no território brasileiro, ficando responsável pela etapa da extração. Nos anos 1980, o território brasileiro, foi tomado por greves gerais, sobretudo na região do ABC paulista, onde nasceu o Novo Sindicalismo, auge do movimento sindical no Brasil, oriundo da luta dos metalúrgicos, que trabalhavam na indústria automobilística na região do ABC, e por meio de greves gerais, obtiveram vários ganhos trabalhistas. Os petroleiros nesse período também se destacavam, em defesa de seus direitos, rompendo com o sindicalismo populista, herdado na época de sua criação, assumindo uma postura mais combativa. Em Campos dos Goytacazes, a atividade petrolífera prosperava, e trouxe várias mudanças para a região Norte Fluminense, como a implantação de dutos e construção de novas estradas.

Na década de 1990, o sindicalismo sofre retaliações, devido ao avanço do neoliberalismo, na figura da reestruturação produtiva que levou a modificações no local de trabalho e nas relações trabalhistas, sobretudo com as terceirizações, que fragmentou a luta dos sindicatos, que passaram a lutar por demandas diferentes, pelos trabalhadores efetivos e pelos trabalhadores terceirizados. Na região Norte Fluminense, surgiu em 1995, o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, com sede em Macaé e uma delegacia em Campos dos

Goytacazes, pois a chegada da atividade petrolífera na Região Norte Fluminense, levou a necessidade de ter um sindicato para defender os trabalhadores da etapa da extração, na Bacia de Campos, dos desmandos cometidos pela Petrobrás e pelas empresas subcontratadas. O sindicato atua lutando pelos interesses dos trabalhadores efetivos e terceirizados, conseguindo desde sua criação angariar várias conquistas para a categoria petrolífera, por meio de greves gerais, por exemplo, onde os trabalhadores deixam de agir sobre uma parte dos objetos, mantendo uma cota de produção, com o objetivo de manter o abastecimento da população de derivados do petróleo e a conservação dos equipamentos, seguindo a lei de greve. Com isso resistem aos desmandos da Petrobrás e das empresas subcontratadas, que sempre penalizam os trabalhadores, aumentando sua jornada de trabalho ou se recusando a fazer melhorias nas plataformas, para tornar o ambiente de trabalho mais salubre. O aumento da privatização a partir da década de 1990 trouxe para os petroleiros várias mazelas, pois com a venda de subsidiárias da Petrobrás, os trabalhadores perdem parte de seus direitos trabalhistas e sobretudo a segurança no emprego.

Retomando a problematização deste trabalho, que é entender como a globalização modificou a forma de produzir, bem como também as relações trabalhistas, nas plataformas de extração de petróleo, exigindo que os sindicatos também mudassem a forma de atuação em função do novo uso do território, consolidado com a extração de petróleo na Bacia de Campos, temos a hipótese de que é a fragmentação no processo de trabalho, com a incorporação da terceirização, que pode ter gerado uma relação desigual entre um trabalhador e outro e a fragmentação dos sindicatos, reduzindo a força da luta dos trabalhadores, especialmente dos terceirizados, fato que ficou comprovado ao longo do trabalho, através de dados que demonstram que os terceirizados sofrem mais acidentes de trabalho, do que os trabalhadores efetivos, porque as empresas subcontratadas não dão o devido treinamento para trabalhar nas plataformas de extração *offshore*, além de não oferecerem equipamentos para reduzir os riscos, e também o fato de que a infraestrutura das plataformas, eram em sua maioria precárias, com vários erros de projeto e falta de manutenção, o que corroborava para o aumento dos acidentes. Em parte também falta fiscalização por parte dos sindicatos, que defendem parte dos trabalhadores terceirizados, como o SINDITOB. Cabe a Petrobrás também, punir as empresas prestadoras de serviços, que contratam esses terceirizados, anulando os contratos de prestação de serviço, além de denunciar essas empresas para o Ministério do Trabalho.

Com isso pudemos perceber no trabalho, que o uso do território pelo sindicalismo no Brasil, no período contemporâneo, se dá de forma minimizada, pois vivemos sob a égide do neoliberalismo, onde os atores hegemônicos, na figura do Estado e do capital internacional, comandam o território, impondo novas lógicas, como a introdução da reestruturação produtiva, que modificou totalmente as materialidades nos circuitos espaciais de produção, entre eles o petrolífero. A reestruturação produtiva se baseia na redução de custos, buscando o aumento do lucro, e isso se dá por meio da exploração da taxa de mais valor, do sobretrabalho, o tempo de trabalho a mais, que não é adicionado no salário do trabalhador, gerando lucros para o patrão, sendo a forma mais eficaz de explorar a taxa de mais valor, a subcontratação de trabalhadores, com as terceirizações, que ocorrem em todo o território brasileiro, na maior parte dos setores trabalhistas. Para concluir podemos dizer, que embora os sindicatos passem a atuar com vários obstáculos impostos pelos atores hegemônicos, alguns deles ainda se destacam na luta pelos trabalhadores, como o Sindipetro NF, que promove ações pela classe trabalhadora da região Norte Fluminense, apoiando também outros sindicatos e movimentos sociais, como o Sindicato dos Bancários, o MST, o SEPE e os centros acadêmicos da UFF, UENF e IFF. No entanto o futuro da classe trabalhadora no território brasileiro ainda é incerto, devido ao atual cenário de crise política e econômica e maior abertura ao capital internacional, que vai trazer mais obstáculos para a classe que vive do trabalho e sobretudo para as entidades que as representam, os sindicatos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003. 200 p.

\_\_\_\_\_. (Org.); DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In \_\_\_\_\_. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. 3 v. pt. 1, cap. 1, p. 13-24 (Coleção Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. *O que é sindicalismo*. 14 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 95 p. (Coleção Primeiros Passos).

ARRETCHE, Marta. Relações Federativas nas Políticas Sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, Cedes, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002. Disponível em: <[http://cebrap.org.br/bv/arquivos/157\\_artigo.pdf](http://cebrap.org.br/bv/arquivos/157_artigo.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2016

ALVES, Sandra Priscila. O circuito espacial da produção petrolífera e as suas implicações no território de Guamaré/RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: CRISE, PRAXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS, 14., 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

BERNARDES, Júlia Adão. Reescrevendo a história do Norte Fluminense sucroalcooleiro no contexto da última modernidade. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Catia Antônia (Org.). *Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 96 p. pt. 1, cap. 1, p. 12-22.

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? . *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, p.123-139, 1997.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Brasília, DF, 1 de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. PLC – Projeto de Lei da Câmara, n.º 30 de 2015. Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Brasília, DF, 16 p. 28 abr. 2015a. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=120928](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=120928)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015. Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”. Brasília, DF, 6 p. 19 mar. 2015b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>> Acesso em: 27 ago. 2016.

CANO, Wilson. *As raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

\_\_\_\_\_. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. Brasília, DF, *Revista Economia*, v. 13, n. 3b, set/dez 2012. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897\\_916.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. O sindicalismo no Brasil: breve excuroso sobre mudanças e permanências. In: SANTOS, Cristiane Duarte Daltro (Org.). *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 2, n. 2, jul., 2002 (Série Cadernos Adenauer).

\_\_\_\_\_. Os sindicatos no Brasil. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Brasília: MTE; IPEA, ano 20, n. 56, fev. 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_completo.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2016.

CARVALHO, Guilherme. Sindicalismo Rural: para compreender as origens institucionais. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: <[seer.fclar.unesp.br/redd/article/download/5053/4191](http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/download/5053/4191)>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. “El Federalismo Brasileño: perspectiva histórica”. In CHÁVEZ, Alicia Hernández (Coord). *Hacia um nuevo federalismo?* México, DF: El Colegio del Mexico, 296 p. p. 34-64.

COLLADO, Patricia A. Os trabalhadores não são imateriais: uma recusa ao renovado ímpeto pela fetichização da mercadoria força de trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. 3 v. pt. 1, cap. 8, p. 99-106 (Coleção Mundo do Trabalho).

CRUZ, José Luis Viana da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeo Silva (Org.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 364 p. cap. 2, p. 78-116.

CRUZ, Maria Cecília Soares. *Análise do movimento sindical operário na perspectiva da Geografia Crítica*. Campos dos Goytacazes, 2014. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

DALLEASTE, Fernanda Soares. *Célula de manufatura: implantação na indústria de componentes eletrônicos*. Porto Alegre, 2011. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39230/000825136.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

DE PAULA, Amir El Haquim. A ação territorial dos sindicatos no limiar do século XX no Brasil. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 26, 2009. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp\\_Especial/59-70-PAULA\\_A\\_E\\_H.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp_Especial/59-70-PAULA_A_E_H.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*. São Paulo, 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29052012-155722/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *Os operários pedem passagem! A Geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917)*. São Paulo, 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15122005-200627/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras/FGV, 1993.

DUARTE, Luciano. Território usado e circuito espacial produtivo do petróleo: uma proposta de periodização da exploração e produção no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA, AÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA, 16., 2016, São Luís. *Anais...* São Luís: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016. Disponível em: <[http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468292773\\_ARQUIVO\\_LucianoDuarte\\_TrabalhoCompleto\\_ENG2016.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468292773_ARQUIVO_LucianoDuarte_TrabalhoCompleto_ENG2016.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FARIA, Teresa Peixoto. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. *Agenda Social*, Campos dos Goytacazes, RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro v. 10, n. 2, mai/set, 2008. Disponível em: <[http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda\\_Social\\_6556\\_1238155665.pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_6556_1238155665.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 366 p.

FERREIRA, Avelino. *Antônio João de Faria – A vida e as lutas do fundador do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil*. 2 ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Marka Editora e Gráfica, 2015. 132 p.

GANTOS, Marcelo Carlos; QUÉSIA, Francisco de Souza. De usinas e usineiros: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O HISTORIADOR E SEU TEMPO, 18., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Nacional de História, 2006. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2021/Marcelo%20Carlos%20Gantos.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. *Impactos da reestruturação produtiva à saúde e à segurança – percepções de petroleiros em São Paulo*. Campinas, 2000. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <http://www.sindipetronf.org.br/images/estudos/sao-paulo.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GORZ, André. O capital imaterial. In:\_\_\_\_\_. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Anablume, 2005. 108 p., cap. 2, p. 29-57.

GOETTERT, Jones Dari. *Introdução à história do movimento sindical*. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. Disponível em: <[http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao\\_eixo01\\_fasciculo04\\_historiamovimentosindical.pdf](http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo01_fasciculo04_historiamovimentosindical.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2016.

JÁ têm seu sindicato. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Folha do Comércio, 1956.

HAESBAERT, Rogério. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. 2 ed. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2013, 218 p., cap. 1, p. 11-53.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

IANNI, Octavio. Desenvolvimento e capitalismo nacional. In: \_\_\_\_\_, *Estado e Planejamento econômico no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, 316 p., cap. 4, p. 119-147.

INSISTE O Sindicato dos Comerciários num tratamento justo. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Folha do Comércio, 1956.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sindicatos: Indicadores sociais – 1989. Rio de Janeiro, IBGE, 1989. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/145/sind\\_1989\\_v3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/145/sind_1989_v3.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Sindicatos: Indicadores sociais – 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1416.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

LEMONS, Linovaldo Miranda; NETTO, Jayme Freitas Barral. As implicações em se pensar na constituição de uma região no interior do estado do Rio de Janeiro a partir do petróleo. In: SANTOS, Angela M. S. Penalva; MARAFON, Glaucio José; SANT'ANA, Maria Josefina Gabriel (Org.). *Rio de Janeiro: um olhar socioespacial*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. 392 p. pt. 3, cap. 4, p. 279-294.

LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SILVA, Liliane Souza e. A história de Campos dos Goytacazes. In: LEWIN, Helena (Coord.). *Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil – o caso do MST em Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005, 167 p. cap. 3, p. 65-97.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1381/1745!>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 10 v. Coleção Estudos Brasileiros.

MAIS um sindicato. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Folha do Comércio, 1937.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. A ação sindical de trabalhadores terceirizados na região de Campinas. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. 3 v., pt. 3, cap. 24, p. 401-427 (Coleção Mundo do Trabalho).

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 1 v., pt. 7, cap. 23, p. 689-770.

\_\_\_\_\_. A taxa do mais-valor. In: \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. 1 v., pt. 3, cap. 7, p. 289-304.

MÉSZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. \_\_\_\_\_. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. 3 v. pt. 1, cap. 2, p. 25-43 (Coleção Mundo do Trabalho).

MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudos sobre sociedade e espaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 216 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no Espaço*. Mimeo<sup>122</sup>.

MURTEIRA, Alessandra. A trajetória dos petroleiros - da construção da Petrobrás à eleição de Lula. jul. 2003. 5 p.

\_\_\_\_\_. Em busca da unidade nacional dos petroleiros. jul. 2004. 15 p.<sup>123</sup>

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. As relações de trabalho em uma empresa global: um novo paradigma ou neocorporativismo? In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. 3 v., pt. 3, cap. 22, p. 369-388 (Coleção Mundo do Trabalho).

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p. cap. 5, p. 171-196.

PASQUALINE, Marcele. *Fordismo: uma análise aplicada aos casos do Brasil e Japão*. Florianópolis, 2004. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia300197>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PEREIRA, Cloviomar Caranine. Efeitos do processo de privatização da Petrobrás e a posição dos petroleiros da FUP. 29 dez. 2016. 28 p. Disponível em: <[http://www.sindipetronf.org.br/publicacoes/noticias/item/8556-petrobr%C3%A1s-n%C3%A3o-explica-como-avaliou-os-us\\$-13-bilh%C3%B5es-que-parente-vendeu](http://www.sindipetronf.org.br/publicacoes/noticias/item/8556-petrobr%C3%A1s-n%C3%A3o-explica-como-avaliou-os-us$-13-bilh%C3%B5es-que-parente-vendeu)>. Acesso em: 10 fev. 2017.<sup>124</sup>

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudanças. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 312 p. p.219-238.

POCHMANN, Marcio. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.).

<sup>122</sup> Tradução da versão em espanhol que ainda não foi publicada em português: MORAES, Antonio Carlos Robert de. “Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio.” In: Aportes para el estudio del espacio socio-económico III. Yanes, L. e Liberali, A. M., (orgs.). Buenos Aires, El Coloquio, 1991. p.153-177.

<sup>123</sup> Textos não publicados, cedidos pela autora, que é jornalista e assessora de comunicação da FUP.

<sup>124</sup> O autor é economista e técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos) na subseção da FUP.

*Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado*. São Paulo: Scritta, 1996. 344 p. p. 269-297.

POSE, Florinda de Souza Torreira; SILVA, Wanderson Rosa Zacarias da. Setor sucroenergético e os novos empreendimentos no Norte Fluminense: um novo cenário regional. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Catia Antônia (Org.). *Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 96 p. pt. 1, cap. 2, p. 23-41.

RAINHA, Felipe Andrade; SILVA, Catia Antônia. A produção do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes. In: BERNARDES, Júlia Adão; \_\_\_\_\_ (Org.). *Modernização e território: Entre o passado e o presente do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 96 p. p. 42-55.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: CULTURA, n. 6, 2010, São Cristóvão. *Anais...* São Cristóvão, 2010. Disponível em: <[www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf](http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2016.

RIBEIRO, Júlio César; THOMAS JR., Antonio. O movimento sindical e a exclusão social. *Revista Novos Rumos*, n. 35, 2001. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2218/1836>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

RODRIGUES, Igor Paolo Ribeiro Dias. As elites locais e a organização do território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE: A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO, 11.; 2015, Presidente Prudente. *Anais...* Presidente Prudente: Associação de Pós-Graduação em Geografia, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/24/665.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

RODRIGUES, Iram Jacóme. A trajetória do novo sindicalismo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O novo sindicalismo, vinte anos depois*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 248 p. p. 74-91.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p. cap. 1, p. 11-42.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009. 392 p. (Coleção Milton Santos).

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2013. 174 p. (Coleção Milton Santos).

\_\_\_\_\_. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; \_\_\_\_\_ (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. 149 p. p. 121-134.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 176 p.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: \_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 332 p. p. 15-20.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. A questão: o uso do território. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 475 p., pt. 1, cap. 1, p. 19-22.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2012. 475 p., pt. 1, cap. 2, p. 23-53.

SILVA, Silvana Cristina. A especialização produtiva no ramo do petróleo e a rede urbana no estado do Rio de Janeiro. *Entre-Lugar*, Dourados, MS, Universidade Federal da Grande Dourados ano 6, n. 11, 1. semestre, 2015a.

\_\_\_\_\_. Globalização e o circuito espacial de produção petrolífero: as cidades da informação e as cidades da extração. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE: A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO, 11.; 2015, Presidente Prudente. *Anais...* Presidente Prudente: Associação de Pós-Graduação em Geografia, 2015b.

SILVA, Francisca Tavares da. *Reestruturação Produtiva na Petrobrás e Ação Sindical dos Petroleiros no RN*. Rio Grande do Norte, 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13754/1/FranciscaTS.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. In: *Cuadernos del CENDES*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, v. 25. n. 69, Septiembre-diciembre, 2008. Disponível em: <<http://mcendesweb.cendes.ucv.ve/cendesphp/pdfs/revista69/p1.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SINDICATO de Energia vai ter sede própria. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Folha do Comércio, 1961.

SINDICATO dos Trabalhadores nas Industrias de Fiação e Tecelagem. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, A cidade, 1961.

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, A cidade, 1961.

SINDIPETRO NF. *Os subterrâneos da bacia: as mortes, os riscos e a ilegalidade na exploração e produção de petróleo da Bacia de Campos*. Macaé, RJ: Sindipetro NF, 1997. 86 p.

SOBRINHO, Zéu Palmeira. *Reestruturação produtiva e terceirização: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobrás*. Natal, 2006. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do

Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/ZeuPS.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SUBVENÇÃO ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Campos. Campos dos Goytacazes, RJ: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Folha do Comércio, 1961.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, 3: a força dos trabalhadores. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 3 v.